

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM ESTUDOS DE LINGUAGENS**

CLEUZA ANDREA GARCIA MUNIZ

NÓS E A GENTE: TRAÇOS SOCIOLINGÜÍSTICOS NO ASSENTAMENTO

**CAMPO GRANDE – MS
2008**

CLEUZA ANDREA GARCIA MUNIZ

NÓS E A GENTE: TRAÇOS SOCIOLINGÜÍSTICOS NO ASSENTAMENTO

Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, sob a orientação da Prof^ª. Dr^ª. Rosangela Villa da Silva.
Área de Concentração: Linguística e Semiótica.

**CAMPO GRANDE – MS
2008**

CLEUZA ANDREA GARCIA MUNIZ

NÓS E A GENTE: TRAÇOS SOCIOLINGUÍSTICOS NO ASSENTAMENTO

APROVADA POR:

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Rosângela Villa da Silva
UFMS – Câmpus do Pantanal

Prof. Dr. Dercir Pedro de Oliveira
UFMS – Câmpus Grande

Prof^ª. Dr^ª. Elza Sabino da Silva Bueno
UEMS - Dourados

Campo Grande, MS, ____ de _____ de _____.

À minha filha *Heidi*, obrigada por ter permitido ser sua mãe nessa existência e poder compartilhar dos momentos mais felizes da minha vida ao seu lado.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por permitir minha existência nesta vida, por permitir compartilhar neste mundo o amor com meus irmãos. Por permitir que eu veja e sinta o calor do sol que ilumina cada passo meu no caminho da vida.

À Profª. Drª. Rosangela Villa da Silva, por nos ter ensinado o fascinante e difícil caminho da Sociolinguística.

Ao Prof. Dr. Dercir Pedro de Oliveira, que aprendi a admirar nas poucas e proveitosas conversas depois das aulas. Sou grata pelos conselhos e “puxões de orelha!”.

À Profª. Drª. Elza Sabino da Silva Bueno, pela incansável atenção e carinho.

À minha família, por ser o pilar onde me apóio. Ao meu irmão, por sua amizade e carinho.

Agradeço ao meu incansável amigo Antonio de S. Silva, por suas palavras de força e ânimo, por sempre acreditar em mim, por estar ao meu lado mesmo quando eu estava longe.

Lucas Braga Pires, presente divino, por ajudar com a digitação, sobretudo, e por tudo, pelo amor dedicado.

A minha querida amiga Damaris Pereira Santana Lima, exemplo de força e profissionalismo.

À Eliane Cristina da S. Guedes e toda sua família, sou eternamente grata por abrirem a porta de sua casa e por verem em mim uma filha.

Às colegas do Programa de Pós-Graduação, em especial a Diana Pilatti pela inestimável ajuda e paciência.

Ao Sr. Matusalém Mendes, pelas preciosas explicações sobre os movimentos rurais.

A todos os funcionários da escola José Edson dos Santos, pela recepção e acolhida, em especial à Diretora Adjunta Rosimeire da Silva.

Ao Daniel, pela ajuda com o material e também pelo carinho.

À Évellin Michele Rozon, pela força e fé.

AGRADECIMENTO ESPECIAL

A todos os meus informantes que participaram de forma espontânea para a realização das entrevistas. Jamais me esquecerei de seus olhares, seus sorrisos, alegrias, do choro há muito contido, da emoção ao relatar seus desejos, sonhos e a esperança de um futuro melhor.

“... hora qui tivé tudu pronta seja uma felicidade pra nós né? qui nós nunca tivemu um pedaçim di terra, nenhua casa assim di material, sempri vivia assim nas casa mai di patrão, mandava imbora tinha qui í imbora, nu era donu da casa né? nem da terra qui a genti prantava () foi inu até:: cunsiguí essi pedaçim di terra pra nós... i aí nós temu qui... agradecê a Deus i cuidá da terra ... i tocá u barcu pra frenti...” (NB)

RESUMO

A presente pesquisa está embasada nos pressupostos teórico-metodológicos da Sociolinguística Quantitativa ou Teoria da Variação (Labov, 1972), e teve como foco a variação pronominal no Português Brasileiro. O objeto de análise se circunscreve nos pronomes de primeira pessoa *nós* e *a gente* em função de sujeito, objetivando compreender os fatores linguísticos e sociais que condicionam/ determinam a variação linguística no âmbito da variação pronominal. O *cópus* analisado compõe-se de uma amostra de fala de uma comunidade de assentados localizada na zona rural de Ponta Porã, município ao sul do Estado do Mato Grosso do Sul. A amostra é constituída de 16 entrevistas entre informante e documentador. Das 1013 ocorrências dos pronomes *nós* e *a gente*, 624 (61%) são do pronome canônico *nós* e 389 (39%) do pronome inovador *a gente*. Apesar de uma maior frequência de uso do pronome *nós*, os resultados evidenciam tratar-se de um caso de variação. Dessa forma, controlamos possíveis fatores condicionantes como o paralelismo formal, a desinência número-pessoal, o preenchimento/ não-preenchimento do sujeito o eu-ampliado, o sexo, a faixa etária e a escolaridade.

Palavras-chave: Português Brasileiro falado; Sistema pronominal; Variação pronominal; Sociolinguística.

RESUMEN

La presente investigación se basa en los presupuestos teórico-metodológicos de la Sociolingüística Cuantitativa o Teoría de la Variación. (Labov, 1972), y tuvo como foco la variación pronominal en el Portugués Brasileño. El objeto de análisis se circunscribe en los pronombres de primera persona *nós e a gente* en función de sujeto, objetivando comprender factores lingüísticos y sociales que condicionan/determinan la variación lingüística en el ámbito de la variación pronominal. El *corpus* analizado se compone de una muestra de habla de una comunidad de asentados ubicada en la zona rural de Ponta Porã, provincia al sur del Estado do Mato Grosso do Sul. La muestra se constituye de 16 entrevistas entre informante y documentador. De las 1013 ocurrencias de los pronombres *nós e a gente*, 624 (61%) corresponden al pronombre canónico *nós* y 389 (39%) al pronombre innovador *a gente*. Aunque haya mayor frecuencia de uso del pronombre *nós*, los resultados evidencian tratarse de un caso de variación. Por lo tanto, controlamos posibles factores condicionantes como el paralelismo formal, la desinencia número-personal, la presencia/ ausencia del sujeto, el eu-ampliado, el sexo, la edad y la escolaridad.

Palabras-clave: Portugués Brasileño hablado; Sistema pronominal; Variación pronominal; Sociolingüística.

LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

Gráfico 1: Percentual geral dos dados.....	93
Gráfico 2: Possibilidades de uso de <i>nós</i> e <i>a gente</i>	95
Tabela 1: Distribuição percentual das formas <i>nós</i> e <i>a gente</i> quanto à função específica.....	92
Tabela 2: Atuação do grupo de fatores preenchimento/ não-preenchimento do sujeito com a forma <i>a gente</i>	96
Tabela 3: Atuação do grupo de fatores desinência número-pessoal da primeira pessoa do plural com a forma <i>a gente</i>	101
Tabela 4: Atuação do grupo de fatores eu-ampliado com a forma <i>a gente</i>	105
Tabela 5: Atuação do grupo de fatores Paralelismo formal com a forma <i>a gente</i>	106
Tabela 6: Atuação do grupo de fatores sexo com a forma <i>a gente</i>	109
Tabela 7: Atuação do grupo de fatores faixa etária com a forma <i>a gente</i>	113
Tabela 8: Atuação do grupo de fatores escolaridade com a forma <i>a gente</i>	114

LISTA DE FIGURAS E QUADROS

Figura 1: Localização do município de Ponta Porã no Estado de Mato Grosso do Sul.....	18
Figura 2: Localização do Assentamento Itamarati e municípios da região de influência.....	28
Quadro 1: Os grupos sociais e a posse das terras.....	29
Quadro 2: Organização social para a produção.....	30
Quadro 3: Distribuição dos informantes.....	71
Quadro 4: Grupo de fatores linguísticos.....	76
Quadro 5: Grupo de fatores sociais.....	85

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I	17
1 ASPECTOS GEOGRÁFICOS, HISTÓRICOS E SOCIOCULTURAIS DE PONTAPORÃ	17
1.1 PONTA PORÃ: GEOGRAFIA E HISTÓRIA.....	17
1.2 ASPECTOS SOCIAIS, CULTURAIS E LINGUÍSTICOS.....	22
1.3 BREVE HISTÓRICO SOBRE O PROCESSO DE ASSENTAMENTO NA REGIÃO DE MATO GROSSO DO SUL.....	23
1.4 O ASSENTAMENTO NOVA ITAMARATI I E II.....	28
1.5 A EDUCAÇÃO DO CAMPO.....	33
1.6 A ESCOLA.....	36
CAPÍTULO II	39
2 CONSIDERAÇÕES SOBRE O FENÔMENO DA ALTERNÂNCIA PRONOMINAL	39
2.1 PRONOMES PESSOAIS.....	39
2.2 PRONOMES DE PRIMEIRA PESSOA: NÓS E A GENTE.....	44
2.2.1 <i>A gente</i>	47
2.2.2 <i>A gramaticalização da forma a gente</i>	48
2.2.3 <i>Trabalhos sobre a alternância pronominal</i>	50
CAPÍTULO III	59
3 REFERENCIAL TEÓRICO	59
3.1 A SOCIOLINGUÍSTICA.....	59
3.2 TEORIA DA VARIAÇÃO.....	62
3.3 O MÉTODO VARIACIONISTA.....	66
3.3.1 <i>O corpus</i>	66
3.3.2 <i>Caracterização sociolinguística dos informantes</i>	71
3.3.3 <i>O envelope de variação</i>	72
3.3.4 <i>Seleção dos dados</i>	73
3.3.5 <i>Grupo de fatores linguísticos</i>	74
3.3.6 <i>Grupo de fatores sociais</i>	84
3.3.7 <i>Codificação e quantificação dos dados</i>	90
CAPÍTULO IV	92
4 DESCRIÇÃO DOS FATOS LINGUÍSTICOS	92
4.1 PREENCHIMENTO/ NÃO-PREENCHIMENTO DO SUJEITO.....	96
4.1.1 <i>Desinência número-pessoal da primeira pessoa do plural</i>	100
4.1.2 <i>Eu – ampliado</i>	103
4.1.3 <i>Paralelismo formal</i>	105
4.1.4 <i>Sexo</i>	108
4.1.5 <i>Faixa etária</i>	111
4.1.6 <i>Escolaridade</i>	114

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....116

REFERÊNCIAS.....119

INTRODUÇÃO

Ao decidir trabalhar com a comunidade de assentados Nova Itamarati, fomos movidos por vários fatores, dentre eles, a necessidade de conhecer a realidade de um grupo estigmatizado em muitos sentidos pela sociedade. Podemos dizer que um deles está relacionado à inequívoca noção de que grupos excluídos por essa mesma sociedade não têm domínio sobre a linguagem.

No princípio, com um olhar de quem vem de fora, não poderíamos supor a existência de uma capacidade organizativa entre as pessoas da comunidade em questão, uma organização que tem como objetivo único o bem-estar das famílias assentadas.

Aos poucos, o convívio com os assentados encarregou-se de descortinar a realidade daquelas pessoas, revelando seus costumes, a convivência entre os grupos, o trabalho com a terra e, sobretudo, o universo da escola no assentamento.

Nesse espaço coletivo, os alunos têm, na maioria das vezes, a única opção de integração com os demais, quer seja para a realização de tarefas escolares ou para as atividades de lazer. Esse aspecto reforça o espaço escolar como o lugar das práticas sociais entre os alunos assentados.

Todos esses fatores reafirmaram nossa decisão no prosseguimento da pesquisa pelo estudo da fala dessa comunidade, pois é na realização efetiva da língua pelos seus falantes que observamos um conjunto de fatores que motivam as variedades do Português Brasileiro¹. Dessa forma, em nosso estudo, pesquisamos o fenômeno da variação pronominal *nós* e *a gente* no PB em sua modalidade popular.

¹ Doravante, citado como PB.

Outros dois fatores que nos chamaram a atenção e reforçaram nossa decisão pelo estudo da variação entre *nós* e *a gente* referem-se ao status de variação não estigmatizada da forma *a gente* e também porque se trata de um tema pouco controlado no âmbito escolar.

Em nosso levantamento, os trabalhos que tratam desse fenômeno apresentam a correlação entre fatores linguísticos e fatores sociais para a aplicação variável das formas *nós* e *a gente*, o que evidencia a importância do entorno sociocultural para a explicação dos fenômenos linguísticos. Para a verificação do processo de variação entre as duas formas, utilizamos o suporte teórico-metodológico da Sociolinguística que estuda a língua em uso no seio das comunidades de fala. Por tratar da variabilidade linguística seu objeto de estudo é a variação, partindo do pressuposto que as alternâncias de uso são influenciadas por possíveis fatores de ordem linguística e social.

Assim, a pesquisa tem como objetivo geral a descrição do fenômeno da variação do uso das formas pronominais *nós* e *a gente*, em sua função de sujeito na fala de assentados. Os objetivos específicos são: a) controlar os grupos de fatores linguísticos e sociais que poderiam condicionar a variação das formas pronominais *nós* e *a gente*; b) analisar a possibilidade de substituição do pronome *nós* pela forma *a gente* na fala desses informantes.

Como hipótese geral, pensamos que os fatores linguísticos e sociais analisados como o paralelismo formal, a desinência número-pessoal da primeira pessoal do plural, preenchimento/ não-preenchimento do sujeito, o eu-ampliado, o sexo, a idade e a escolaridade estejam condicionando a variação entre as formas pronominais *nós* e *a gente*.

O *cópus* constitui-se de uma amostra de 16 entrevistas entre documentador e informante, sendo: oito mulheres, quatro delas alfabetizadas e outras quatro não-alfabetizadas, subdivididas em jovens e idosas e oito homens, quatro deles alfabetizados e outros quatro não-alfabetizados também subdivididos em jovens e idosos.

No primeiro capítulo, foi feita a exposição do contexto social e geográfico da região em que o fenômeno variável foi estudado, a questão da fronteira e o contato linguístico, breve histórico sobre o processo de assentamento na região, além da trajetória educacional do MST e seus reflexos na comunidade.

No segundo capítulo, apresentamos conceitos e posições teóricas sobre o pronome pessoal e também a descrição de algumas pesquisas de cunho sociolinguístico que abordam a questão da variação pronominal da primeira pessoal do plural no PB..

O terceiro capítulo trata da fundamentação teórica da pesquisa, bem como dos procedimentos metodológicos adotados para que a investigação se realizasse. Além de expor de forma detalhada o *cópus*, apresentamos a caracterização sociolinguística dos informantes, a coleta, as variáveis dependentes e independentes e a codificação e quantificação dos dados.

Na última parte do estudo, realizamos a descrição dos fatos linguísticos, com a apresentação e discussão dos resultados. Por fim, apresentamos as considerações finais do estudo.

Esperamos que este trabalho contribua para as investigações sociolinguísticas realizadas na região do MS, no que concerne não somente aos aspectos linguísticos, mas também aos aspectos sociais, além do conhecimento de uma realidade que, embora tão próxima, insistimos em ignorar.

Considerando o fato de que não há nenhum estudo relativo ao emprego alternado das variantes *nós* e *a gente*, na região, analisamos um *cópus* constituído de entrevistas realizadas em uma comunidade de assentados de Ponta Porã, buscando, no aparato teórico-metodológico da análise sociolinguística, o registro dos elementos linguísticos que sofrem a influência de estruturas de ordem social.

Muitas pesquisas sobre a variação, entre as formas *nós* e *a gente*, já foram realizadas: Silva (2006); Viana (2006); Laureano (2003); Tamanine (2002); Bueno (1996); Monteiro

(1994); Lopes, (1986). No entanto, pesquisas que contemplem a variação do uso das formas *nós* e *a gente*, na fala da nossa região, inexistem; dessa forma, acreditamos que este trabalho se justifica por contribuir com o conhecimento e divulgação da realidade linguística da nossa região, além de pretender, futuramente, contribuir para a constituição de um banco de dados, facilitando e estimulando o trabalho de pesquisadores sociolinguistas.

CAPÍTULO I

1 ASPECTOS GEOGRÁFICOS, HISTÓRICOS E SOCIOCULTURAIS DE PONTA PORÃ

Ao considerarmos, em nosso estudo, a língua como fato social, é imprescindível que façamos a caracterização do espaço coletivo da comunidade em questão. Por tratar-se de uma região fronteiriça, o município de Ponta Porã apresenta uma pluralidade linguística evidente, pois recebe, além de migrantes de boa parte do País – sobretudo, do sudeste e sul que chegam com a esperança de conseguir um pedaço de terra - os brasiguaios que retornaram ao Brasil depois de anos vivendo e trabalhando em terras paraguaias.

Comum a todas as línguas naturais, a diversidade linguística funciona como uma espécie de identidade viva do falante de uma determinada comunidade permitindo a definição de aspectos como origem, faixa etária, nível de escolaridade, entre outros, que, por sua vez, revelam a trajetória de vida de cada falante dentro da comunidade.

1.1 PONTA PORÃ: GEOGRAFIA E HISTÓRIA

A localização geográfica do município¹ fica entre os paralelos 21° e 23°, com latitude sul; 23°, 32', 30", longitude Oeste; 55°, 37', 30", numa área de 5.359,30 km² a uma altitude de 655,6509 metros acima do nível do mar, é o segundo município em altitude do Estado, com distância de 328 km da capital, Campo Grande, entre as bacias dos rios Paraguai e Paraná. A população do município conta, segundo estimativa do IBGE para 2006, com 68.317 habitantes. A maior parte vivendo na zona urbana, 89% contra 11% na zona rural. Parte considerável dessa população é de ascendência paraguaia, fato explicado por fazer fronteira

¹ Dados extraídos do site www.ibge.br

seca por meio de uma linha com, aproximadamente, 13 quilômetros de extensão na zona urbana com a cidade gêmea de Pedro Juan Caballero, capital do departamento de Amambay.

Segundo Guimarães (1992, p. 41), antes de ser nome de cidade Ponta Porá, “era nome de um paradeiro, junto a uma lagoa”, onde o viajante fazia uma parada para o descanso. Ponta Porá (de origem espanhola e guarani) era o antigo nome da atual cidade de Pedro Juan Caballero e significa ponta bonita.



Figura 1: Localização do município de Ponta Porá, no Estado de Mato Grosso do Sul

A economia do município é baseada na agricultura e pecuária. Na linha de fronteira, estão concentradas as atividades comerciais e de serviços. Devido sua localização geográfica e, ainda, em decorrência da zona em Pedro Juan Caballero de livre comércio, o município tem, no comércio, sua principal atividade. O comércio é a atividade econômica comum entre as cidades gêmeas desde tempos remotos, e é, também, lugar de integração que se dá entre o permanente contato entre os dois povos. No turismo, o município tem como objetivo a expansão do turismo na fronteira, contando com uma boa rede de hotéis.

Quanto à rede de ensino, em Ponta Porá, existem 402 salas de aulas da pré-escola ao ensino médio, sendo 377 na zona urbana, 25 na zona rural. O Estado de Mato Grosso do Sul participa com 116 salas, o município com 136 salas e a rede particular com 123 salas.

O atual município de Ponta Porã foi cenário de importantes acontecimentos na história do Estado de Mato Grosso do Sul. Colonizada, inicialmente, por espanhóis, a região sul-mato-grossense, como era denominada antes da divisão, integrou oficialmente a província do Paraguai até 1750, quando mudou para o domínio de Portugal, de acordo com o Tratado de Madri, firmado entre as coroas espanhola e portuguesa. Somente no século XVIII é que o atual Mato Grosso do Sul passou a fazer parte do território brasileiro.

Disputas por posse de terras e vários conflitos de ordem social, política e econômica foram determinantes para a formação do atual território, a mais importante delas ocorreu entre 1865 a 1870, com a Guerra do Paraguai, sendo considerada a maior intervenção militar brasileira em terras estrangeiras. Portanto, a origem da Guerra do Paraguai está na questão platina, mais propriamente por discussões sobre a definição de fronteiras. Considerado como o mais longo conflito da América do Sul, foi uma das mais cruéis guerras ocorridas no continente.

O conflito surgiu quando Francisco Solano López, governante paraguaio, pretendeu expandir as fronteiras paraguaias, mais precisamente da necessidade de uma saída para o oceano Atlântico, o que, sem dúvida, contribuiria para o projeto de desenvolvimento econômico do Paraguai daquela época. Em novembro de 1864, após a apreensão do navio brasileiro “Marquês de Olinda” que transportava o, então, governador da província de Mato Grosso, as tropas do marechal Francisco Solano López invadiram essa mesma província, deflagrando o conflito bélico.

As duas expedições que invadiram solo brasileiro ocorreram por via terrestre e fluvial. O primeiro ataque ocorreu na Colônia Militar de Dourados, localizada no atual município de Antonio João, e pouco depois, o destacamento invade o território brasileiro por Bela Vista, ocupando, dessa forma, Nioaque e Miranda. Em 1865, navios paraguaios avançam em direção ao forte Coimbra, dominando, em seguida, Corumbá.

Em resposta aos ataques paraguaios, os aliados Brasil, Uruguai e Argentina assinam, em 1865, o Tratado da Tríplice Aliança. Nele, os três aliados tinham por objetivo conter e fazer frente às forças de López, além de garantir a livre navegação dos rios na Bacia Platina. Após vários enfrentamentos, a guerra chega ao fim, em 1870, com a morte do marechal paraguaio, por tropas brasileiras em Cerro Corá, nas proximidades do atual município de Ponta Porã.

Após cinco longos anos de combate, os impactos da guerra foram drásticos em números de mortes, tanto de militares paraguaios como brasileiros e, sobretudo, do grande número de civis mortos, em sua grande maioria crianças e idosos. Cerca de 3/4 da população foi morta, reduzida de 800 mil para pouco menos de 200 mil pessoas, das quais a grande maioria era de mulheres.

O país perdeu mais de 140 mil km² de seu território, a sociedade ficou descaracterizada pela venda de propriedades do Estado aos estrangeiros, sendo que os camponeses foram obrigados, dessa forma, a pagar pelo uso das terras. Outro efeito produzido pela guerra foi, segundo Correa (1999 *apud* TORRECILHA, 2004, p. 61), o aspecto físico desolado da área fronteira, tornando-se, “num primeiro momento, em terra de ninguém”.

Podemos afirmar que o confronto entre os aliados e o Paraguai caracteriza-se como um marco divisor na história das sociedades brasileiras e paraguaias, sobretudo, na história de Mato Grosso, atualmente, Mato Grosso do Sul, e a fronteira, pois, com o fim da guerra, observa-se um novo período de desenvolvimento para aquela região. Essa expansão econômica deveu-se, sobremaneira, à exploração da erva-mate nativa, sendo responsável também pela criação de vários núcleos urbanos na fronteira - sul do Estado.

Torrecilha (2004, p. 63) afirma que Ponta Porã surge, por volta de 1895, “como alternativa para facilitar o escoamento dessa produção” realizada, até então, no lado paraguaio através do Porto de Concepción. É importante destacar, dentro desse contexto de produção da

erva-mate nativa, a participação da Companhia Matte Laranjeira que obteve concessão para a exploração da erva pelo governo imperial, em 1883, mantendo o seu monopólio até os primeiros anos da República.

Com a abertura da passagem para a produção da erva-mate por Ponta Porã, o núcleo urbano se constitui e recebe famílias vindas, em boa parte, do Rio Grande do Sul, que buscam fixar-se na região por meio da ocupação de áreas devolutas para a formação de fazendas de criação de gado. Também um grande contingente de paraguaios, que fugiam da fome e da miséria em seu país, migra para a fronteira para a coleta e transporte da erva-mate.

Outro fator que contribui para a colonização da região foi o fim da guerra e a doação de terras feita pelo governo imperial aos ex-combatentes, ou seja, aos heróis da guerra, oriundos de várias partes do Brasil. A partir de então, Ponta Porã constitui-se como núcleo urbano e, em 18 de julho de 1912, é criado, oficialmente, o município de Ponta Porã mediante a Lei nº. 617.

Com a “Marcha para o Oeste”, do governo de Getúlio Vargas, muitos benefícios foram trazidos para a região com a constituição do Território de Ponta Porã, criado em setembro de 1943. Segundo o decreto, o território era composto por oito municípios: Porto Murtinho, Bela Vista, Bonito, Dourados, Miranda, Nioaque, Maracaju e Ponta Porã. Além dos recursos, previu-se, para a região, um ramal ferroviário vindo de Campo Grande, o que melhora a comunicação com o interior do Estado e parte da região sudeste.

Verifica-se o aumento de número de migrantes, o que expande as atividades econômicas para os setores da agricultura e pecuária, além de um grande contingente de militares para a proteção da fronteira. A extinção do território federal de Ponta Porã aconteceu em 1946, com a promulgação da nova Constituição Federal.

Com o objetivo de ocupar a região de fronteira e também para reduzir o poder da Companhia Matte Laranjeira, o Governo Federal - que não a via com bons olhos – implantou,

em 1943, a Colônia Agrícola de Dourados. Os lotes eram cedidos a colonos, muitos deles vindos da região nordeste do País, o que deu início ao surgimento de povoados, vilas e municípios.

1.2 ASPECTOS SOCIAIS, CULTURAIS E LINGUÍSTICOS

A região de Ponta Porã configura-se como um universo cultural diverso e particular. Como região fronteiriça, é espaço de contato e entrecruzamento de culturas. As demarcações entre os dois territórios nunca foram uma questão bem delimitada, o que sempre propiciou um permanente contato entre os dois povos, principalmente por meio das relações de comércio. Outra maneira pela qual as relações sociais se estreitavam constituía-se pelos casamentos realizados entre famílias brasileiras e paraguaias.

De acordo com Queiroz (2003, p. 32-33), dentre a série de providências tomadas pelo governo ditatorial do Estado Novo que visavam a proteção da região considerada militarmente desprotegida, estava o programa chamado de “nacionalização das fronteiras” e foi justamente sobre o sul do Estado que a repressão do regime estadonovista voltou-se com a campanha de desarmamento da população civil, haja vista o envolvimento dos coronéis da região com o banditismo.

E é nesse contexto que surge também a criação da Colônia Agrícola de Dourados, em 1943, como forma de um “dispositivo civilizador” para a região. Essa colônia situava-se no antigo Território Federal de Ponta Porã; localizada em terras férteis que seriam distribuídas gratuita e, preferencialmente, a cidadãos brasileiros.

Dessa forma, o território sul do Estado recebeu migrantes de várias partes do País, quer seja de nordestinos, atraídos pelo programa de doação de terras do governo, gaúchos que tiveram problemas políticos com a revolução Federalista, o pastor de Minas Gerais, ou do

grande número de fugitivos paraguaios, fugitivos da fome e da miséria generalizadas em seu país.

Outro aspecto relevante no contexto da formação do Estado foi, segundo Rosa (1990, p. 20), a convergência de suíços, japoneses, espanhóis, italianos, franceses, alemães, portugueses, norte-americanos, árabes e indianos para o Estado, atraídos pelas diversas possibilidades no setor de atividades particulares. Ainda, segundo a autora, o fluxo migratório trouxe consigo a entrada de capitais, a competição, “a melhoria do nível de vida das populações que se modificam em contacto com novos hábitos, novos sotaques, novos jeitos de encarar o mundo”.

O grande número de migrantes recebidos pela região, desde o seu povoamento, contribuiu para uma pluralidade linguística observada em seu falar. No contexto de uma região fronteiriça, a diversidade linguística é reforçada pelo contato entre culturas e línguas, Ponta Porã convive com as línguas portuguesa, espanhola e guarani, resultando, em muitos casos, numa mistura linguística bastante peculiar.

1.3 BREVE HISTÓRICO SOBRE O PROCESSO DE ASSENTAMENTO NA REGIÃO DE MATO GROSSO DO SUL

Com a mecanização e a modernização da lavoura, estimuladas na década de 1970, como parte da política agrária do governo ditatorial, o Estatuto da Terra perdeu terreno para a agricultura capitalista incentivada pelo governo. Com a substituição da mão-de-obra braçal pelas máquinas, muitos assalariados do campo, arrendatários e parceiros, foram sendo expulsos dos grandes latifúndios, com maior frequência no Sul do Brasil.

De acordo com Morissawa (2001, p.120-122), a solução para esses trabalhadores rurais foi “migrar para as fronteiras agrícolas, onde o governo federal implantou projetos de colonização”. Os trabalhadores excedentes, ou seja, que não cabiam nos projetos federais,

eram “usados para desmatar imensas extensões de terras para as empresas de pecuária extensiva”.

Para Branford e Rocha (2004, p. 25-26), os projetos de colonização do governo se caracterizavam da seguinte maneira:

Na prática, tais projetos de colonização - que não passavam de clareiras na mata, ao longo das estradas abertas na floresta - também assegurariam uma reserva de mão-de-obra para projetos ambiciosos de mineração, pecuária, agricultura e extração de madeira, planejados pelos militares para a região. Como previsto, os assentamentos não prosperaram. Os colonos descobriram que, além da natureza hostil da região, era difícil sobreviver da agricultura de subsistência, com derrubadas e queimadas.

Acostumados à agricultura familiar, muitos desses trabalhadores foram para as cidades na tentativa de melhores condições de vida. No entanto, no final dos anos 1970, a indústria no País começou a dar sinal de crise, que perdurou toda a década de 1980, a chamada “década perdida”. Como consequência da crise na indústria, o desemprego atingiu níveis elevados e os trabalhadores rurais que buscavam, nas cidades, empregos na indústria, foram “expulsos” novamente; antes, no campo, pela modernização da agricultura e, depois, pelo fracasso da industrialização no País.

Podemos dizer que a gênese do movimento por terra no Brasil nasceu devido a vários fatores, o principal deles foi, como citado anteriormente, o aspecto socioeconômico das transformações sofridas pela agricultura na década de 1970, o que gerou, também, os movimentos organizados que reivindicavam a reforma agrária, principalmente com a resistência das famílias sem terra do Sul que, decididas a não “se deixar intimidar e a viajar a uma região desconhecida e hostil, na outra extremidade do país”, não estavam dispostas a deixar o campo.

Caracterizado por grandes latifúndios de exploração, projeto de reflorestamento, usinas de álcool, lavouras mecanizadas e pecuária extensiva, o Estado de Mato Grosso do Sul tem, aproximadamente, 35.054.800 hectares. Destacou-se, na década de 1970, como um dos

maiores produtores de soja do País, consolidando-se mediante incentivos do governo de Estado, a monocultura desse gênero. Esse fato gerou um grande número de trabalhadores desempregados, de acordo com Santos (2005, p. 11), “acentuando assim um grande contingente de bóias-frias que na maioria das vezes são explorados nos trabalhos em benefício dos grandes produtores”.

Em suas palavras, isso foi um dos fatores que contribuiu para o surgimento da luta pela terra no Estado, mais precisamente do Movimento dos Sem-Terra no Mato Grosso do Sul, pois os trabalhadores rurais desempregados inchavam as periferias das cidades, atraídos pelo “progresso”, além da exploração a que eram submetidos nas colheitas e, por fim, sua transformação em “boiadeiros” nas grandes extensões de terras, destinadas à criação de gado.

Com isso, os trabalhadores começam a se organizar no Estado e, em 1981, teve início o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, no Estado. Com o conflito entre arrendatários e posseiros nos municípios de Naviraí, Itaquiraí, Taquarussu, Bonito, e Glória de Dourados, têm-se os primeiros sinais de organização dos trabalhadores, o que evidencia o problema fundiário do Estado.

Diante da exploração dos latifúndios e acudados sob pressões, tanto física como psicológica e sem alternativa de sobrevivência, os lavradores começaram a se organizar [...]. Através de reuniões nas bases, assembleias municipais e interestaduais, onde eram trocadas experiências, os camponeses foram se mobilizando e na medida em que iam crescendo, aumentava a conscientização e a necessidade da força da união para a luta em conjunto. (CORTES, 1985).

Além do apoio da Comissão Pastoral da Terra, no período de formação do movimento, em MS, vieram sem-terras de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e do Espírito Santo, para trabalhar em sua organização. Além do aspecto socioeconômico presente na gênese do movimento por terra no Brasil, existe, também, de acordo com Stedile e Fernandes (2005, p. 19), o elemento ideológico, ou seja, o trabalho pastoral representado pela Igreja Católica e Luterana.

Na opinião desses autores, “com o surgimento da CPT, há um movimento de bispos, padres e agentes de pastoral, em plena ditadura militar, contra o modelo que estava sendo implantado no campo”. É importante lembrar o caráter ecumênico da CPT na gênese do movimento, o que possibilitou a construção de um movimento único, ou seja, de caráter nacional.

Com esse princípio de organização, o movimento em Mato Grosso do Sul inicia articulações para trazer de volta, ao Brasil, os trabalhadores rurais sem-terra que foram buscar trabalho em fazendas no Paraguai, os denominados brasiguaios. É importante lembrar que, com a criação da união democrática ruralista (UDR), em 1985, que tinha como principal diretriz a militância pela manutenção de formas de dominação baseadas no monopólio da terra e do controle do voto e, também, do Grupo de Operações de Fronteira (GOF), que, embora alegasse combater o tráfico na região, tinha como objetivo principal impedir sua entrada no Brasil. Dessa forma, os brasiguaios foram motivados a desistir de ajuda governamental e a se organizar com o apoio do MST. Dessa forma, líderes do movimento são enviados ao país vizinho com o objetivo de discutir a questão da terra com os trabalhadores que lá estavam e que viviam em condições deploráveis, de acordo com Santos (2004, p. 92):

A situação insustentável em que se encontravam, sendo rejeitados tanto no Paraguai quanto no Brasil, levou-os a se organizarem, independentes das organizações brasileiras, para reivindicar seus direitos de cidadania. Como eram tratados como cidadãos de segunda categoria, ‘sem terra e sem pátria’, construíram uma identidade não mais como brasileiros mas como “brasiguaios”, colocando-se como um grupo étnico de fronteiras definidas, mas sem território.

Apesar de muitas reivindicações, a experiência havia demonstrado que o governo não estava disposto a atendê-las, era preciso utilizar formas mais efetivas, dentre elas a decisão de organizar uma ocupação. O destino da ocupação seria um grande latifúndio de 18 mil hectares chamado Santa Idalina, localizado no município de Ivinhema (MS). Em 29 de abril de 1984, o

grupo de mil e cem famílias vindo de todas as partes do Estado, além de duzentos brasiguaios, ocupa a fazenda e, em outubro de 1985, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária formaliza a desapropriação da fazenda, dando origem ao município de Novo Horizonte do Sul.

À ocupação da Santa Idalina seguiram-se outras, como, em 1989, quando mil e oitenta famílias ocuparam a fazenda Itasul, no município de Itaquiraí. Já, no segundo semestre do mesmo ano, o movimento realizou três ocupações nos municípios de Itaquiraí, Jateí e Bataiporã. Em março de 1990, é ocupado em Anastácio, na região do pantanal sul-mato-grossense, outro grande latifúndio.

Organizado em sete regionais em todo o Estado de Mato Grosso do Sul, o movimento conta, atualmente, com vinte e sete assentamentos totalizando cento e sessenta mil hectares conquistados, além de dezenove acampamentos em todo o estado.

A Regional Fronteira foi criada no ano de 2000 pela abrangência da fronteira entre Brasil e Paraguai. O assentamento Santa Catarina foi o primeiro da Regional Fronteira e conta com vinte famílias no total, seguidas pelo assentamento Dorcelina Folador, com duzentas e setenta famílias, no município de Ponta Porã e, posteriormente, iniciam-se as negociações da fazenda Itamarati situada no mesmo município com o assentamento Conquista na Fronteira com trezentas e vinte famílias.

1.4 O ASSENTAMENTO NOVA ITAMARATI I E II

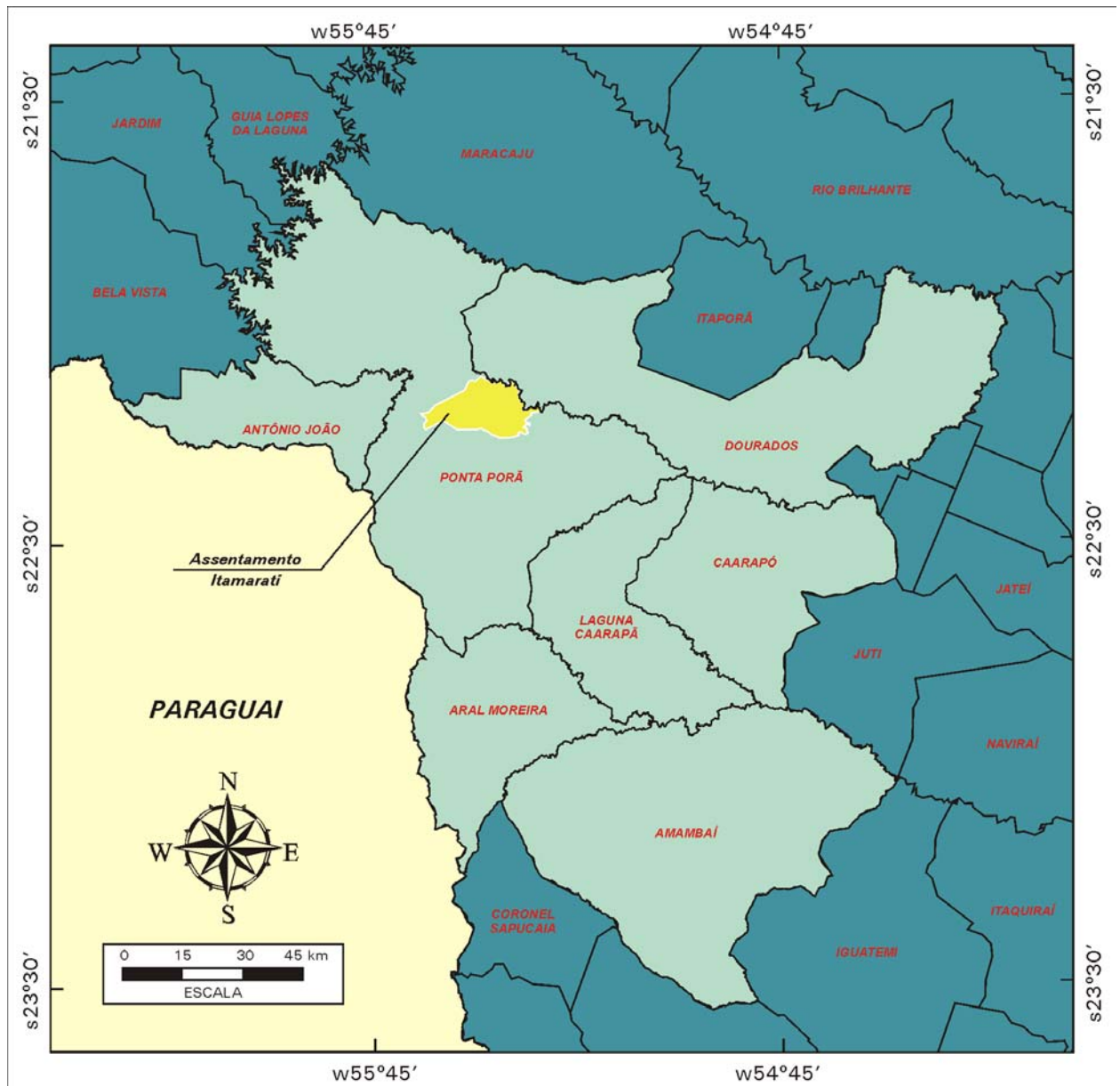


Figura 2: Localização do Assentamento Itamarati e municípios da região de influência.

Localizada em uma área de, aproximadamente, vinte e cinco mil hectares que, antes, pertencia ao grupo Itamarati, de propriedade de Olacir de Moraes que, na década de 1970 e 1980, tornou-se o maior produtor individual de soja no Brasil, a fazenda Itamarati era referencial nacional, e mesmo internacional, para a chamada agricultura de larga escala. Apesar de toda essa estrutura, problemas econômicos levaram-na ao estado falimentar.

Repassada ao banco, como parte de pagamento de dívidas de créditos rurais, o que era antes modelo de produção no País passou a ser visto como algo preocupante e em franco declínio. Sem interesse em continuar com a exploração do sistema produtivo, os credores ofertaram a área ao governo federal para que o projeto de assentamento de famílias acampadas no Mato Grosso do Sul fosse implantado.

A fazenda foi adquirida pelo Instituto de Colonização e reforma Agrária (INCRA), em dezembro de 2000, e incorporada, como seu patrimônio, em maio de 2001. A área do projeto de assentamento Itamarati está dividida em quatro subáreas, uma para cada movimento social. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) está representado por 320 famílias; a Central Única dos Trabalhadores (CUT) possui 280 famílias; a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI) tem 395 famílias e a Associação dos Moradores e Funcionários da Fazenda Itamarati (AMFFI) tem 150 famílias assentadas. Cada grande grupo subdivide-se em grupos menores, com exceção da AMFFI, que compôs um grupo único, como demonstrado no quadro abaixo:

QUADRO 1 – OS GRUPOS SOCIAIS E A POSSE DAS TERRAS

Grupo Social	Área Total aproximada (ha)	Nº de Famílias	Ocupação da Área (ha)				
			Irigada	Sequeiro	Reserva	Reserva permanente	Pastagem Plantada
CUT	6.287	280	1.835	1.400	1.184	190	1.678
MST	6.571	320	1.964	1.402	1.398	287	1.520
FETAGRI	7.727	395	1.751	2.206	716	219	2.835
AMFFI	4.487	150	1.682	1.560	1.023	222	-
TOTAL	25.072	1.145	7.232	6.568	4.321	918	6.033

Fonte: Incra/Seprod/Idaterra (2002)

QUADRO 2 – ORGANIZAÇÃO SOCIAL PARA A PRODUÇÃO

Grupo Social	Área de Exploração			
	Segurança Alimentar	Irrigada	Sequeiro	Pecuária
CUT	Individual	Coletiva	Coletiva	Coletiva
MST	Individual	Coletiva	Coletiva	Coletiva
FETAGRI	Individual	Coletiva	Individual	Individual
AMFFI	Individual	Coletiva	Coletiva	–

Fonte: Incra/Seprod/Idaterra (2002)

Os sistemas de cultivo, implementados nos assentamentos de Ponta Porã/MS, são sistemas de sequeiro, voltados, essencialmente, para a subsistência da família com venda do excedente (milho, feijão, mandioca, arroz), e culturas, tais como: o algodão, milho, soja, etc., as chamadas lavouras brancas, que são plantadas pelos parceiros.

No Plano de Assentamento Itamarati, o sistema de cultivo utilizado pelos assentados no sequeiro, a princípio, é o sistema denominado de convencional, que se caracteriza por práticas tradicionais de preparo de solo, tais como: aração, gradagem pesada, gradagem niveladora e posterior plantio utilizando trator, e até mesmo tração animal. Já no sistema irrigado, a tecnologia adotada pelos parceiros é o sistema de plantio direto, caracterizado pela grande utilização de insumos químicos, especialmente agrotóxicos.

Os sistemas de criação são simples e, neles, o produtor vende o bezerro depois do desmame, aproveita o leite para subsistência da família e vende o excedente a laticínios do município e região, havendo um direcionamento da atividade como geradora de receitas excedentes.

Os assentados, na sua maioria, até a presente data, estão trabalhando em seus lotes individualmente, sobretudo na construção de suas casas e pequenas benfeitorias, além de já terem iniciado algumas atividades agrícolas de subsistência. A safra comercial 2.002/2.003 foi dirigida, na sua maioria, por um pequeno grupo de parceiros que se incumbiram da tarefa, já que o sistema de produção é amplamente mecanizado.

No tocante às mulheres, 90% delas trabalham com os maridos na roça, independentemente da idade; entretanto, seu trabalho é encarado por esses como “uma ajuda”. Além de trabalhar na roça, a mulher executa o trabalho doméstico. No caso das chefas de família, elas apresentam uma produtividade equivalente a de muitos homens.

Os filhos trabalham, geralmente a partir dos 13 anos, às vezes, até antes. Aqueles que estudam à noite trabalham o dia inteiro na roça, os demais trabalham apenas meio período.

Um grande problema existente, hoje, no assentamento Itamarati é a subutilização da mão-de-obra familiar, ocasionada pela falta de investimento nas propriedades e a descapitalização da maioria dos parceiros, o que tende a mudar a partir do acesso dessas famílias ao Crédito Rural.

Localizado a quarenta e cinco quilômetros do município de Ponta Porã e a duzentos e trinta quilômetros da capital do Estado, o assentamento faz parte da Regional Fronteira e abrange sete municípios: Ponta Porã, Amambaí, Aral Moreira, Antônio João, Bela Vista, Coronel Sapucaia e Paranhos, todos esses municípios fazem fronteira com o Paraguai. As negociações para a aquisição da área para o assentamento iniciaram-se em 1997. No entanto, devido ao custo elevado da terra, principalmente pela infra-estrutura implantada, as negociações não avançaram.

Em 1999, foi negociada, pelo governo do Estado, juntamente com o INCRA, metade da área, ou seja, vinte e cinco mil hectares para assentar em torno de mil cento e quarenta e três famílias. Segundo Santos (2005), o sorteio simbólico das terras aconteceu em julho de 2002, na ocasião foram assentadas trezentas e vinte famílias, vindas de oito acampamentos diferentes: 17 de Abril, Joaquim das Neves Norte, Antonio Conselheiro, Antonio Tavares, 1º de Maio, Nova Conquista e Emerson Rodrigues e Chico Mendes.

Foram constituídos dezessete grupos cada qual com dezenove famílias, com uma área cooperada de cento e sessenta hectares, sendo que cada família possui uma área individual de

oito hectares em média. Nesse sistema de cooperação, a área cooperada pertence ao grupo e cada família só tem direito à posse da terra se realmente estiver produzindo de acordo com o planejamento do grupo.

Quanto às atividades de lazer das famílias assentadas, a área comunitária está distribuída em núcleos, em média quatro ou cinco núcleos, caracterizando uma área comunitária comum para o campo de futebol, salão de festas, cancha de bocha, e também a escola.

As famílias que vivem no assentamento são oriundas de vários acampamentos do Estado, como o acampamento Antonio Tavares localizado no município de Eldorado. Tais famílias são pequenos arrendatários, assalariados urbanos, e diaristas rurais e, conforme Santos (2005), a maioria delas veio do país de fronteira, são consideradas, portanto, famílias de brasiguaios.

Do acampamento Joaquim das Neves Norte, localizado em Itaquiraí, as famílias têm origem rural, sendo um número considerável também de brasiguaios. Localizadas no município de novo Horizonte do Sul, as famílias dos acampamentos 17 de Abril e Chico Mendes são compostas por filhos de arrendatários descendentes de brasiguaios, diaristas rurais e também de trabalhadores vindos da área urbana. Já o acampamento Emerson Rodrigues, no município de Dois Irmãos do Buriti, conta com famílias de pequenos arrendatários e diaristas rurais.

Localizados no município de Ponta Porã, os acampamentos 1º de Maio e Antonio Conselheiro são compostos por famílias de outros acampamentos que vieram para o assentamento Itamarati. São pequenos arrendatários, diaristas rurais, bóias-frias e brasiguaios.

1.5 A EDUCAÇÃO DO CAMPO

O Setor da Educação, dentro do movimento de luta pela terra, vem sendo construído há mais de vinte anos, segundo o Boletim da Educação do MST. A trajetória, para garantir o acesso à educação ao povo Sem Terra, começa ao mesmo tempo com a luta pela terra. De acordo com as diretrizes do movimento, o conceito de Educação do Campo está assim definido:

A Educação do Campo é um conceito cunhado com a preocupação de se delimitar um território teórico. Nosso pensamento é defender o direito que uma população tem de pensar o mundo a partir do lugar onde vive, ou seja, da terra em que pisa, melhor ainda: desde a sua realidade. Quando pensamos o mundo a partir de um lugar onde não vivemos, idealizamos um mundo, vivemos um não-lugar. (Educação do Campo: Identidades e Políticas Públicas. Coleção Educação do Campo, 2002, p. 97).

Ligada à ideia de que lutavam pelo direito à educação tanto quanto pelo direito a terra, os trabalhadores organizavam escolas nos acampamentos e assentamentos, mesmo que de forma precária e exigiam seu reconhecimento, bem como a nomeação de professores por parte do poder local.

Foi realizada em julho de 1987 a primeira reunião nacional para professores de assentamentos, onde foi discutida a implementação de escolas públicas da 1ª a 4ª série e a formação dos professores. De acordo com Branford e Rocha (2004, p. 160), o movimento já enfrentava um grande dilema, pois como acreditava na educação pública, exigia das autoridades locais a responsabilidade pelo provimento das escolas.

No entanto, apesar da vitória na aceitação dos órgãos públicos pela demanda, isso acarretou um problema ainda mais sério já que os professores enviados para dar aulas nos acampamentos e assentamentos faziam parte de um sistema educacional urbano, que desconsiderava as diferentes necessidades educacionais do campo, como explicam os citados autores:

Embora alguns professores, individualmente, tenham chegado a admirar o movimento e a identificar-se com ele, a maioria considerava o fato de serem enviados para ensinar em assentamentos, especialmente os mais remotos, muito mais uma punição do que um desafio. Iam carregados de preconceitos urbanos contra os sem-terra e diziam freqüentemente aos alunos que os pais deles haviam cometido um crime ao invadir terras pertencentes a outras pessoas.

Essa situação causava confusão em meio às crianças que, por meses a fio, viviam em condições precárias até a conquista do direito a terra. A questão deslocou-se para outra direção, ou seja, não bastava simplesmente conseguir a construção de escola, mas “que escola e que tipo de professores”. Essa reflexão levou-os à decisão de formar seus próprios professores e, com a finalidade de estabelecer um sistema educacional capaz de produzir “novos seres humanos”, foi criado o Setor Nacional de Educação.

Embora tivessem aprendido com a experiência de outros movimentos camponeses na luta pela terra, não havia nenhum precedente no setor da educação sobre o qual pudessem apoiar-se. Baseados, fundamentalmente, em Paulo Freire como fonte de inspiração, foram desenvolvidos novos métodos educacionais para o movimento, além de trabalhos de educadores de outros países, sobretudo socialistas.

A partir de 1990, com o primeiro curso de treinamento para professores, o movimento passou a produzir livros de textos e material didático marcados pela produção coletiva e sistematização de experiências coletivas. Esses cursos de treinamento eram de nível médio (Normal Superior) até o nível superior com o curso Pedagogia da Terra. A partir da criação do Programa Nacional de Educação, na Reforma Agrária, Incra/ MDA, o Pronera, o trabalho com cursos formais teve maior impulso, formando, em 2003, aproximadamente, setecentos educadores.

Na Conferência Nacional de 1998, o movimento articulou-se em nível nacional por uma Educação do Campo, criando parcerias com entidades, o que resultou na elaboração de

princípios básicos para o Setor da Educação. Segundo balanço de vinte anos da educação no movimento, foram implementadas, de forma estimativa, aproximadamente, 1500 escolas públicas nos acampamentos e assentamentos, atendendo, em média, 160 mil crianças e adolescentes Sem-terra, além da formação de quatro mil educadores.

A educação de jovens e adultos no trabalho de alfabetização, no ano de 2003, envolveu mais de vinte e oito mil educandos e dois mil educadores; desenvolveu práticas de educação infantil em seus cursos, foram criadas algumas escolas de ensino médio nos assentamentos e começaram a realizar cursos superiores em parceria com várias universidades brasileiras

Na concepção de escola para movimento, a comunidade participou ativamente de questões, como a elaboração do projeto escolar, seus desdobramentos e as atividades concretas do grupo escolar. Por sua vez, a escola auxilia o desenvolvimento local num processo de reflexão sobre as questões da comunidade e, sobretudo, busca alternativas concretas. A comunidade e a escola caminham lado a lado, contribuindo mutuamente para o desenvolvimento e solução de problemas.

Os educandos são sujeitos participantes no processo de construção do conhecimento e também da dinâmica escolar. A auto-organização dos educandos é um princípio educativo fundamental para a educação do campo, em que o compromisso, assumido na escola com tarefas práticas que vão desde a sua manutenção e organização até tarefas políticas e decisórias, é outro importante fator de formação estudantil.

É relevante esclarecer que a existência de escolas de nível médio, em áreas de assentamento é algo recente e um dos grandes desafios é o de assegurar escolas desse nível no próprio campo e que se comprometam com questões relativas à comunidade a que pertence. O objetivo maior é dar ao jovem o direito de concluir seus estudos em nível médio, no campo, para que possam colocar em prática, também no campo, os conhecimentos acumulados. A

escola média trouxe, ainda, a possibilidade de profissionalização dos jovens; embora não se constituam em política pública da educação do campo, os cursos profissionalizantes são de caráter regional, estadual e alguns nacionais e buscam capacitar os jovens nas diferentes áreas do saber.

Manter o jovem no campo é um grande desafio para o setor educacional, mesmo porque, de acordo com relatos de alguns alunos do Ensino Médio, as condições da escola no assentamento são precárias e as várias possibilidades que a cidade lhes oferece são, em boa medida, atraentes. E, um dos problemas que surgiu, com essa mudança de realidade, é o da formação da identidade, já que a escola tem papel fundamental nessa formação.

Ao deslocar-se para a cidade, o aluno encontra uma escola que não leva em consideração a cultura do povo trabalhador do campo, o que resulta, fatalmente, numa descaracterização e desvalorização de elementos relacionados ao campo. Dessa forma, a Educação do Campo busca concretizar-se através de instalações de escolas no campo com projetos políticos pedagógicos que privilegiem e respeitem o imaginário camponês.

1.6 A ESCOLA

Localizada no assentamento Itamarati I, a Escola Estadual Professor José Edson Domingos dos Santos foi inaugurada em 18 de março de 2002, iniciando seu ano letivo com trezentos e cinquenta e três alunos, atendendo o Ensino Fundamental e Ensino Médio, contando, em dezembro do mesmo ano, com um total de um mil trezentos e quarenta alunos.

Mantida pelo Estado de Mato Grosso do Sul – Secretaria de Estado de Educação - a escola oferece Educação Básica nas seguintes modalidades e características:

- i) Ensino Fundamental e Médio (as turmas são organizadas em regime seriado).
- ii) A progressão é de forma continuada.
- iii) Educação de Jovens e Adultos (as turmas são organizadas por fases).

iv) Atende a uma clientela a partir de 06 (seis) anos de idade: crianças, jovens, adolescentes e adultos.

Atualmente, possui cinquenta turmas, perfazendo o total de um mil quinhentos e onze alunos na Escola Pólo e nas duas extensões localizadas a vinte e dois quilômetros da escola. A população atendida pela escola é de origem rural, são filhos de agricultores assentados e acampados oriundos de diversas regiões do Estado, alguns, inclusive, de outros Estados, alunos paraguaios e, também, um considerável número de brasiguaios.

Embora atenda uma grande demanda de alunos, a escola Professor José Edson, como é conhecida, não oferece aos jovens um espaço integrado para a realização de atividades esportivas e recreativas. Conforme depoimentos dos alunos, a única possibilidade que têm para “se divertir”, para encontrar-se com os colegas e também para a realização de trabalhos exigidos pelos professores está no espaço escolar.

Não há espaço para a biblioteca e, conseqüentemente, para a realização de trabalhos extraclasse. Os livros que necessitam para as consultas não podem ser retirados da escola, por isso, para realizá-las os alunos dirigem-se à escola em outro período, passando muitas vezes pelo transtorno dos ônibus escolares e as condições precárias das estradas que dão acesso à escola.

Contando com apenas uma quadra para a realização de atividades esportivas, a escola não dispõe do material necessário para a realização dessas práticas, tendo o professor, em muitas ocasiões, que adquirir seu próprio material. Apesar dos vários problemas e dificuldades, a maioria dos alunos mostra que a escola configura-se como o único espaço disponível para a interação com outros jovens da comunidade.

A escola desempenha um papel social extremamente importante para os jovens assentados: é na escola que a comunidade realiza suas reuniões, delega tarefas aos vários

grupos, realiza atividades complementares sobre a chamada educação do campo, realiza festas de confraternização, e, sobretudo, lhes possibilita a realização de atividades de lazer.

CAPÍTULO II

2 CONSIDERAÇÕES SOBRE O FENÔMENO DA ALTERNÂNCIA PRONOMINAL

2.1 PRONOMES PESSOAIS

Para alguns estudiosos, apontar as deficiências apresentadas pela gramática tradicional¹ tornou-se lugar-comum, por outro lado, sabemos que aspectos como o processo de transformação do quadro dos pronomes pessoais do português do Brasil, não deve ser ignorado pelos manuais que ditam as regras de uso da língua.

Podemos constatar esse fato ao observar que na maioria dos livros didáticos, embasados no enfoque tradicional, a subclasse dos pronomes pessoais sujeito continua sendo apresentada como composta de três pessoas no singular (*eu, tu, ele/ela*) e três pessoas no plural (*nós, vós, eles/elas*), a despeito de quaisquer mudanças ocorridas nesse sistema.

A propósito dos pronomes, Monteiro (1994) relata que, desde a cultura grego-romana, esses foram alvo de reflexões e enganos que, ainda hoje, perduram. Representativa da gramática alexandrina, a *Téchne Grammatiké* de Dionísio o Trácio, considerada a primeira gramática do Ocidente, influenciou outras obras gramaticais e seus traços fundamentais podem ser ainda hoje reconhecidos em tais obras.

Dionísio, ao classificar as partes do discurso, que, segundo Moura Neves (2002, p.53), “é um esquema bastante semelhante ao das nossas gramáticas”, afirma ser o pronome a palavra usada no lugar do nome, indicativa de referência pessoal definida, classificando-os em primitivos (pessoais) e derivados (possessivos). Os pronomes primitivos apresentavam duas figuras, simples e composto e eram empregados sem artigo. Portanto, vemos que em sua

¹ Passaremos a utilizar de agora em diante GT para gramática tradicional .

definição a indicação de pessoa fica evidente, além da ideia de que o pronome se usa no lugar do nome.

Respalado em enfoque filosófico, Apolônio Díscolo escreveu sobre a divisão das partes do discurso e sobre a sintaxe delas. Em sua obra, as categorias foram repensadas, sua ordenação e seu conceito, embora mantivessem a essência da proposta de Dionísio. Os pronomes aparecem em sua classificação logo após o artigo porque se colocam no lugar do nome, em contraste com o artigo, adjunto ou nome.

Com relação à distinção entre o nome e o pronome, para Apolônio Díscolo, o nome designa a coisa por meio de suas qualidades, descrevendo-a, já o pronome indica a coisa na sua presença (dêixis) ou na sua ausência (anaphora). Sem dúvida, o caráter de substitutivo foi o traço definidor da unidade denominada pronome, tal definição foi norma no pensamento gramatical tradicional.

Essa definição, dada aos pronomes pela GT como substitutivos do nome, não corresponde à realidade, pois, ainda segundo Monteiro (1994, p. 29), nem todos os pronomes funcionam como substitutos:

Desde a cultura greco-romana, os vocábulos que tradicionalmente são conhecidos como pronomes foram alvo frequente de reflexões e equívocos que ainda hoje perduram. A própria designação e o conceito que a ela subjaz não correspondem à realidade. Em primeiro lugar, nem todos os pronomes funcionam como substitutos. Em segundo, os que exercem essa função nem sempre substituem nomes. E, por fim, há expressões substitutivas que não se classificam necessariamente como pronomes.

Fica evidente, diante da complexidade da natureza dos pronomes, não ser suficiente atribuir-lhe o caráter exclusivamente substitutivo como sua principal função semântica e gramatical, apesar de essa função aparecer em muitos enunciados, principalmente quando há uma correlação dos pronomes com os termos antecedentes.

A natureza dos pronomes tem como traço categorial a capacidade de fazer referência, determinação categorial da qual decorrem duas grandes funções de classe:

- a) interacional: representar na sentença os papéis do discurso, função que remete à situação de fala;
- b) textual: garantir a continuidade do texto, remetendo a elementos do próprio texto.

Além de sua natureza referenciadora, Moura Neves (2000) ressalta que, dispondo de determinadas formas particulares, os pronomes também apresentam a função de explicitar a natureza temática do referente. Dessa forma, reservar-lhes somente a característica de substituição é insatisfatório, já que a equivalência dos termos envolvidos não se faz de forma plena, pois, mesmo quando usados em lugar de nomes, conservam certas características que retiram qualquer possibilidade de que o processo de substituição seja perfeito.

Camara Jr. (1980) esclarece que, em latim, o sistema de indicação dos pronomes situava-se no eixo falante-ouvinte estabelecido no ato comunicativo. Existiam formas específicas para indicar a primeira pessoa (falante), e a segunda (ouvinte), no entanto, não havia pronomes para designar os elementos exteriores ao eixo (3ª pessoa), esses elementos eram indicados conforme sua posição em referência ao falante-ouvinte.

Conforme o autor, para representar o singular e o plural da primeira pessoa, havia cinco casos com flexões:

<i>Caso</i>	<i>Singular</i>	<i>Plural</i>
<i>Nominativo</i>	<i>Ego (eu)</i>	<i>Nos (nós)</i>
<i>Genitivo</i>	<i>Mei (de mim)</i>	<i>Nostrum ou nostri (de nós)</i>
<i>Dativo</i>	<i>Mihi (a mim, para mim, me)</i>	<i>Nobis (a nós, para nós, nos)</i>
<i>Ablativo</i>	<i>Me (por mim)</i>	<i>Nobis (por nós)</i>
<i>Acusativo</i>	<i>Me (me)</i>	<i>Nos (nós)</i>

Para o singular e plural da segunda pessoa, havia seis casos com flexões:

<i>Caso</i>	<i>Singular</i>	<i>Plural</i>
<i>Nominativo</i>	<i>Tu (tu)</i>	<i>Vos (vós)</i>
<i>Acusativo</i>	<i>Tu (tu)</i>	<i>Vos (vós)</i>

<i>Genitivo</i>	<i>Tui (de ti)</i>	<i>Vestrum ou vestri (de vós)</i>
<i>Dativo</i>	<i>Tibi (a ti, para ti, te)</i>	<i>Vobis (a vós, para vós, vos)</i>
<i>Ablativo</i>	<i>Te (por ti)</i>	<i>Vobis (por vós)</i>
<i>Acusativo</i>	<i>Te (te)</i>	<i>Vos (vos)</i>

Como dito anteriormente, aos pronomes de 3ª pessoa correspondia um sistema de demonstrativos: *hic*, para o que estava próximo do falante, *iste*, para o que estava próximo do ouvinte, e um conjunto de outros pronomes para o que estava além do falante-ouvinte: *ille*, *is* e *ipse*. Tinham formas específicas para o masculino, feminino e neutro, com flexão para os cinco casos. Apesar da supressão do sistema de declinações, ocorrido na passagem do latim vulgar para o português, que atingiu inteiramente a classe dos nomes; observa-se, porém, alguns vestígios no emprego dos pronomes pessoais.

Dessa forma, como já mencionado, temos apresentado pela GT o referido quadro dos pronomes pessoais sujeitos em português:

<i>Pessoas gramaticais</i>	<i>Pronomes pessoais retos</i>
1ª singular	eu
2ª singular	tu
3ª singular	ele ou ela
1ª plural	nós
2ª plural	vós
3ª plural	eles ou elas

Quanto à sua noção da pessoalidade, está relacionado diretamente a três pessoas do discurso: quem fala (*eu, nós*); com quem se fala (*tu, vós*); de quem se fala (*ele, ela, eles, elas*), conforme atestam Cegalla (2000), Cunha e Cintra (1985); Sacconi (1985). No entanto, a noção de pessoa tem sido objeto de reflexões e críticas, pois só existem de fato duas pessoas no ato comunicativo, o falante e o ouvinte, a terceira pessoa possui natureza e funções distintas e pode referir-se à coisas, seres vivos e abstrações.

Assim é que Lyons (1971) e Benveniste (1988) se posicionam quanto ao esquema de pessoalidade dos pronomes pessoais. Lyons afirma que enquanto o falante-ouvinte está obrigatoriamente presente no ato comunicativo, necessariamente são definidos e se referem a seres humanos; já os pronomes de terceira pessoa, por não estarem presentes na enunciação, nem sempre ostentam esse traço.

Para Benveniste (1988, p. 282), a terceira pessoa rompe a simetria do sistema e se reporta a objetos situados fora do eixo da enunciação, aliás, para o autor, a definição comum dos pronomes pessoais, como contendo as três pessoas *eu*, *tu*, *ele*, extingue justamente a noção de pessoa, pois essa noção é própria somente de *eu* e *tu* que são os elementos constituintes da enunciação. Benveniste considera que *eu* e *tu* são as verdadeiras pessoas do discurso, por oposição ao *ele*, que é não-pessoa. Dessa forma, para o autor, a “terceira pessoa”

[...] representa de fato o membro não marcado da correlação de pessoa. É por isso que não há truísmo em afirmar que a não-pessoa é o único modo de enunciação possível para as instâncias de discurso que não devam remeter a elas mesmas, mas que predicam o processo de *não importa quem* ou *não importa o que*², exceto a própria instância [...].

A terceira pessoa seria, então, a não-pessoa opondo-se as duas primeiras pessoas, assumindo, dessa forma, um caráter de impessoalidade e ausência de marca. A não-pessoa transcende o eixo falante-ouvinte, ela não é nem o falante nem o ouvinte, e pode ter o traço [\pm animado]. É questionável, então, categorizar a terceira pessoa como uma pessoa, levando-se em conta que no ato comunicativo as verdadeiras pessoas são *eu* e *tu*.

Podemos, pois, resumir essas oposições, de acordo com Duarte e Lima (2000, p. 90):

- a) *eu* e *tu*, no ato de fala, são únicos, enquanto *ele*, por se aplicar a um sem número de sujeitos não comporta unicidade;
- b) *eu* e *tu* ostentam alternância, no ato de fala, por oposição a *ele*, que não exhibe alternância, por ser exterior ao discurso;
- c) *eu* e *tu* se apóiam pela correlação de subjetividade: *eu* é pessoa subjetiva,

² Grifo do autor.

contrastando com *tu*, pessoa não-subjetiva, ambos oponíveis a *ele*, membro não marcado da correlação.

Além de reflexões, como o processo de referencialidade, muitos outros estudos sobre o sistema pronominal do PB apontam a necessidade, ou pelo menos a discussão, sobre as modificações que já ocorreram ou estão em andamento nesse sistema. Destacamos o importante estudo de Monteiro (1994, p. 36), que, ao observar essas modificações, revela que as formas para a segunda pessoa registrada pela GT *tu* e *vós*, são, na realidade, *você* e *vocês*. Segundo o autor, a forma *tu* está restrita a poucas localidades brasileiras e a forma *vós* é considerado um arcaísmo.

Com a entrada da forma *você* e a substituição da forma *nós* por *a gente*, o que se observa, ainda de acordo com o autor, é a progressiva simplificação do esquema de conjugação, o que torna os pronomes pessoais cada vez menos redundantes, “porque quase só a eles cabe a indicação da categoria de pessoa”. Portanto, o sistema de casos dos pronomes pessoais estaria em vias de extinção porque se encontra em um processo de reestruturação, evidenciado pela introdução de novos pronomes cujas formas expressem tanto a função de sujeito como qualquer outra função.

Assim, a introdução das formas *você* e *a gente*, indícios claros dessa desestruturação, se prestam tanto para expressar o sujeito como qualquer outra função. *Você* representa não só os pronomes do caso reto de segunda pessoa, mas, também, os oblíquos correspondentes, e a forma *a gente* é usada em qualquer função, substituindo tanto a forma *nós* como o clítico *nos*.

2.2 PRONOMES DE PRIMEIRA PESSOA: NÓS E A GENTE

Vimos que a introdução de novas formas amplamente utilizadas na linguagem coloquial ao sistema pronominal do PB é uma questão problemática, haja vista, a não inclusão dessas formas ao sistema pela GT. Também vimos que a essa questão soma-se outra, não

menos importante, que é a noção de pessoa correlata à noção de número. Contudo, antes de apresentarmos as implicações envolvidas na categoria de número, faremos uma breve apresentação dos pronomes da primeira pessoa do plural na função de sujeito.

As gramáticas tradicionais Cegalla (2000), Cunha & Cintra (2007 a, 1985 b), Sacconi (1985), Melo (1978), Bechara (1972), Said Ali (1966) não divergem entre si quanto à apresentação do quadro dos pronomes pessoais. Elas seguem a ordem canônica de apresentação e os pronomes são considerados como indicadores universais das pessoas do discurso no singular e no plural: a que fala (*eu/ nós*), a com quem se fala (*tú/ vos*) e a pessoa ou coisa de que se fala (*ele/eles*).

De acordo com Said Ali (1966, p. 93-114), o plural da forma *nós* significa *eu*, pronome da 1ª pessoa, associada a outra ou outras pessoas: *eu+ tu; eu+ ele; eu+ vós*, etc. Pode-se empregar na primeira pessoa como plural majestático (solidariedade) ou de modéstia. Quanto à forma *a gente*, o autor a vê apenas como pronome indefinido ao lado do pronome *homem*:

Têm de comum êstes dois pronomes o mostrarem visivelmente que se originaram cada qual de um substantivo; ou, melhor são nomes que assumem caráter pronominal quando usados, não já na acepção própria, mas para indicar agente vago e indeterminado.

Em Cunha & Cintra (1985a, 2007b), a forma *a gente* é considerada como fórmula de representação da primeira pessoa. Bechara (1972) a classifica como um pronome de tratamento e observa que o substantivo *gente* precedido do artigo *a* passa a pronome quando se refere a um grupo de pessoas em que se inclui a que fala, ou a esta sozinha, fora da linguagem cerimoniosa.

Melo (1978) não faz nenhuma referência à forma *a gente* e existe até quem não a considere um pronome. Dessa forma, notamos que não há, entre os gramáticos, certa concordância de classificação com relação à forma *a gente*, pois a consideram como pronome

peçoal, forma de tratamento, pronome indefinido e, como explica Lopes (1996, p.116), comentam-na “em notas ou observações de rodapé”.

Correlata com a noção de pessoa, sobre a qual explanamos anteriormente, é a noção de número. Constitui um grave equívoco dizer que *nós* é o plural de *eu*. No entanto, é como a GT associa à noção de número a categoria de pessoa, deixando de lado o uso mais abrangente da forma *nós* de um “eu-ampliado”.

Sabemos que a ideia de plural só se aplica ao pronome de terceira pessoa, tal como aplicada aos nomes, pois a categoria de plural não se aplica simetricamente de modo igual à primeira e à terceira pessoa.

Para Monteiro (1994, p. 38), dizer que *eu* e *tu* possuem plurais seria um absurdo, visto que não pode haver ideia de plural de *eu* mais *eu* nem *tu* mais *tu*, sem troca de pessoa.

Segundo o autor:

Fica, pois, esclarecido que uma forma como *nós* é realmente plural, mas nesse aspecto não se correlaciona com *eu*, nem morfológica nem semanticamente. E, com isso, a categoria de plural nos pronomes pessoais é bastante diferente da que existe nos nomes.

Sobre a diversidade de associações, o autor apresenta exemplos com a forma *nós*, esquematizando os seguintes valores:

- a) aspecto inclusivo (*nós*= eu + você (s) ou eu+ você (s) + ele (s)): *nós* aqui a visita dum grande sociólogo³;
- b) aspecto exclusivo (*nós* = eu + alguém que não é você): *nós* fazemos um rancho porque a família é grande;
- c) aspecto genérico (*nós* = nem eu, nem você, mas qualquer pessoa): *nós* tínhamos a toracoplastia, *nós* tínhamos o pneumotórax; hoje em dia se procura tratar o doente com essas medicações.

³ Os exemplos são do autor.

Dessa forma, é impossível uma verdadeira primeira pessoa do plural, porque a ideia de mais de um *eu* é inexistente. *Nós* não é mera multiplicação de várias pessoas idênticas, no entanto, a essa forma pode-se incluir, além do falante, o ouvinte e outras pessoas, assumindo um valor ampliado e difuso.

Face a tantas complexidades, Monteiro (1994) postula como saída, conservar a noção de pessoa, desvinculando-a da de número, isso resultaria seis pessoas gramaticais, já aplicado ao português por Câmara Jr. (1980). Monteiro observa a implicação do duplo paradoxo, ou seja, “o de atribuir ao pronome *ele* a categoria de pessoa correlacionada às demais e o de disjungi-lo em duas pessoas gramaticais (a terceira e a sexta), como se a mudança de número instaurasse para esse pronome uma nova noção de pessoa”.

2.2.1 *A gente*

Podemos observar que a forma *a gente* está concorrendo com a forma *nós* como possibilidade de expressão da primeira pessoa do plural no PB, como atestam várias pesquisas Santana (2006), Viana (2006), Silva (2005), Tamanine (2002), Laureano (2003), Menon et alii (2003), Bueno (1996), Lopes (1996), Omena, (1996), Monteiro, (1994)⁴. O substantivo *gente* originou-se do substantivo feminino latino *gēns, gēntis*. Juntamente com o artigo definido “a”, resultou a forma *a gente* deixando de ser um substantivo, passou a ter um uso mais ampliado, pois faz referência, ao lado da forma *nós*, à primeira pessoa do plural.

No entanto, essa possibilidade de referência não é, como já dito inicialmente, reconhecida pelo enfoque tradicional, a GT não inclui em seu esquema pronominal a forma inovadora *a gente*. Em nossos dados, podemos observar através de alguns exemplos, o uso das formas *nós* e *a gente* pelo entrevistado:

⁴ As pesquisas serão descritas na seção 2.2.3.

- (1) “i dipois qui a genti mudô pra cá, nóis peguemu cunhicimentu né? duenti:: otru dia vim aqi :: peguei rémédiu pra eli, tudim, fazia almoçu deli:: lavei ropa pra eli”. (MIAM)
- (2) “apesar das dificultadi qui nóis temu aqui, nu tem uma biblioteca:: né? um... uma biblioteca assim... cumu qui eu possu dizê? qui possa instruí a genti melhor assim... tá, tá... tá senu legau né?” (HJAJ)

2.2.2 A gramaticalização da forma a gente

Moura Neves (2002, p.175-176) analisa o desenvolvimento dos estudos funcionalistas relativos a questões como “a gradualidade na fixação de categorias e a sensibilidade da gramática às pressões da informatividade e à força ditadas pela atitude do falante”. A autora define a gramaticalização como “um processo pancrônico que consiste na acomodação de uma rede que tem áreas relativamente rígidas e áreas menos rígidas”. Às peças de propriedades características, somam-se novas peças convencionalizadas como exemplares (gramaticalizadas), propiciando terreno para mais inovações.

De acordo com a autora, existem áreas privilegiadas para se verificar a existência de acomodações em processo e, em todas elas podem-se comprovar os princípios básicos atribuídos ao processo de gramaticalização (HOPPER, 1991 *apud* MOURA NEVES, 2002):

- a) a estratificação: formas diferentes coexistem com função similar;
- b) a divergência: formas gramaticalizadas se separam, e a forma original permanece, com significado semelhante ao originário;
- c) a especialização: dentro de um domínio, um item se torna obrigatório, pela diminuição das possibilidades de escolha;
- d) a persistência: na forma gramaticalizada permanecem vestígios do significado lexical original; morfológicos e as características sintáticas próprias das categorias plenas.

Dentre as áreas citadas pela autora, temos a área das formas de tratamento que se alternam com substantivos que, diacronicamente, são os próprios elementos de que elas se originaram. A gramaticalização da forma *a gente* apresenta a seguinte cadeia de transformação (MENON, 1996 *apud* SILVA, 2005):

LNP	>	LNE	>	LNI	>	P. Ind.	>	P.P.1ª p P>S
[gente]		a gente		[a gente]		a gente		a gente

Portanto, temos em LNP (Locução Nominal Plena) fase em que o substantivo *gente* funciona autonomamente, constituindo locução nominal à direita ou à esquerda. Em LNE (Locução Nominal Especial), temos o artigo “a” junto ao substantivo, porém, isso não impossibilitava a variação de número da locução nominal. Na LNI (Locução Nominal Invariável), a locução perde essa capacidade e torna-se invariável o que leva a sua especialização passando ao emprego de indeterminação do sujeito, logo se transformando em pronome indefinido. O último passo da gramaticalização é a forma *a gente* já denominada como pronome pessoal de primeira pessoa.

Segundo Lopes (2003), o processo de gramaticalização da forma *a gente* ocorreu de forma lenta e gradual, mesmo porque, segundo a autora, somente no século XVIII é que foram localizadas ocorrências de *a gente* como pronome. Gradativamente, a noção genérica de pessoa intrínseca ao substantivo *gente* vai sofrendo uma mudança. O traço semântico de pessoa começa a deixar de ser [ø eu] e se altera para [+ eu], embora conserve o sentido original do substantivo que tinha um caráter coletivo, o que significa dizer que o falante pode incluir-se nele ou, ainda, individualizar-se, pois, como substantivo, *gente* apresenta flexão de gênero e número.

A partir do século XIX, os casos interpretados como de natureza duvidosa deixam de ocorrer porque há, então, um emprego intensivo de *a gente* como forma pronominal. A autora

defende, também, que o processo de gramaticalização do substantivo *gente* não foi um processo isolado e sim, uma consequência de uma mudança encaixada linguística e socialmente.

2.2.3 Trabalhos sobre a alternância pronominal

Como já citado, muitos fenômenos consagrados na língua falada não são contemplados pela GT, em contrapartida, pesquisas de cunho variacionista atestam a frequente substituição de formas pronominais no PB. Correlacionada a uma possível simplificação do paradigma de conjugação verbal, o quadro de pronomes vem se reestruturando profundamente. Algumas mudanças, como a substituição do pronome *vós* por *você(s)*, se encontram plenamente consumadas, conforme Monteiro (1994).

Ainda segundo esse autor, outras substituições lutam para estabelecer-se como a variação entre as formas pronominais *nós* e *a gente*. A entrada da forma *a gente* no quadro dos pronomes pessoais já propiciou vários trabalhos que contemplam a fala culta e também a fala popular de várias regiões brasileiras, focalizando, principalmente, o contraste entre as formas da primeira pessoa do plural.

Omena (1996), em estudo com a fala popular baseada num *córpus* de 64 informantes da cidade do Rio de Janeiro, atestou uma preferência geral de 69% para a forma *a gente*. Além de fatores estratificados como idade, sexo, escolaridade, a autora também analisou outros de ordem não estratificada como renda, exposição à mídia, mercado ocupacional e sensibilidade linguística. As formas *nós* e *a gente* foram observadas em diferentes funções como objeto, direto, objeto indireto, complemento nominal, adjunto adnominal, adjunto adverbial, e predicativo do sujeito, controlando os fatores linguísticos como o número e determinação do referente, saliência fônica e sequência do discurso.

Sua pesquisa revela que as formas usadas para a indicação da primeira pessoa do plural no PB, estão ocorrendo em todas as faixas etárias, embora, informantes das faixas etárias mais jovens tendem a preferir o uso da nova forma, em detrimento da forma canônica. Porém, com a mudança da faixa etária pelo passar dos anos, observa-se que os falantes sofrem uma pressão de forças mais conservadoras que os levam à preferência da forma *nós*, considerada padrão. Isso se deve à ampliação de sua rede social, principalmente aquela relacionada ao mercado de trabalho.

Quanto à variável sexo, observou-se uma leve tendência de uso da forma *nós* pelas mulheres, no percurso da atividade profissional, mais do que os homens. O fator escolaridade também influenciou na questão da presença e ausência do sujeito *nós* e *a gente*, demonstrando a clara proporção de que quanto mais escolarizado o falante, menor a probabilidade de apagamento do sujeito com verbos na terceira pessoa com referência a primeira pessoa do plural.

Com os grupos de fatores linguísticos, Omena atesta que no grupo de fatores sequência do discurso quando o referente é mantido, sua escolha atua sobre as formas subsequentes, corroborando que marcas levam a marcas. Controlando os fatores grupo grande e indeterminado e grupo pequeno ou intermediário e indeterminado, grupo grande e determinado e grupo pequeno ou intermediário e determinado, a autora observou os seguintes resultados para o grupo de fatores número e determinação dos referentes: maior número de pessoas cuja referência é geralmente indeterminada, o que vale é a indeterminação .72, quando a referência é determinada, o uso da forma *nós* é incrementado restando uma probabilidade de .28 para a forma *a gente*. Quanto aos demais grupos, pequenos ou intermediários, determinado e indeterminado, o que se observou foi um processo de neutralização.

Sobre a saliência fônica, os resultados obtidos demonstram que a forma *a gente* é favorecida com as formas verbais que apresentam menor saliência fônica. Em resumo, Omena constata que o fenômeno da variação entre as formas *nós* e *a gente* indica um processo de mudança linguística em curso, haja vista, que a forma inovadora vai de forma gradual ocupando o espaço da forma conservadora.

Ilari *et alii* (2002) apresentam um estudo sobre a variação entre *nós* e *a gente* em todas as capitais cuja fala foi registrada pelo Nurc (SP, RJ, POA e RE). As formas de pronomes pessoais encontradas nos inquéritos foram:

- para a 1^a pessoa: *eu/ nós/ agente*;
- para a 2^a pessoa: *tu/ você/o senhor/a senhora*;
- para a 3^a pessoa: *ele /eles/ ela/ elas*.

O estudo revelou que, quanto à primeira pessoa do plural, no total de dois tipos de inquéritos (DIDs e D2s) e no total de três capitais (SP, RJ e POA), a forma *a gente* é mais frequente que a forma *nós*. Já no total das elocuições formais (Efs) e no total de duas capitais (SSA e RE), o resultado é inverso: a forma *nós* é mais frequente.

Bueno (1996) estudou as formas pronominais *nós* e *a gente* em função de sujeito na fala de informantes bóias-frias em uma amostra selecionada do projeto “Linguagem do Bóia-fria”: setenta informantes com pouca ou nenhuma escolaridade, de ambos os sexos em três faixas etárias (de 15 a 25 anos, de 26 a 50 anos e de 51 anos em diante). A pesquisa apontou como fatores linguísticos para a interpretação da regra variável o paralelismo formal, o eu - ampliado, a saliência fônica e o tipo de oração. Em seus dados, Bueno pôde identificar que o falante pouco escolarizado ou sem escolarização emprega cinco estratégias formais para referir-se à primeira pessoa do plural: a) sujeito *nós* (explícito ou não) com verbo no plural, sujeito *nós* (explícito) com verbo no singular e sujeito *a gente* (explícito ou não) com verbo no singular.

Os resultados indicam que a idade do falante atuou de forma significativa indicando que os mais jovens preferem a forma *a gente* (87/.96) e os mais velhos empregam com maior frequência a forma *nós* (.53/.57). Quanto à faixa etária intermediária, parece haver, segundo a autora, um equilíbrio em que as duas formas são empregadas por homens e mulheres. No que se refere ao sexo, a pesquisa apontou uma pequena tendência para o uso da forma *nós* entre os homens (.63), enquanto que as mulheres preferem a forma inovadora *a gente* .55. Bueno conclui que os fatores linguísticos e não-linguísticos que condicionam o uso das duas formas parecem coincidir, tanto para os falantes com pouca ou nenhuma escolaridade quanto para os falantes com maior nível de escolaridade. Ressalta, ainda, que o fenômeno ocorre de maneira distinta entre os dois grupos quanto ao processo de mudança linguística, já que, a substituição de *nós* por *a gente* ocupa um grau mais avançado entre o primeiro grupo de falantes o que caracteriza uma mudança linguística que está em processo de desenvolvimento, pois, entre os falantes cultos há um certo retardamento para que o processo se efetive.

Santana (2006) em seu estudo sobre o uso dos recursos de indeterminação *nós e a gente* na posição de sujeito por falantes de duas comunidades rurais baianas, explica a diferente distribuição destas formas no discurso desses grupos.

Por sua vez, Laureano (2003) descreve o fenômeno da variação do uso das formas pronominais *nós e a gente* na posição de sujeito com dados de informantes da região sul pertencentes ao banco de Dados do Projeto VARSUL⁵. Utilizando uma amostra de vinte e quatro entrevistas, a autora analisou o uso por sexos, divididos em três faixas etárias, de escolaridade primária e secundária, bem como, a participação de fatores linguísticos como a desinência número-pessoal da primeira pessoa do plural, o paralelismo formal e o traço semântico do sujeito.

⁵ O Projeto VARSUL (Variação Linguística Urbana na Região Sul) foi constituído em 1990 e desenvolve suas atividades a partir da documentação do português falado abrangendo os Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul em conjunto com instituições de ensino superior (UFSC, UFRS, PUC- RS).

Verificou-se a preferência pelo uso da forma *a gente* no lugar de *nós*, ou seja, (70%) para a primeira forma contra (30%) para a segunda. Sobre o fator desinência número-pessoal da primeira pessoa do plural, parece que está restrita à forma *nós*, mesmo porque, segundo Laureano, não foi encontrada a probabilidade para a presença desta desinência junto do verbo acompanhado da forma *a gente*. Quanto à referência indeterminada, a forma *a gente* apresentou maior probabilidade de uso para caracterizar a indeterminação do sujeito, o que se explica pela própria origem de substantivo indeterminado da forma. Porém, concluiu-se que a forma *nós*, apesar de apresentar baixo índice de percentagem com o caráter de indeterminação do sujeito, também pode representar uma referência indeterminada na fala de seus informantes.

Contrariando resultados de algumas pesquisas, foi observado, segundo a autora, um resultado não previsto com a constatação de um maior índice de probabilidade de ocorrência da forma *a gente* em informantes com idade mais avançada. No entanto, a forma *a gente* apresenta-se de forma equilibrada em todas as faixas etárias.

Tamanine (2002), em sua pesquisa, cuja amostra também é pertencente ao Banco de Dados do Projeto VARSUL, investigou o processo variacional representado pela alternância dos pronomes *nós* e *a gente* na posição de sujeito. A autora também testou fatores que denominou sequência binária e ternária, além dos fatores sociais como sexo, faixa etária, escolaridade e localidade e os fatores linguísticos como tipo de verbo, concordância verbal, determinação do referente, paralelismo formal e o paralelismo da forma pronominal. Segundo seus resultados, observou-se uma preferência geral para o uso da forma *a gente* (55%). Quanto ao fator faixa etária, tanto em ocorrências isoladas quanto nas ocorrências em sequência, mostrou-se como o fator mais relevante para determinar a mudança em direção à substituição de *nós* por *a gente*, o que a autora considera como uma mudança em progresso na direção da forma inovadora.

Sua pesquisa aponta que, em ocorrências mistas, binárias e ternárias, há maior recorrência na mudança da forma *nós* para a forma *a gente*, revelando que o falante não consegue mais manter o uso da forma *nós*, pois a forma *a gente* está suplantando seu uso.

Entre falantes cultos, Lopes (1996), com base na amostra da década de 1970 do Arquivo Sonoro do Projeto NURC/Brasil, a partir da análise de três capitais brasileiras, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Salvador, destaca que entre os falantes cultos de 25 a 35 anos prevalece a forma *a gente* .77, ao passo que entre os informantes com mais de 56 anos houve ocorrência de .60 da forma *nós*. Com relação ao sexo, constatou-se que o emprego da forma *a gente* é maior entre as mulheres (59%), entre os homens houve (69%) de ocorrências da forma *nós* contra (31%) de *a gente*.

Com este resultado, a autora ressalta que o processo de efetivação da mudança está sofrendo um retardamento devido ao comportamento de homens e mulheres da faixa etária média, já que demonstram uma tendência para o uso da forma conservadora em função das pressões profissionais a que estão submetidos.

Monteiro (1994), analisando o uso das formas *nós* e *a gente* no plano diatópico testou os fatores sociais localidade, sexo, faixa etária e registro em cinco capitais brasileiras, revelando que não há divergências entre elas. O fator de maior peso na variação de emprego dos sujeitos *nós* e *a gente*, segundo o autor, foi o tipo de registro (78 para a forma *nós* em elocuições formais), seguido dos fatores sexo e faixa etária.

De acordo com Ferreira (2002 *apud* VIANA, 2006, p.10), o estágio em que se encontra o processamento da substituição linguística entre as modalidades oral e escrita revela-se distinto, pois, na língua oral, a variação *nós* e *a gente* apresenta-se como um processo de variação avançado. Já na escrita, a variação apresenta-se de maneira estável, “uma vez que, em tal modalidade, tendem a prevalecer o planejamento e o monitoramento linguísticos, sobrepondo-se às influências da oralidade”.

Em Menon *et alii* (2003, p. 97), verifica-se o alcance do fenômeno da variação pronominal na escrita “em um *corpus* considerado tradicionalmente como representação do oral: as histórias em quadrinhos”, objetivando testar se a análise em tempo real apresenta, assim como as análises em tempo aparente, o crescente emprego da forma *a gente* e uma diminuição no uso da forma *nós*. Eles também verificaram a ocorrência do pronome sujeito *nós* com o verbo. Foram controladas, além de outros fatores sociais, a época da publicação e a idade das personagens. Das 2059 ocorrências levantadas, 89% (1840) foram do pronome *nós* e 11% (219) do pronome *a gente*. Quanto à distribuição no uso do pronome com o verbo, os resultados apontaram que 86% (1590) foram de não-preenchimento e 14% (250) de preenchimento do sujeito.

Na análise em tempo real, o grupo de fatores mais relevante foi data de publicação, já em tempo aparente, a faixa etária mostrou-se relevante estatisticamente, e, por fim, a classe social. A análise em tempo real mostrou uma curva ascendente para a forma *a gente* (de .10 em 1950-52 para .82 em 1999) e descendente para a forma *nós*, o que indica um processo de mudança em curso.

A inversão das formas ocorridas dentro do período de meio século é nítida: *a gente*, de 10 em 1950 vai para .90, em 1989, enquanto *nós*, cai de .90, em 1950, para 10, em 1989. Observou-se, também, que o uso da forma *a gente* é favorecido nas camadas sociais mais baixas. As autoras apontam que esta forma não é, pelos resultados obtidos, considerada uma forma estigmatizada pela classe média, haja vista, que entre o uso das duas formas há um impasse.

Silva (2005, p.115-116), em uma análise em tempo real de curta duração dos sujeitos pronominais preenchidos, também nas revistas em quadrinhos, obteve resultados significativos tendo em vista a situação do português escrito. Nos dados analisados foram

obtidos 30% do preenchimento do pronome sujeito e 70% de ausência, o que evidencia a menor explicitação do pronome devido à formalidade que o texto escrito apresenta.

O grupo de fatores pessoa verbal e tempo e modo verbal revelou que as desinências parecem ainda representar um fator inibidor para o preenchimento do sujeito com relação aos pronomes canônicos. *Eu* e *nós* tendem à omissão do sujeito pronominal, embora, segundo Silva, em um período de cinquenta anos apresentaram elevação no índice de preenchimento. Já as forma *você/ vocês* e *a gente* apresentaram maiores índices de preenchimento, devido, ao que parece, pelo fato de não apresentarem a desinência número-pessoal marcada como *eu/ nós*.

Silva aponta a queda da forma *nós* que divide com o *a gente* a função de primeira pessoa do plural e afirma que, a segunda forma perdeu sua referência indeterminadora e que é possível futuramente, que a forma *nós* assuma uma referência indeterminadora para que possa garantir “sua sobrevivência na língua”.

No grupo de fatores tipos de frases os resultados confirmam a hipótese formulada pela autora: elas atuam como inibidoras do preenchimento do pronome. Quanto aos fatores sociais sexo e faixa etária, não foram selecionados como relevantes o que, segundo Silva, permite afirmar que o fenômeno está, de certa forma, estável na língua, pois tanto personagens masculinos como femininos fazem uso, na mesma proporção, da regra variável. Ao que parece, a irrelevância desses fatores se deve ao fato de que a variação no preenchimento do sujeito pronominal não é estigmatizada socialmente.

O grupo de fatores ano de publicação confirma a hipótese de que houve, em tempo real, um aumento na aplicação da regra variável preenchimento do sujeito, apesar da tendência conservadora do texto escrito. Silva afirma que a variante inovadora está acontecendo em situações que antes favoreciam a elipse do sujeito, o que permite dizer, em

sua opinião, que na análise em tempo real, o parâmetro pro-drop do PB está “no mínimo comprometido”.

Em Vianna (2006), com base em uma amostra de fala não-culta e de escrita, analisou-se o comportamento da forma *a gente* como pronome, tendo em vista os traços de gênero, número e pessoa e, também, analisou-se a variação entre as formas *nós* e *a gente* em uma amostra constituída por testes escritos. A autora fez um levantamento de quatro estratégias usadas pelos falantes com relação à concordância de gênero e número em estruturas predicativas. Constatou-se que entre os falantes não-cultos cariocas, ao contrário dos resultados obtidos por Lopes (1999 *apud* VIANA, 2006), os exemplos de concordância no plural são raros e não poderiam, ainda de acordo com a autora, ser considerados exemplos de estruturas predicativas.

Com relação à concordância verbal, Vianna aponta que a combinação da forma *a gente* com verbo na terceira pessoa singular revelou-se mais produtiva. Com relação ao traço de pessoa, a concordância mais produtiva é a combinação também com o verbo na terceira pessoa singular. A autora observa que as mesmas estratégias de concordância foram observadas na fala de entrevistados menos escolarizados.

A análise da variação entre as formas mediante testes de avaliação subjetiva revelou uma tendência menor para a forma *a gente* (34%). Os fatores controlados nos testes e que apresentaram maior relevância foram a concordância verbal, a concordância de gênero e número, o tempo verbal e a escolaridade.

CAPÍTULO III

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 A SOCIOLINGUÍSTICA

A reflexão sobre uma concepção social da língua pode ser apontada já nos estudos realizados por Antoine Meillet que insistia em seus textos, sobre o caráter social da língua, definindo-a como um fato social. Filiado ao sociólogo Émile Durkheim, Meillet propunha uma definição para esse fato social. Embora tenha sido discípulo de Ferdinand de Saussure, distanciou-se do mestre, criticando-o em alguns aspectos como a oposição feita entre linguística interna e linguística externa. Ao contrário do mestre, Meillet as associava.

Sua posição de que se a língua é um fato social, logo a linguística é uma ciência social, e o único elemento suficiente para dar conta da variação linguística é a mudança linguística, será, segundo Calvet (2002), mais tarde, a mesma posição encontrada na obra de William Labov. Sobre a questão da língua como fato social, conceito utilizado tanto por Saussure como por Meillet, embora sem o mesmo sentido, Calvet explica:

Vemos, então, que o tema da *língua como fato social*, central em Meillet, é um tema profundamente anti-saussuriano, de modo seguramente inconsciente antes da publicação do *Curso*, mas conscientemente depois, e que a história da linguística estrutural pós-saussuriana se caracteriza por um afastamento constante desse tema. Surge assim, desde o nascimento da linguística moderna, em face de um discurso de caráter estrutural e insistindo essencialmente na *forma* da língua, outro discurso que insiste em suas *funções*¹ sociais. E, durante quase meio século, esses dois discursos vão se desenvolver de modo paralelo, sem nunca se encontrar. (op. cit: 17)

¹ Grifo do autor.

Bernstein, especialista em sociologia da educação, embora criticado e pouco citado na comunidade dos linguistas por sua teoria da deficiência linguística, desempenhou papel importante para a história da sociolinguística rumo a concepção social da língua. Também marcado fortemente por Émile Durkheim, Bernstein, analisando produções linguísticas reais de crianças, definiu dois códigos. O código restrito era, segundo ele, dominado por crianças das classes desfavorecidas e o código elaborado dominado por crianças da classe abastada.

Em resumo, sua tese apoiava-se no pressuposto em que a estrutura social, a família, determinavam também os comportamentos linguísticos. Sua posição foi contestada principalmente por Labov com seu estudo da fala dos negros americanos, que demonstrou que Bernstein não descrevia códigos e sim, estilos e não apresentava, sobretudo, nenhuma teoria descritiva.

Delimitar com precisão o campo da sociolinguística não era uma tarefa fácil, sendo assim, as primeiras tentativas não obtiveram resultados satisfatórios. Em 1964, surge durante um congresso sobre sociolinguística a oportunidade de elaboração de uma lista das dimensões dessa nova ciência. William Bright (1966) e Joshua A. Fishman (1972) que participavam do evento, diziam que não seria tarefa fácil defini-la com precisão.

Em seus estudos, Bright ressaltava a relação entre língua e sociedade, porém, segundo sua opinião, essa definição era demasiado vaga. Segundo Monteiro (2002), embora não tenha conseguido efetivar plenamente seus objetivos, deve-se a ele a primeira tentativa no sentido de delimitar o conteúdo da sociolinguística. Em sua opinião, o objeto de estudo da sociolinguística é a diversidade linguística, ou seja, a variação presente em qualquer sistema linguístico não é livre e sim condicionada por fatores sociais.

Para determinar quais fatores condicionam essa variação, Bright distingue três que influenciam a mais importante das dimensões sistematizadas por ele que é a diversidade: “a

identidade social do falante, a identidade social do destinatário e o contexto” (CALVET, 2002, p. 30-31).

Dentre os conferencistas, também estava o americano William Labov que vai, pouco a pouco, através de importantes pesquisas como o estudo de caso na ilha de Martha’s Vineyard (1963) e da cidade de Nova York (1966), obtendo êxito nos propósitos de descrever a heterogeneidade linguística e demonstrar de forma satisfatória a influência dos fatores de ordem social que atuam na língua e, finalmente, acabar com a subordinação da sociolinguística “como uma abordagem anexa dos fatos da língua, que vem complementar a linguística ou a sociologia e a antropologia”.

É importante destacar que, segundo Tarallo (2001, p. 7), “o iniciador desse modelo teórico-metodológico é o americano William Labov”, porém, ressalta que isto não significa que ele tenha sido o primeiro sociolinguista na comunidade, fato corroborado com a posição de Meillet sobre o caráter social da língua.

O modelo teórico da sociolinguística reage contra o modelo gerativo, no qual não se incluía o componente social. Labov reforça fortemente a relação entre língua e sociedade “e na possibilidade, virtual e real de se sistematizar a variação existente e própria da língua falada”. Ele considera que para demonstrar quais forças agem na língua deve-se incluir o modo como a língua está inserida na sociedade, ir além do estritamente linguístico. A heterogeneidade era a preocupação principal da chamada Sociolinguística Quantitativa, ou ainda, Sociolinguística Laboviana, Sociolinguística Variacionista e Teoria da Variação.

A tarefa da sociolinguística consiste em mostrar a co-variação entre os fenômenos linguísticos e sociais, estabelecendo entre eles uma relação de causa e efeito. Um dos grandes avanços apresentado pela sociolinguística foi considerar as variações e as mudanças analisando e sistematizando as variantes linguísticas próprias de uma comunidade de fala. Essa sistematização só é possível, de acordo com Tarallo (2001), por meio de cinco aspectos:

a) levantamento exaustivo de dados da língua falada, para fins de análise; b) descrição detalhada da variável, acompanhada de um perfil completo das variantes que a constituem; c) análise dos possíveis fatores condicionadores (linguísticos e não-linguísticos) que favorecem o uso de uma variante sobre a (s) outra (s); d) encaixamento da variável no sistema linguístico e social da comunidade; e) projeção histórica da variável no sistema sociolinguístico da comunidade.

Sobre o processo de sistematização das variantes linguísticas, Mollica e Braga (2003, p. 10) afirmam que o linguista deve compreender, antes de tudo, como se caracteriza determinada variação de acordo com as propriedades da língua. Deve, ainda:

Verificar seu status social positivo ou negativo, entender o grau de comprometimento do fenômeno variável no sistema e determinar se as variantes em competição acham-se em processo de mudança, seja no sentido de avanço, seja no de recuo da inovação. Em última análise, deve definir se o caso é de variação estável ou de mudança em progresso [...].

Portanto, à Sociolinguística cabe a tarefa de investigar o grau de estabilidade ou de mutabilidade da variação, levantar as variáveis que têm efeito positivo ou negativo sobre os usos linguísticos alternativos e antever seu funcionamento regular e sistemático.

3.2 TEORIA DA VARIAÇÃO

A base de muitas concepções linguísticas nascia da premissa de que a variação não era uma característica essencial da língua, mas, sim, um acidente. Na tentativa de provar uma concepção oposta, ou seja, “a de que a variação é essencial à própria natureza da linguagem humana [...]” Monteiro (2002, p. 57), insurgiu-se a sociolinguística com o modelo laboviano que permitiu compreender que as variantes mais que as invariantes, possuem uma regularidade que não se justificaria somente pelo mero acaso.

O pressuposto para esse novo modelo se funda na natureza variável da língua e é na concepção de língua, como um sistema heterogêneo, que está o ponto de ruptura epistemológico que a Teoria da Variação e Mudança Linguística realiza com relação ao modelo teórico hegemônico na Linguística, o Estruturalismo.

De acordo com Lucchesi (2004, p. 163), o novo modelo superava a visão estruturalista de que a análise linguística se circunscrevia aos limites das relações internas ao sistema linguístico, afirmando que apenas a consideração de fatores estruturais internos para a explicação da mudança linguística não é suficiente.

A afirmação de uma nova maneira de conceber o objeto de estudo ocupa uma posição central no processo de ruptura epistemológica através do qual um modelo teórico sucede a outro na disputa pela hegemonia que caracteriza o desenvolvimento histórico de uma ciência. Isso transforma a sociolinguística variacionista num dos candidatos a suceder o estruturalismo como modelo hegemônico no estágio atual da ciência linguística, cuja gênese é definida pelo acirramento da contradição entre mudança e sistema no seio do estruturalismo.

Dessa forma, a Teoria da Variação e Mudança Linguística teve, no *Empirical Foundations for a Theory of Language Change*, o seu texto fundador. Labov (1983, p. 25), nos explica que:

En 1996 Weinreich nos propuso a Marvin Herzog y a mí escribir un documento conjunto sobre “Bases empíricas para una teoría del cambio en el lenguaje” para una conferencia en la Universidad de Tejas. Al exponerlo este documento incorporó los resultados de mi trabajo sobre Nueva York y Martha’s Vineyard, las conclusiones de Herzog (...) y, sobre todo, la intuición de Weinreich que creó el lenguaje y el atlas cultural de la judería askenazí.

Com a pretensão de desenvolver um novo modelo teórico, o texto apresenta as seguintes coordenadas teóricas, tomando como ponto de partida a questão da mudança linguística. (WEINREICH, LABOV e HERZOG, 2006, p. 125-126).

1. A mudança linguística não deve ser identificada com deriva aleatória procedente da variação inerente na fala. A mudança linguística começa quando a generalização de uma alternância particular num dado subgrupo da comunidade de fala toma uma direção e assume o caráter de uma diferenciação ordenada.

2. A associação entre estrutura e homogeneidade é uma ilusão. A estrutura lingüística inclui a diferenciação ordenada dos falantes e dos estilos através de regras que governam a variação na comunidade de fala; o domínio do falante nativo sobre a língua inclui o controle destas estruturas heterogêneas.
3. Nem toda variabilidade e heterogeneidade na estrutura lingüística implica mudança; mas toda mudança implica variabilidade e heterogeneidade.
4. A generalização da mudança lingüística através da estrutura lingüística não é uniforme nem instantânea; ela envolve a covariação de mudanças associadas durante substanciais períodos de tempo, e está refletida na difusão de isoglossas por áreas do espaço geográfico.
5. As gramáticas em que ocorre a mudança lingüística são gramáticas da comunidade de fala. Como as estruturas variáveis contidas na língua são determinadas por funções sociais, os idioletos não oferecem a base para gramáticas autônomas ou internamente consistentes.
6. A mudança lingüística é transmitida dentro da comunidade como um todo; não está confinada a etapas discretas dentro da família. Quaisquer descontinuidades encontradas na mudança lingüística são os produtos de descontinuidades específicas dentro da comunidade, mais do que os produtos inevitáveis do lapso generacional entre pais e filhos.
7. Fatores lingüísticos e sociais estão intimamente inter-relacionados no desenvolvimento da mudança lingüística. Explicações confinadas a um ou outro aspecto, não importa quão bem construídas, falharão em explicar o rico volume de regularidade que pode ser observado nos estudos empíricos do comportamento lingüístico.

Heterogeneidade e sistema não são compatíveis, tanto uma comunidade como a fala de um só indivíduo apresenta variação. Assim, podemos observar que a heterogeneidade lingüística não ocorre de forma aleatória e sim de forma regulada, devido à influência de um conjunto de fatores.

Como dito anteriormente, esses fatores internos à estrutura lingüística como os de ordem extralingüística condicionam os fenômenos da variação sociolingüística, estão diretamente relacionados aos falantes e ao ambiente no qual se realiza a comunicação.

A Teoria da Variação pressupõe que a heterogeneidade manifestada na fala pode ser analisada de forma coerente, “os fenômenos lingüísticos variáveis, aqueles expressos por duas ou mais variantes², apresentam tendências regulares passíveis de serem descritas e explicadas por restrições de natureza lingüística e não lingüística” (SCHERRE, 1996, p. 39-40). As

² Segundo Monteiro (2002), “duas ou mais formas distintas de se transmitir um conteúdo informativo constituem, pois, uma *variável lingüística*. As formas alternantes, que expressam a mesma coisa num mesmo contexto, são denominadas de *variantes lingüísticas*”.

variáveis subdividem-se em variáveis dependentes e variáveis independentes, assim a alternância pronominal no PB constitui uma regra variável que comporta duas variantes: a aplicação ou não aplicação da regra, fenômeno que pretendemos estudar na pesquisa.

Por trabalhar com um modelo de caráter quantitativo, a representatividade dos dados obtidos é avaliada de acordo com a variável em questão, baseando-se nos objetivos do estudo, portanto, o estudo sociolinguístico aponta para a descrição estatística de um fenômeno variável, objetivando analisar, depreender e organizar variantes linguísticas usadas pela comunidade de fala.

A natureza quantitativa do modelo proposto por Labov permite a utilização de pacotes computacionais para o tratamento estatístico dos dados. O programa estatístico GOLDVARB 2001 realiza operações em que são apresentados os cálculos de frequência e a probabilidade de aplicação de uma determina regra gramatical, avaliando o peso relativo de cada fator condicionante, além do cruzamento dos fatores.

Embora trabalhe com dados estatísticos, só o resultado de sua análise não é suficiente para o pesquisador, pois sendo uma pesquisa de cunho social depende da observação do comportamento do homem e a leitura interpretativa dos dados é que vai dar valor final ao resultado da pesquisa.

Para Scherre (1996, p. 43):

Ao pesquisador variacionista cabe identificar os fenômenos lingüísticos variáveis de uma dada língua, inventariar suas variantes, definindo as variáveis dependentes, levantar hipóteses que dêem conta das tendências sistemáticas da variação lingüística, operacionalizar as hipóteses através de variáveis independentes ou grupos de fatores de natureza lingüística e não lingüística, identificar, levantar e codificar os dados relevantes, submetê-los a tratamento estatístico adequado e interpretar os resultados obtidos à luz das hipóteses levantadas. (op. cit.)

Portanto, cabe ao pesquisador sociolinguista avaliar a importância relativa de cada fator condicionante da aplicação de uma regra variável, depreendendo do *córpus* estes fatores.

Segundo Tarallo, o vernáculo é o material utilizado para a análise sociolinguística, os dados para a pesquisa sociolinguística devem ser produtos deste material, isto é, da língua em uso, de mostras de fala, na comunicação espontânea do dia-a-dia, sejam eles orais ou escritos. Produzidos em circunstâncias reais, estes dados revelam a verdadeira configuração de determinada língua e também as mudanças que poderiam sofrer, levando-se em consideração que as mudanças, segundo Scherre, têm, essencialmente, motivações sociais.

Essa língua em uso apresenta variação considerável: os filhos não falam como os pais, ou como os avós, os homens não apresentam a mesma forma de falar com relação às mulheres e, segundo Beline (2005), é sabido que tendemos a falar como as pessoas com quem interagimos mais diretamente, isso significa que a rede social do falante determina as peculiaridades de sua realização linguística.

Para a Sociolinguística Laboviana, não existe o certo ou errado, ela se preocupa basicamente com os fenômenos linguísticos que ocorrem em uma determinada comunidade de fala e que podem segundo Martins (2005, p. 25), “chegar aos universais da mudança”.

3.3 O MÉTODO VARIACIONISTA

3.3.1 *O córpus*

Conforme vimos, o estudo da sociolinguística aponta para a observação da língua em uso, para a verificação dos registros de fala em seu uso espontâneo. A sociolinguística objetiva averiguar como as pessoas falam quando não estão sendo observadas de forma sistemática. E é exatamente aí onde reside um problema metodológico para o pesquisador que Labov (1983, p. 266) denominou de Paradoxo do Observador:

Nos encontramos así con la Paradoja del Observador: el objetivo de la investigación lingüística de la comunidad ha de ser hallar cómo habla la gente cuando no está siendo sistemáticamente observada; y sin embargo,

nosotros sólo podemos obtener tales datos mediante la observación sistemática.

Dessa forma, para a obtenção dos dados é necessário que haja participação direta do pesquisador além de seu gravador, ou seja, uma observação sistemática do registro de fala. Elevando-se o grau de atenção ao discurso o falante automaticamente monitora sua realização linguística. Labov ainda esclarece que:

Una manera de superar la paradoja consiste en romper las constricciones de la situación de entrevista mediante diversos procedimientos que distraen la atención del discurso y pueden hacer brotar el habla más vernácula. Esto puede llevarse a cabo mediante intervalos y cortes definidos de tal manera que el entrevistado suponga inconscientemente que en ese momento no lo es.

Para Labov (1983) os contextos podem variar quanto ao nível de formalidade: informal e formal, quanto aos estilos, dependem do contexto: casual (contexto informal) e em cuidado ou espontâneo (contexto formal).

Em face disso, o pesquisador deverá reduzir ao máximo os efeitos desses problemas, seguindo algumas técnicas. Uma delas consiste em levar o falante a relatar experiências vividas, para Monteiro (2002, p. 86), “a narrativa pessoal constitui um gênero que normalmente leva o falante a envolver-se bastante emotivamente, de tal sorte que ele se esquece de monitorar o seu próprio discurso, que assim se torna bem espontâneo”.

Para Labov, a narrativa pessoal completa compõe-se das seguintes partes: a) resumo; b) orientação; c) clímax; d) avaliação; e) resultado e f) coda.

No presente estudo, empregou-se a técnica da narrativa pessoal, objetivando minimizar os efeitos do paradoxo do observador e, para que, dessa forma, pudéssemos obter um discurso espontâneo. Procuramos seguir alguns procedimentos para lograr essa situação:

- 1) informamos aos nossos entrevistados que se tratava de uma pesquisa sobre suas condições de vida dentro do assentamento. A palavra língua em nenhum momento foi proferida pelo pesquisador;

- 2) as entrevistas foram realizadas nas residências, em uma das escolas dentro do assentamento e também no posto de saúde da comunidade;
- 3) as perguntas não foram previamente estabelecidas, procuramos tratar de temas como a vida no campo, os problemas enfrentados pela comunidade, o lazer, festas, namoro, expectativas na melhora de condição de vida, além de experiências de vida;
- 4) procuramos, ao dirigir-lhes as perguntas, evitar os pronomes *nós e/* ou *a gente* visando a não repetição por parte dos entrevistados, além da acomodação da fala do pesquisador à linguagem do entrevistado.

Salientamos que durante as entrevistas muitos informantes deixaram evidente - através de gestos, olhares e até mesmo de um alto grau emotivo - que necessitavam ser ouvidos, quer seja para falar de sua vitória ao conquistar um pedaço de terra, ou para falar dos muitos problemas que enfrentam devido ao “abandono” por parte do poder público.

Também contou como ponto positivo para a obtenção da fala espontânea o fato de que muitos são migrantes e tinham muitas histórias para contar principalmente perigo de morte, pois como são lavradores, lidam com instrumentos pesados e animais como o cavalo. Como estão há pouco tempo assentados, também relataram as melhorias que devem ser feitas para a comunidade como a energia elétrica e a água potável que até o momento de nossa ida ao assentamento não haviam sido fornecidos.

Já havíamos feito duas visitas à comunidade. Na primeira, estabelecemos contato com uma moradora que nos informou sobre a existência das escolas e seu funcionamento, sobre o seu público, a divisão das comunidades, o trabalho das famílias e outros detalhes, de fato extremamente relevantes como os horários dos coletivos que saem de Ponta Porã para o assentamento – é importante lembrar que a distância é de quase sessenta quilômetros do município, e o acesso ao local é difícil. Na segunda visita, ficamos, por uma semana,

hospedados na casa dessa mesma moradora, o que nos facilitou, sobremaneira, o trabalho. Fomos entrevistar alunos da escola José Edson, localizada no assentamento Itamarati II.

Também aproveitamos para estabelecer contato com outros moradores na tentativa de aproximação, facilitando, dessa forma, futuras visitas. Um fato que nos chamou a atenção e que, num primeiro momento nos deixou frustrados, foi a recusa, por parte da diretoria da primeira escola visitada, em permitir que realizássemos as entrevistas com alguns alunos.

A alegação foi de que não era permitido que o aluno saísse da sala de aula. É importante registrar que nossa visita foi feita durante um período em que aconteciam reuniões de professores, e os alunos permaneciam ociosos em sala de aula. Partimos, então, para a escola José Edson e a receptividade não poderia ter sido melhor, tanto por parte da Direção como por parte dos próprios alunos, alguns chegavam a fazer fila para serem entrevistados.

Na terceira e última visita, permanecemos por oito dias na comunidade, estivemos nas residências dos entrevistados. Outro problema encontrado foi a locomoção dentro do assentamento, pois as casas ficam distantes umas das outras. Tivemos que utilizar bicicletas para chegar aos locais, as estradas estavam encobertas por uma densa camada de poeira e o frio castigava com ventos fortes. Às vezes, chegávamos à residência e não havia ninguém para nos receber! O jeito era sentar e esperar pacientemente.

Alguns entrevistados sentiram receio ao falar pois como sabemos, eles pertencem a grupos dentro do assentamento³ e alguns assuntos são tratados com certa reserva como o arrendamento das terras. Mas ao dizer que estávamos ali para saber um pouco da vida deles como assentados, eles se descontraíam e começavam a contar suas histórias. Em certas ocasiões ao perguntarmos sobre a família do entrevistado, alguns se emocionaram chegando inclusive ao choro, houve um entrevistado que chorou muito ao relatar que seu filho há pouco

³ Os grupos são: MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra); CUT (Central Única dos Trabalhadores); AMFFI (Associação de Moradores e Exs-funcionários da Fazenda Itamarati); FETAGRI (Federação dos Trabalhadores da Agricultura); FAFI (Federação dos Agricultores da Fazenda Itamarati).

falecera vítima de um acidente. Foi preciso terminar a entrevista já que ela não tinha condições emocionais para prosseguir.

Alguns entrevistados, no caso os mais idosos, relataram que ao invés de serem ouvidos gostariam de aprender ouvindo o documentador pois, segundo eles, aprenderiam mais dessa forma. Um caso que nos marcou muito foi de um entrevistado que durante quase toda entrevista relatou-nos sobre a traição de sua mulher; pareceu-nos que ele sentia necessidade de externar toda a mágoa que ainda sentia de um fato que ocorrera há mais de vinte anos. Podemos observar um pouco através do trecho seguinte:

Informante: não:: eu já morava sozinho, morava ... eu i ... dois, treis fiu meu ... porque quandu nós separemu da mu/ dessa mulher primera, foi repartidu em Amambai () juiz ... né, i ela deu uma di () chorô ... i ela viu u ... juiz () dedu na cara dela ...dexô ela nu cantu assim falô óia seu cumé qui ... nós ... falei ó eu doutor, negociu siguinti, eu sei qui si ingisti, eu sei qui ingisti lei ... mais eu queru, eu quiria tudu meus fiu ... aí cumé ela cumeçô chorá i tal ... vamu fazê assim seu Aldemiru ... as minina muié fica prá ela, tá? falei tá, era duas ... i us treis homi é seu ... falô vai cuida delis, até eis pegá idadi ... i óia falô prá ela ... o senhor vem aqui memu, aQui Memu, senhor podi vim aqui memu i nós conversemu, qui aí us fiu é tudu du senhor, eu já vi qui u senhor é muito homi ... () nu adianta sinhora pegá aqui:: na frenti du seu maridu, nós aqui:: a sinhora tá falanu as coisa, i a sinhora pegá otu maridu aí pra fora aí na rua:: não adianta ... nu é igual seu maridu legitimu aí ela tinha qui vim imbora pá casa duma irmã minha aqui im Ponta Porã ... aí eu trabaiu numa firma, uns quatro anus lá di (), aí ... não porque eu levu ela, porque ... () falei não eu memu vô levá a mãe em Doradus () falei não ... tá certu, agora ... aondi a genti mora ali tem muito amigu, né? vizinhu::amigu, né? aí ... cunhecidu tamem, aí eu falei intão tá, aí eu olhei bem:: nela assim ... aí a mãe si aprontô:: aí si aprontamu pra manhã cedu aí eu fui pra trabaiá, fui pra firma. (HINA)

Observamos também que um bom número de famílias ouve através do rádio o programa Voz do Brasil. Como relatamos muitos ainda não têm energia elétrica e usam pilhas em seus aparelhos como um dos entrevistados, um jovem pai de família que na ocasião da compra da antiga Itamarati para fins de reforma agrária, encontrava-se no Estado do Mato Grosso e “tentava” a vida por lá e foi, através desse programa de rádio, que ele soube da novidade voltando no mesmo instante junto com a família para o MS.

Tarallo (2001) informa que o tema “perigo de morte” tem sido usado com sucesso por muitos pesquisadores sociolinguistas; obtivemos bons resultados empregando esta técnica, no entanto, a narrativa demonstrou ser mais significativa entre nossos entrevistados.

Ainda segundo Tarallo (2001, p. 23):

A narrativa de experiência pessoal é a mina de ouro que o pesquisador-sociolinguista procura. Ao narrar suas experiências pessoais mais envolventes, ao colocá-las no gênero narrativa, o informante desvencilha-se praticamente de qualquer preocupação com a forma.

O *cópus* é constituído de 16 entrevistas entre informante e documentador (DID) ⁴. Foram analisadas entrevistas de ambos os sexos, escolarizados e não-escolarizados. A pesquisa trabalhou com oito células formadas por 2 informantes. Temos, portanto, oito mulheres, duas escolarizadas jovens e duas escolarizadas idosas; duas não-escolarizadas jovens e duas não-escolarizadas idosas. O mesmo se dá com o grupo masculino, ou seja, oito homens sendo dois escolarizados jovens e dois escolarizados idosos; dois não-escolarizados jovens e dois não-escolarizados idosos. Ficando assim distribuídos:

Quadro 3: Distribuição dos informantes

Gênero	Mulheres	Homens	Total
Escolaridade			
Escolarizados	4	4	8
Não-escolarizados	4	4	8
Total	8	8	16

3.3.2 Caracterização sociolinguística dos informantes

Após a leitura de alguns trabalhos sobre a variação pronominal, como Bueno (1996); Omena (1996) e Monteiro (1994), decidimos averiguar este fenômeno na fala de informantes

⁴ Diálogo entre informante e documentador.

da zona rural, visando se a hipótese de que a forma *nós* estaria sendo substituída por *a gente* se confirmaria. Decidimos confrontar alguns resultados apresentados no trabalho de Bueno (1996) realizado a partir de um *cópus* de informantes analfabetos e alfabetizados.⁵

Ao decidir trabalhar com informantes não-escolarizados, levamos em conta a dificuldade que teríamos para encontrá-los. Como relatado no Capítulo I, os movimentos que atuam dentro do assentamento têm uma enorme preocupação com a questão do acesso à educação, dessa forma, há uma grande oferta de cursos principalmente para a formação dos adultos. Outro projeto que tem obtido sucesso é “A Educação do Campo” que visa, além da escolarização formalizada, conjugar valores relativos à terra.

De posse dessas informações, resolvemos ainda assim arriscar. Com o auxílio dos mais velhos contatamos os informantes não-escolarizados que nos forneceram as melhores entrevistas, contando de forma extremamente espontânea, detalhes de suas vidas. Mencionamos aqui um fato bastante inusitado para um pesquisador sociolinguista: uma das informantes fez questão de ser entrevistada em seu quarto, deitada em sua cama, alegando que estava um pouco cansada. Sentimo-nos muito à vontade diante dessa situação e realizamos nosso trabalho de forma bastante satisfatória.

Ressaltamos também que dentre nossos informantes, muitos haviam morado anos a fio no país vizinho, o Paraguai, sendo considerados como brasiguaios e tendo como segunda língua o espanhol; outros além do espanhol conheciam muitas palavras em guarani. Esse aspecto forneceu muitas narrativas sobre exploração, preconceito e escola.

3.3.3 *O envelope de variação*

Ao focalizar a variação existente entre as formas *nós* e *a gente* como objeto de estudo, entendemos com Labov (1983), que as propriedades que uma variável linguística deve

⁵ Terminologia utilizada pela autora.

apresentar são: a) um elemento frequente; b) estruturalmente integrada em um sistema maior de unidades em funcionamento e c) distribuição de traço altamente estratificada. Também, como apontamos anteriormente, que a variação não é um fenômeno aleatório, mas controlado por fatores de ordem linguística e não-linguística, essa heterogeneidade é, dentro do modelo sociolinguista, possível de ser analisada e descrita.

A seguir, elencamos os grupos de fatores linguísticos (preenchimento/ não-preenchimento do sujeito, desinência número pessoal da primeira pessoa do plural, paralelismo formal, eu-ampliado) e também os grupos de fatores sociais (sexo, faixa etária e escolaridade).

3.3.4 Seleção dos dados

Selecionamos no *cópus* as formas *nós* e *a gente* em função de sujeito (Laureano, 2003; Tamanine, 2002; Bueno 1996; Lopes, 1996). Em seu estudo com a fala dos bóias-fria, Bueno identifica cinco possibilidades utilizadas pelo falante com pouca ou nenhuma escolaridade para referir-se à primeira pessoa do plural. Também Lopes em seu estudo com falantes cultos identificou quatro estratégias formais para referir-se à primeira pessoa do discurso no plural.

Dessa forma, consideramos os grupos de fatores empregados pelos falantes para a designação da primeira pessoa do plural.

Forma nós explícita com verbo na primeira pessoa do plural:

- (3) ... aí quandu nóis vortemu u maridu dela dexô ela internada em Campo Grande... aí eli vei, quandu cheguemu aí nu... qui eli ficô qui vortava im cincü dia nu vortô, aí nóis viemu atrás... quandu cheguemu aí nem carru, nem csa, nem nada:: té hoji... i essi filhu dela, nóis qui criemu... qué nem subrinhu... i eli nu é certu tamem, tem pobrema di cabeça, tem otru tamem, otru meu subrinhu tamem. (MIAD)

Forma nós explícita com verbo na terceira pessoa do singular:

- (4) é:: tão bem arrendadu, né? pá – dá um lucro bão ... mió du que dexá parada a terra, né? ((ah)) ... qui a firma qui nóis arrendô é uma firma boa:: ela:: responsavi pelo pivor, pelu um pneu aqui si robá () nóis inregô pra elis perfeitu i :: intão nóis recebi assim mais ou menos assim uma média di quinzi sacu pur hectari. (HIEE)

Forma nós não explícita apresentando o verbo com a desinência da primeira pessoa do plural:

- (5) olha primera veiz agora nu achu ruim nada é uma vida boa até ... mais:: sufrimu muito tamem () acampamentu ali BR ... sufrimu muito assim tipu:: morá im barracu, né? Muito sufrimentu né, aí até qui ganhemu uns pedaçin di terra aqui pá nós vive, até tô contenti até agora ... tô levanu uma vida muito sussegada:: tranqüila, né? (HJNN)

Forma a gente explícita com verbo na terceira pessoa do singular:

- (6) não... assim a maioria das vezes a festa começa à noiti né? intão a genti sai di casa umas seis horas aí a genti volta:: cinco do otro dia, assim. (MJAG)

- (7) é vamu dizê qui sim né? vamu dizê qui sim né? a genti nunca/ a genti também nunca podi dexá di sê criança um pocu tamem né? (HJAJ)

Forma a gente não explícita apresentando verbo na terceira pessoa do singular

- (8) a genti qui tem qui levá pá farmácia () pegá receita i comprá... essas coisa. (MJNA)

- (9) não, nu cumeçu:: como a genti nu tinha bem amizadi... intão ficava mais afastadu um pocu () foi si agrupanu mais... mais sempri respeitanu u otro. (HJAL)

Forma a gente explícita com verbo na primeira pessoa do plural

- (10) :: a genti sempri trabalhamu na lavora né?

Considerando o pressuposto teórico de que a variação não é livre é fundamental nos estudos sociolinguísticos identificar o conjunto de fatores linguísticos e sociais que favorecem ou desfavorecem o uso de uma ou outra variante. Temos, portanto, uma variável que é binária constituindo-se de duas variantes: *nós* ou *a gente* na posição de sujeito. Os exemplos (11-16) nos mostram a realização da variável *nós* e *a gente*:

(11) pa a gente nu pagá passagi, nóis vamu aqui memu na farmácia.
(MJNA)⁶

(12) aí a gente vai peganu cunhecimentu i vai ficanu, né? aí ficô:: tá
bão assim, daí nóis fiquemu. (HJNN)

(13) era aquela dificultadi qui a gente, qui nem vocês tem
cunhecimentu daquela época, né? uma dificultadi pra istudá... eu
ia quinzi quilômetru... tevi veiz di nóis é quatu () vamu vê
quatu alunu em cima dum cavalo só. (HIAV)

(14) a genti sempri trabalhamu na lavora né? intão quandu... apareceu
:: essi... essi projetu né? du assentamentu, intão nóis:: optemu pur
vi pra cá né? (MIAT)

(15) era lindu, nóis ia duas vezes, dois salão que nóis ia só era sim
mais ou menos três baile por ano mas era sabe... a gente si divertia.
(MINA)

(16) nóis trabaiava tudu na lavora, nóis é lavorista, nu cabu da
inxada, mixia cum gadu im fazenda:: () tudu:: qui era serviço
qui a sinhora manda, a sinhora mandassi nóis, nóis ia lá i... fazia
direitihu... (HINA)

Procuramos investigar os contextos que favoreciam/ desfavoreciam o uso das variantes pronominais com o objetivo de entender essa variação, dessa forma, elencamos três grupos de fatores linguísticos e três grupos de fatores sociais, apresentados na sequência.

⁶ As codificações referem-se respectivamente: H – homem, M – mulher; J – jovem I – idoso; A – alfabetizado, N – não-alfabetizado.

Quadro 4: Grupos de fatores linguísticos

Grupo de fatores	Fatores
1) Preenchimento/ não - preenchimento do sujeito	i - implícito e - explícito
2) Desinência número pessoal da 1ª pessoa do plural	2 - ausência de desinência (-mos) 3 - presença de desinência (-mos)
3) Paralelismo formal	w - 1ª referência x - Presença mesmo pronome y - Presença pronome diferente z - Oração isolada
4) Eu - ampliado	a) nós/ a gente = eu + não - eu (eu + tu/ você) b) nós/ a gente = eu + não pessoa (eu + ele/ela (s)) c) nós/ a gente = eu d) nós/ a gente = não-pessoa

Preenchimento/ não-preenchimento do sujeito

A proposta do grupo de fatores preenchimento/ não-preenchimento do sujeito está embasada nas pesquisas de Monteiro (1994) e compreende duas categorias:

a) sujeito pronominal explícito

(17) nós conseguimos mais sessenta e cinco alqueira de terra pelo
Incrá. (HINE)

(18) mai a genti cunheci cobra criada aqui dentru. (HIAE)

b) sujeito pronominal implícito

(19) depoi que saiu tudu (nós) sortiamu, né? (MIAD)

(20) aqui a genti tem horta, (a gente) tem galinha, né? (MINA)

A inclusão deste grupo de fatores constitui um meio de controlar a ocorrência de sujeito preenchido ou não.

Desinência número pessoal da primeira pessoa do plural

O fenômeno da concordância é abordado na tradição gramatical brasileira como sendo de natureza obrigatória de forma explícita ou implícita na fala e na escrita de pessoas cultas quer seja num registro formal ou coloquial tenso (SCHERRE, 1996, p. 88), a ausência da concordância gramatical no uso linguístico é marca estigmatizada na sociedade.

Camara Jr (1980) afirma que a desinência número-pessoal (-mos) é tomada como a “expressão do sujeito”, e que o pronome pessoal sujeito quando expresso juntamente à desinência número-pessoal do verbo e o número do substantivo, é entendido como uma redundância verbal: em “plantamos” a desinência número-pessoal indica que mais de uma pessoa plantou, ao falar ou escrever “meu marido e eu plantamos”, seria uma redundância verbal, pois haveria a reiteração da expressão do sujeito.

De acordo com o português padrão, a desinência (-mos) assinala o pronome *nós*, ao passo que o morfema \emptyset assinala o pronome *a gente*. Contudo, encontramos no PB construções que apresentam a desinência (-mos) com o pronome *a gente* e sua ausência com o pronome *nós*. Sobre as construções como:

(21) () é ondi qui a genti vamu achá pá... (). (MINF)

Scherre (2005) afirma que são fatos linguísticos específicos do PB falado, no entanto, também são encontradas no Português Europeu. Ainda segundo a autora, são construções muito estigmatizadas no PB, mas não se trata de brasileirismo, pois é largamente utilizada na

língua popular do PE e conclui que este tipo de concordância é mais referencial do que gramatical.

Laureano (2003), em seu estudo sobre a variação entre os pronomes *nós* e *a gente* na fala de florianopolitanos, observou além de outros fatores, a ocorrência ou não da concordância verbal com o uso das formas *nós* e *a gente*. Em seus resultados foi constatado que dos 956 dados observados, 87% (835 ocorrências) foram de ausência da desinência (-mos) com o uso da forma pronominal *a gente*.

No entanto, a autora salienta que registrou apenas (13%), de ocorrências com o uso da forma *nós* sem a presença da desinência verbal (-mos), concluindo que o uso característico do português padrão foi predominante em seu *cópus*. Sobre a presença da desinência (-mos) com *a gente*, foram observadas poucas ocorrências.

No estudo realizado por Prandi (2005) sobre a concordância verbal com sujeitos de 1ª pessoa do plural e *a gente* na fala de informantes de origem brasileira e paraguaia, foram observados os seguintes resultados: nos casos de verbos com o sujeito *a gente* obteve-se (9%) de formas plurais e (91%) de concordância com formas verbais no singular, indicando altíssimo índice de concordância em seus dados. Para os verbos com sujeito de 1ª pessoa do plural, o percentual obtido para a concordância foi de (84%).

Sobre a influência da origem dos pais e país de moradia testada por Prandi no uso das variantes concordância/ não-concordância em verbos com sujeito *a gente*, os resultados estatísticos demonstraram que os informantes de origem paraguaia obtiveram um percentual de 100% de concordância, os de ascendência brasileira obtiveram um percentual de (92%) e os de origem brasileira com total de (79%).

Segundo a autora, estes resultados são realmente interessantes levando-se em conta que o primeiro grupo tem como língua materna o guarani em sua variante jopará e são posteriormente, em idade escolar, alfabetizados em outra língua, o português. Já os de origem

brasiguaias ouvem desde criança o português em sua variante popular e também o guarani em sua variante jopará e depois, a exemplo das crianças paraguaias, são alfabetizadas em português.

Os resultados de algumas pesquisas (NARO et alii, 1999 *apud* LAUREANO, 2003), apontam para uma maior frequência do português não-padrão em informantes com nível sócio-econômico baixo e de pouca escolaridade: um percentual de 60% na faixa etária entre 6 a 20 anos e 34% com faixa etária acima de 20 anos. Já com a forma *a gente* junto de verbo com a presença da desinência (-mos), o percentual observado foi de 16% em informantes entre 6 a 20 anos e apenas 9% acima de 20 anos, evidenciando a expansão na fala dos mais jovens da forma não-padrão.

Com dados da fala e da escrita carioca em duas amostras (década de 80 e 2000), Vianna (2006) analisou a concordância de *nós* e *a gente* em estruturas predicativas. Em seu levantamento foi possível constatar que em um total de 86 dados de *a gente*, 08 ocorrências foram com formas verbais na primeira pessoa do plural⁷ e 03 casos de concordância com formas verbais na terceira pessoa do plural. Quanto à forma *nós*, houve concordância com a primeira pessoa do plural em 87 dados e, segundo a autora, esta forma pode combinar-se também com formas verbais da terceira pessoa do singular num total de 5 dados da amostra.

Assim sendo, esses resultados e os de outros estudos que tomaram a fala como *córpus* para sua observação, nos motiva verificar também em nossa pesquisa se há, por parte de nossos informantes, uma tendência mais elevada, na variação entre as formas *nós* e *a gente*, do uso da desinência (-mos).

Paralelismo formal

Amplamente analisada em pesquisas variacionistas e apresentando grande influência em muitos fenômenos do PB, o *paralelismo formal* (SCHERRE, 1998) consiste na tendência

⁷ Em seu estudo a autora utiliza a terminologia dada por Camara Júnior às pessoas do discurso: P1, P2, P3, P4, P5 e P6.

de o falante repetir uma mesma forma entre as cláusulas (plano discursivo), no interior da oração (plano oracional), no interior do sintagma (plano sintagmático), e entre palavras e no interior da palavra (plano da palavra). Em resumo, o princípio dessa variável seria o de que marcas levam a marcas e zeros levam a zeros.

Portanto, o efeito desta variável é forte e inquestionável. Em verdade, tendo em vista o conjunto de trabalhos que já analisaram esta restrição, pode-se afirmar que ela atinge indiscriminadamente fenômenos variáveis de todos os subsistemas lingüísticos em diversos planos lingüísticos de qualquer língua natural, o que configura o seu caráter universal. (SCHERRE: 1996, p. 6)

Sobre a interpretação dessa variável, não há por parte dos estudiosos, uma sistematização sobre seu caráter. Muitos pesquisadores assumem explicitamente que esta variável tem um caráter contrafuncional. Para Scherre, de acordo com a leitura feita da relação entre variacionistas e funcionalistas, estes pesquisadores podem ser agrupados da seguinte forma:

- 1) os que partilham da visão mais restrita de funcionalismo nos termos explicitados por Labov;
- 2) os que adotam uma visão funcionalista mais ampla;
- 3) os que buscam explicações funcionais num sentido mais amplo sem explicitar suas hipóteses funcionalistas.

Em sua observação, Scherre (1998) aponta que nenhum dos princípios funcionalistas conhecidos dá conta da variável paralelismo e os arrola da seguinte forma: a) princípio da iconicidade; b) princípio da economia; c) princípio do fluxo de informação preferido; d) princípio da tonicidade e e) princípio da natureza comunicativa periférica da oração VS. Não é possível estabelecer relação entre o efeito da variável e os princípios arrolados pela autora, no entanto, quase todas as interpretações encontram respaldo nas ideias de Tannen (1989

apud SCHERRE, 1998, p. 45), pois, “o mecanismo da repetição é central não só na criação de um discurso particular, mas na criação do discurso em si mesmo, ou seja, na criação da língua”.

Portanto, segundo Tannen, todas as interpretações levam em conta que os aspectos da repetição contribuem para a construção do significado do discurso e, em última análise, para a construção da coerência discursiva e do envolvimento interpessoal. Para Mollica (1989, p. 297), vários estudos sobre o português e também outras línguas evidenciam a pertinência do princípio do paralelismo formal, no entanto, a autora ressalta:

Em torno desse princípio, há porém toda uma discussão segundo a qual se coloca em dúvida até que ponto o paralelismo formal é estratégia meramente mecânica ou constitui um processo regido por mecanismos inerentes à estruturação mesma do discurso. A pergunta central diz respeito em última análise à forma de a mente humana processar o fluxo da informação. Esse ponto e outros acham-se em aberto e merecem reflexão mais aprofundada.

Paredes da Silva (1989) afirma que ao se trabalhar com a questão do paralelismo formal com determinada função sintática como o sujeito, deve-se tomar cuidado para que não se confunda com outros condicionamentos, como distância ou manutenção do referente. O estudo de Omena (1996), que também analisou a função de sujeito, mas para as formas pronominais alternantes *nós* e *a gente*, demonstrou que a variável paralelismo formal é altamente atuante. A autora observou que a escolha anterior da forma do pronome influi sobre o uso de *nós* e *a gente*, ou sujeito zero numa série de sujeitos num discurso.

Dessa forma, postulamos a hipótese de que o falante ao selecionar uma forma pronominal antecedente, tal escolha influenciará no uso das formas subsequentes, ou seja, marcas levam a marcas e zeros levam a zeros.

Eu - ampliado

Os pronomes plurais de primeira pessoa nunca se referem apenas à primeira pessoa, pois sempre envolvem um *não-eu* ao passarem da forma singular para a forma plural. Segundo Bueno, ao fazê-lo o *eu* assume contornos vagos e indeterminados das outras pessoas do discurso. Em Moura Neves (2000, p. 459), a referência plural da primeira pessoa pode representar:

a) ou representam a soma de primeira pessoa com segunda, como em

*Não Nos afastemos do assunto, por favor. (A)*⁸

(eu + tu/ você)

b) ou representam a soma de primeira pessoa com terceira, como em

Nós, eu e a Das Dores, vamos fazer um arranjo no tapiri. (ATR)

(eu + ela: a Das Dores)

c) ou representam a soma de primeira com segunda e com terceira pessoa como em

Estou querendo dizer o que já disse, um dia, a Zé Otávio... O que é que Nós, que não usamos cartola, não vestimos casaca nem vestido de baile, temos a ver com essa luta? (DZ)

(eu + tu/ você+eles e elas: todos os que não usam cartola)

Além da pluralização os pronomes plurais também se destinam a outros usos: o falante instaura sua fala como se ela fosse de todo um grupo, com o qual ele se identifica

Na verdade Nós adoramos as mulheres, desde que sejam belas, inteligentes e... inseguras. Seria isso uma prova de nossa misogenia. (ACM)

(nós = os homens)

Há também o uso da referência genérica, embora a indeterminação do sujeito feita com a primeira pessoa do plural não seja total, já que na forma *nós* o *eu* sempre está incluído e sua referência é determinada

Nós, todos Nós, o ser humano não suporta o sucesso de outro ser humano, Nós odiamos o Pelé. (OMT)

⁸ Os exemplos aqui apresentados são da autora.

Com relação à forma *a gente* no processo de referenciação, a autora destaca que pode referir-se à primeira pessoa do plural e fazer uma referência genérica incluindo todas as pessoas do discurso. Ilari et alii (2002, p. 88), explicam que quanto à referenciação no plural a identificação das pessoas do discurso com os pronomes se complica pela possibilidade de referência simultânea “a indivíduos que desempenham diferentes papéis do ponto de vista do discurso”.

Dessa forma, *nós* e *a gente* são mais do que simples plurais de *eu* e *você*, podem incluir, além do falante, o ouvinte e outras pessoas. A compreensão dessa pluralização que apresenta envolvidas além do *eu*, as outras pessoas do discurso Benveniste (1988), convencionou chamar “eu-ampliado”. Segundo Lopes (1996, p.118), em seu estudo sobre a fala culta aponta que:

Embora se tenha levantado que as duas formas referem-se a um “eu-ampliado”, havendo um certo nivelamento semântico entre elas, identifica-se ambientes lingüísticos, sejam eles estruturais ou discursivos, favoráveis à presença de “a gente”, enquanto outros apresentam um acentuado condicionamento ao uso de “nós”. As características sociais do falante também atuam no uso das variantes em estudo.

Monteiro (1994), baseado no princípio de que entre os pronomes o que se dá não são somas e sim associações diferenciadas, estabeleceu em seu estudo os seguintes valores de associações para a forma *nós*: a) aspecto inclusivo; b) aspecto exclusivo e c) aspecto genérico.

Em seu estudo, Bueno (1996) analisou os níveis de abrangência na noção do eu-ampliado que podem, segundo Lopes (1996), situar-se entre dois extremos: o grau máximo de inclusão do *eu* e o grau mínimo de inclusão do *eu*. Em seus resultados constatou-se que o falante utiliza com mais frequência o pronome *nós* para se referir a ele mais o seu interlocutor (*eu* + não-*eu*; *eu* + *você* 0,53), e para fazer referência a ele mais a não-pessoa explícita e determinada no texto (*eu* + *ele* (s) + determinante 0,65).

No entanto, segundo Bueno, quando o falante amplia a referência ele usa majoritariamente a forma *a gente* (0,63/ 0,87). Ainda conforme seus resultados, ao contrário do que se esperava, o falante ao fazer referência a si mesmo utiliza mais frequentemente a forma *a gente* na função de primeira pessoa do singular. Para Bueno, isso pode ser explicado pelo fato de que o falante (bóia-fria) não considera a forma *a gente* como sendo ligada a grandes grupos, de tal forma que facilita o uso de *a gente* para uma só pessoa (eu) e o exime de assumir responsabilidades ao manifestar opinião sobre determinados assuntos.

No presente trabalho, seguimos assim como Laureano (2003), a terminologia usada por Ilari et alii (2002) a fim de observar a influência do grau de determinação do sujeito sobre as formas *nós* e *a gente*:

1) nós/ a gente = eu + não-eu (eu + tu/ você)⁹

2) nós/ a gente = eu + não-pessoa (eu + ele/ ela (s))

(22) não era fácil é... sozinho nessa escuridão, meu Deus nesses moro, moro, moro... então nóis achava que era melhor casá logo porque tinha comprado terra e tudo. (MINA)

(23) i nóis na cidade, eu a mulhé, as filha com as criança dela tudo na cidade trabalhando, vendenu frutas i mandioca qui produzia.
(HINE)

3) nós/ a gente = eu

(24) não nu tem mais jeitu:: a genti tem qui conformá quia idadi tá cheganu i us dia tão contadu né?

(25) Doc: e de onde o senhor trouxe? Inf: lá di ondi nóis foi aquela pessau lá.

4) nós/ a gente = não-pessoa

⁹ É importante esclarecer que as categorias a) nós/ a gente = eu + não-eu (eu + tu/ você) e d) nós/ a gente = não-pessoa da variável eu-ampliado não apresentaram variação, portanto, tivemos *knockout* e, como os programas que geram o cálculo do peso relativo não trabalham com fatores sem variação, foi necessário “eliminá-los”.

3.3.6 Grupo de fatores sociais

Quadro 5: Grupo de fatores sociais

Grupo de fatores	Fatores
5) Sexo	M – mulher H – homem
6) Faixa etária	N – 16 a 30 anos V – 50 a 70 anos
7) Escolaridade	E – escolarizado N – não-escolarizado

Sexo

Sabemos que há diferença entre a fala de homens e mulheres a começar pelo ponto de vista fisiológico, no entanto, o interesse da Sociolinguística ao levar em consideração esta variável, é o de verificar em que limite e de que forma se processa sua correlação com os fenômenos linguísticos. Segundo Paiva (2003), é no plano lexical onde encontramos as diferenças mais evidentes entre a fala masculina e feminina, no entanto, devido as transformações de padrões morais nas sociedades ocidentais, o que se vê é um certo nivelamento entre essa oposição o que gera seu gradativo desaparecimento.

Para Paiva (2003, p. 33):

A análise da dimensão social da variação e da mudança linguística não pode ignorar, no entanto, que a maior ou menor ocorrência de certas variantes, principalmente daquelas que envolvem o binômio forma padrão/ forma não-padrão e o processo de implementação de mudanças estejam associados ao gênero/sexo do falante e à forma de construção social dos papéis feminino e masculino.

Monteiro (2002) esclarece que as diferenças linguísticas devidas ao fator sexo surgem porque sendo a língua um fenômeno social está intimamente relacionada a atitudes sociais, os indivíduos são socialmente diversificados em função dos vários papéis sociais imputados pela

sociedade e das expectativas de certos padrões de comportamento que são criadas para cada um deles.

A correlação entre a variável gênero/ sexo e os fenômenos linguísticos foi demonstrada em diversas investigações sócio-variacionista. Fischer (1974), analisando a influência dessa variável sobre a variação na pronúncia dos sufixos -ing (de maior prestígio) e -in (de menor prestígio), constatou que o primeiro, ou seja, o mais prestigiado é predominante na fala feminina.

Lopes (1996) em seu estudo sobre *nós e a gente*, na fala culta, aponta que com relação ao sexo o peso relativo de uso de “*a gente*” é maior entre as mulheres (.59). Segundo a autora, a inserção da variável sexo se fez necessária para verificar se o fenômeno linguístico em questão é um processo de variação estável ou de mudança linguística. E, justamente a preferência pela forma não-padrão entre as mulheres sugere, conforme Lopes, um processo de mudança linguística.

Monteiro (1994) investigando também a fala culta aponta que a forma *a gente* é mais frequente entre as mulheres, observando que isso se deve ao fato de que as mulheres toleram mais a inovação do que os homens.

Laureano (2003) constatou que na fala florianopolitana há um uso bastante expressivo da forma pronominal *a gente* em ambos os sexos, no entanto, a probabilidade mais elevada para o uso dessa forma é dos informantes femininos. A autora sugere que este resultado evidencia a possibilidade deste pronome apresentar-se como forma padrão na fala de muitas pessoas, deixando de ser, por conseguinte, uma forma estigmatizada.

No entanto, é preciso ressaltar que na variação entre as formas *nós* e *a gente* não há, conforma Paiva, uma polarização evidente entre uma variante padrão e uma variante não-prestigiada. Em Omena (1996), a forma *nós*, mais conservadora, é mais frequente entre os homens, isso indica que a variante inovadora *a gente*, ainda segundo Paiva (2003:36), está

sendo liderada pelas mulheres. Porém, afirmar que se trata de um processo em direção a uma forma padrão ou não padrão, é difícil já que as duas variantes “não se sujeitam a uma avaliação social explícita ou à exclusão normativa”.

Portanto, nosso objetivo é verificar se o uso da forma *a gente*, assim como em alguns dos estudos analisados, é mais frequente também na fala dos informantes do sexo feminino em nossa pesquisa.

Faixa etária

As diferenças linguísticas também ocorrem por conta da idade do falante. A observação do comportamento linguístico dos informantes de diversas faixas etárias nos permite observar a indicação de um processo de mudança ou variação estável dos fenômenos linguísticos. Segundo Paiva e Duarte (2003, p. 179), a predominância de uma determinada variante linguística na fala de informantes mais jovens, indica ao pesquisador duas possibilidades: a) um processo de mudança linguística; b) mudança geracional.

Como mostram as autoras, a maneira mais adequada de solucionar esse problema “é pela conjugação das evidências obtidas através do estudo da mudança no tempo aparente com evidências fornecidas pelos estudos em tempo real”.

Os estudos realizados para a observação da variação entre *nós* e *a gente* indicam uma tendência por parte dos mais jovens quanto ao uso da forma *a gente*. Omena (1996: 312), constata que a variável faixa etária influencia a alternância das formas *nós* e *a gente*, já que em seu estudo, os falantes mais velhos usaram mais a primeira forma. Segundo a autora, que o aumento da forma *nós* se fez de forma abrupta entre a faixa de 15 a 25 anos e a de 26 a 49 anos, isso indica ainda segundo Omena, “que os falantes nascidos a partir de aproximadamente 1960 usam bem mais a forma *a gente*”.

Lopes (1996) e Monteiro (1994) apontam em suas pesquisas com a fala culta que há, por parte dos mais jovens, preferência pelo uso da forma *a gente*, ao passo que os mais velhos usam mais a forma *nós*. Bueno (1996) observou em *córpus* da fala popular da microrregião de Assis, que parece está havendo, de acordo com o fator faixa etária, um processo de mudança em progresso sobre o fenômeno da variação *nós* e *a gente*, pois, evidenciou-se também um uso elevado da forma *a gente* pelos mais jovens (0,96).

Santana (2006), no estudo da indeterminação de *nós* e *a gente* na posição de sujeito com falantes de duas comunidades rurais, constatou que o fator faixa etária associado ao fator sexo revelam que a forma *a gente* é mais utilizada pelas mulheres da faixa etária 2 (0,65) e da faixa etária 1 (0,55). Já entre os homens, o uso de *a gente* é, segundo a autora, pouco relevante, sendo a forma *nós* a mais utilizada em todas as faixas.

Cunha (1996), analisando o processo de indeterminação pronominal, verificou que o fator faixa etária mostrou-se relevante, pois, influencia a escolha dos pronomes (1ª e 2ª pessoa em posição de sujeito), como recurso de indeterminação. Quanto ao pronome *nós*, a faixa etária mais velha apresenta maior frequência de uso 0.68. É importante destacar que em sua pesquisa Cunha aponta que os fatores que atuam na escolha do pronome são, primordialmente, os de natureza discursiva, sendo que os fatores sociais ocupam uma posição secundária.

Tamanine (2002), analisando *córpus* do banco de dados do Projeto VARSUL de três cidades catarinenses, constatou que quanto à faixa etária nos resultados obtidos foram os mais jovens que apresentaram maior tendência ao uso da forma *a gente*. Os percentuais para a forma *a gente* na primeira faixa etária foram: (52%) em Lages; (64%) em Chapecó e (77%) em Blumenau.

Segundo a autora, o uso da forma *nós* é mais frequente na faixa etária mais velha de Chapecó, apresentando (69%) dos dados, seguida por Blumenau com (53%). Porém, Lages

aponta um maior índice de uso da forma *a gente* na faixa etária mais velha, com (62%) dos dados.

Contrariando esses resultados Laureano (2003, p. 47), também analisando dados do Projeto VARSUL da cidade de Florianópolis, constatou que a maior frequência de uso da forma *a gente* ocorreu com informantes acima de 52 anos (0,72). Para a autora, essa tendência pode ser “melhor explorada” levando-se em conta que nas faixas etárias mais novas (15 a 25 anos e 26 a 51 anos) ocorre o período da atividade profissional e a forma *a gente* considerada de menos prestígio perde espaço para a forma *nós* por conta da “pressão social”.¹⁰

Tendo por base estes resultados, formulamos a seguinte hipótese: os falantes assentados da faixa etária mais jovem privilegiam o uso da forma inovadora *a gente*, ao passo que os informantes da faixa etária mais velha preferem o uso da forma *nós*.

Escolaridade

Sabemos que o acesso à escolaridade contribui para a assimilação das formas do português padrão e que a escola é um segmento que gera mudanças na fala e na escrita das pessoas. De acordo com Votre (2003, p. 54), a abordagem das condições de uso da forma *nós* em oposição ao *a gente*, “não recebe tratamento sistemático na escola, em nenhum nível de ensino”, mais ainda, há uma ausência de contextos com a forma *a gente* em exercícios de fixação nos manuais de ensino da língua. Omena (1986), observou em seu estudo que o Ensino Fundamental influencia na escolha entre as formas *nós* e *a gente* .78 e um menor uso da forma *a gente* .22.

A autora supõe que o fato da sistematização da conjugação verbal seja ensinada a partir da 4ª série, e que o ginásio segue com sua fixação, seja uma possível explicação para o uso da forma *nós* também pelos informantes do primário. Sobre o elevado índice de uso da

¹⁰ A autora adverte que forma de menor prestígio não significa necessariamente forma estigmatizada.

forma *a gente* pelos informantes do 2º grau¹¹, Omena aponta que talvez isso se explique pelo fato de ser entendida como gíria ou a identificação de um grupo.

Confirmando os resultados obtidos por Omena (1996), Bueno (1996) verificou que a maior probabilidade de uso da forma *nós* ocorreu com os informantes mais escolarizados (PR= 0.60) e os informantes que nunca tiveram acesso à escola, deram preferência de uso à forma *a gente* (PR= 0.69).

Em nosso estudo, verificamos a distribuição das formas alternantes entre os informantes escolarizados e não-escolarizados para posterior comparação dos resultados com as investigações citadas.

3.3.7 Codificação e quantificação dos dados

Nesta pesquisa empregamos o programa estatístico GOLDVARB 2001 (Varbrul para ambiente Windows). A preparação dos dados a serem analisados, a tabulação cruzada das variáveis independentes e a análise da regra variável são procedimentos necessários na análise quantitativa. Para todas as ocorrências atribuímos códigos identificáveis pelo programa. Usamos em nossa pesquisa os seguintes símbolos para a codificação dos dados:

Variável dependente

1 - a gente

0 - nós

1 Preenchimento/ não-preenchimento do sujeito

e - explícito

i - implícito

2 Desinência número-pessoal da primeira pessoa do plural

¹¹ Mantivemos a terminologia usada pela autora, embora hoje as denominações “Ensino Fundamental” e “Ensino Médio” substituam respectivamente os termos “Primário” e “Ginásio”.

2 - presença da desinência (-mos)

3 - ausência da desinência (-mos)

3 Paralelismo formal

w - 1ª referência

x – Presença do mesmo pronome

y – Presença de pronome diferente

z – Oração isolada

4 Eu-ampliado

a - nós/ a gente = eu + não-eu (eu + tu/ você)

b - nós/ a gente = eu + não-pessoa (eu + ele/ela (s))

c - nós/ a gente = eu

d - nós/ a gente = não-pessoa

5 Sexo

5 - homem

4 – mulher

6 Faixa-etária

v - idoso

n- jovem

7 Escolaridade

7 - não-escolarizado

6 - escolarizado

CAPÍTULO IV

4 DESCRIÇÃO DOS FATOS LINGUÍSTICOS

Após a transcrição de todas as entrevistas, foi feito o levantamento dos dados. Em um primeiro momento, levantamos somente dados com o sujeito explícito e, posteriormente, realizamos o levantamento das várias estratégias utilizadas pelo falante para o uso das formas *nós* e *a gente* conforme alguns estudos realizados cf. Bueno (1996), Lopes (1996) adaptando-as segundo nossos objetivos.

Terminada esta etapa, passamos à codificação dos dados de acordo com os fatores linguísticos e sociais estabelecidos, os quais foram submetidos ao programa GOLDVARB 2001 (Varbrul para ambiente Windows). Como dito inicialmente, foram consideradas 6 (seis) variantes:

- 1) **nós** explícito verbo na 1ª pessoa plural ¹
- 2) **nós** explícito verbo na 3ª pessoa singular
- 3) **nós** não-explícito desinência de 1ª pessoa plural
- 4) **a gente** explícito verbo na 3ª pessoa singular
- 5) **a gente** não-explícito verbo na 3ª pessoa singular
- 6) **a gente** explícito verbo na 1ª pessoa plural

Tabela 1: Distribuição percentual das formas *nós* e *a gente* quanto à função específica

a gente	nós	nós impl. v. 1ª p. pl.	nós expl. v. 3ª p. s.	a gente impl. v. 3ª p. s.	a gente expl. v. 1ª p. p.	Total
324	202	199	223	54	11	1013
32%	20%	20%	22%	5%	1%	100%

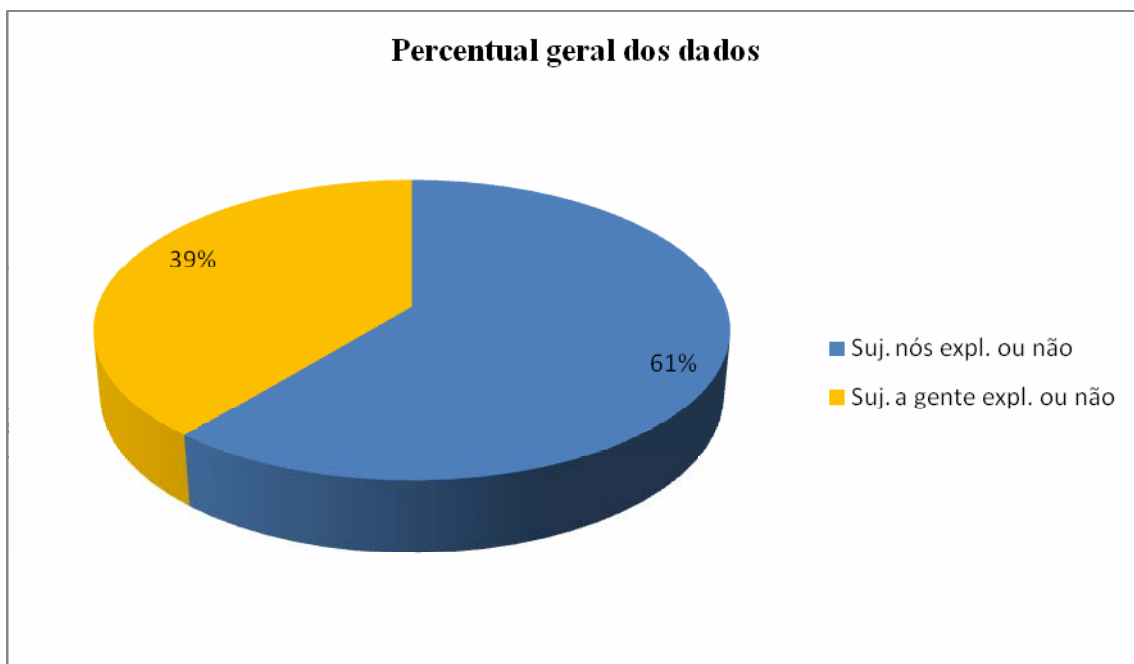
¹ Os exemplos para cada estratégia estão descritos na seção 3.3.4.

De acordo com as pesquisas descritas (cf. seção 1.2.3), a linguagem de informantes de várias regiões do país tem evidenciado um uso bastante expressivo da forma pronominal *a gente* como referente à primeira pessoa do plural. Decidimos observar que variante o informante assentado usa com mais frequência para referir-se à primeira pessoa do plural.

Como hipótese inicial, acreditamos que a variante inovadora *a gente* apresenta maior frequência de uso na fala desses informantes devido sua implementação em detrimento do pronome padrão *nós*.

Ao observarmos o gráfico abaixo, notamos que nossa hipótese não foi confirmada. Nele apresentamos a percentagem geral das ocorrências das formas *nós* e *a gente* no presente trabalho.

Gráfico 1



Do total de 1013 ocorrências das formas pronominais estudadas no *córpus*, 624 são da forma *nós* (61%), a forma *a gente* apresentou 389 ocorrências, (39%). Contrariamente ao que se observou nos resultados obtidos Omena (1996), Tamanine (2005), Laureano (2003) com a fala popular, mas corroborando os resultados encontrados em Bueno (1996). Os resultados do presente trabalho apresentam alto índice de uso do pronome *nós* na posição de sujeito na fala

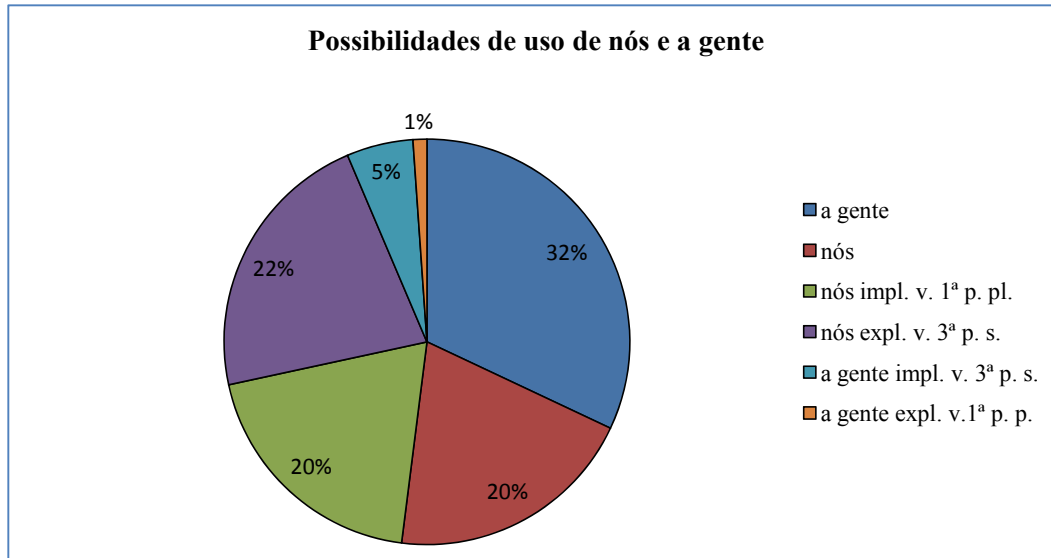
dos informantes. Acreditamos que esse resultado esteja diretamente correlacionado com a questão do isolamento da comunidade e seu consequente conservadorismo linguístico, conforme explica Monteiro (2002, p. 129):

O isolamento geográfico inevitavelmente gera diferenciações lingüísticas. Se viajarmos pelo interior do Brasil e conseguirmos chegar a vilarejos longínquos e de difícil acesso, com certeza lá encontraremos traços dialetais que nos causarão até surpresa. Em geral, o que se observa nesses lugares isolados é uma tendência ao conservadorismo lingüístico. Daí, parece óbvia a hipótese de que quanto mais contato externo a comunidade de fala mantiver, maiores serão as possibilidades de mudança e diversificação”.

Por outro lado, observar-se que estamos diante de um caso de variação e que há, porém, contextos que propiciam a escolha de uma e não de outra forma. Omena (1996, p.193) destaca que “fatores lingüísticos e pragmáticos, aliados ao das características sociais do sujeito falante, influem na escolha da forma nas situações de fala”.

Procuramos, portanto descrever neste capítulo, a ação dos fatores lingüísticos estruturais e a atuação dos fatores sociais do falante sobre o fenômeno em questão. A seguir, destacamos as tendências gerais quanto ao uso de *nós* e *a gente* na posição de sujeito na fala dos assentados da Fazenda Nova Itamarati, região de Ponta Porã.

Gráfico 2



É importante salientar que foram encontradas no *cópus* poucas ocorrências da forma *a gente* explícita com verbo na primeira pessoa do plural na função de sujeito. No entanto, decidimos incluí-las na rodada tendo em vista que foram realizadas, em sua maioria, por informantes escolarizados, o que nos leva a crer que, apesar do contato com a escola e com a norma culta do PB, estes informantes mantêm em sua fala um repertório linguístico proveniente da família e do seu círculo de convivência.

De acordo com a seleção das variáveis feita pelo programa, temos os seguintes grupos de fatores:

- 1) Preenchimento/ não-preenchimento do sujeito
- 2) Desinência número-pessoal da primeira pessoa do plural
- 3) Eu-ampliado
- 4) Paralelismo Formal
- 5) Sexo
- 6) Faixa etária
- 7) Grau de escolaridade

4.1 PREENCHIMENTO/ NÃO-PREENCHIMENTO DO SUJEITO

O grupo de fatores preenchimento/ não-preenchimento do sujeito mesmo não sendo considerado como fator condicionante para a aplicação da regra confirma, através dos resultados da presente pesquisa, o que muitos estudos têm apontado: maior tendência do preenchimento dos pronomes pessoais no PB, o que sugere e também confirma que o PB já não se enquadra no chamado parâmetro *pro-drop*, pois, como podemos ver nos resultados do presente estudo, a preferência se dá não pela ausência, mas sim, pela presença do sujeito.

Segundo Soares da Silva (2006), o português é considerado uma língua de sujeito nulo + *pro-drop* (Parâmetro do Sujeito Nulo) por admitir o apagamento, o que condiz com aquilo que as gramáticas prescrevem. Ilari et alii (2002, p. 102), reforçam:

(...) de modo que a ocorrência simultânea do verbo e do pronome pessoal sujeito, enquanto identificação de papéis discursivos seria em grande parte redundante. O português dispensa em muitas circunstâncias o uso dos pronomes-sujeito, fato que as gramáticas tradicionais explicam pela existência das desinências verbais e que a gramática gerativa reconhece enquadrando o português no parâmetro *pro-drop*.²

No entanto, as taxas de preenchimento do sujeito são cada vez maiores no PB o que indica uma provável mudança na marcação do parâmetro, ou seja, na totalidade do preenchimento do sujeito no PB, teremos então, uma língua [-*pro-drop*].

Tabela 2: Atuação do grupo de fatores preenchimento/ não-preenchimento do sujeito pronominal com a forma *a gente*. **INPUT .27**

Grupo	Aplic./total	Freq. %	P.R
explícito	335/760	44%	.34
implícito	54/253	21%	.13
Total	389/1013		

² Grifo do autor.

Os resultados da tabela 2 nos permitem observar que o falante estudado apresenta uma pequena tendência para o preenchimento do sujeito com a forma *a gente* (44%) em relação aos enunciados implícitos (21%) o que nos permite pensar que há, também no português oral popular do Brasil, uma tendência à eliminação do caráter de regularidade da omissão do pronome.

Conforme Monteiro (1994), há quem julgue incorreto o emprego dos pronomes pessoais do caso reto se a flexão verbal ou o contexto oracional forem suficientes e, dessa forma, lhe torna dispensável o emprego. A GT (CUNHA & CINTRA (1985:275)) preconiza a omissão do pronome sujeito em casos como:

- a) quando se deseja, enfaticamente, chamar a atenção para a pessoa do sujeito;
- b) para opor duas pessoas diferentes;
- c) quando a forma verbal é comum à 1ª e à 3ª pessoa do singular e, por isso, se torna necessário evitar o equívoco.

No entanto, o que se tem observado em muitos trabalhos é que o caráter regular da omissão foi substituído pela maior tendência ao emprego do pronome sujeito, quer seja na fala culta, ou popular. Em pesquisa realizada por Oliveira (*apud* MONTEIRO, p. 138) demonstrou-se que os pronomes sujeitos ocorrem mais frequentemente na língua falada (58%) do que na escrita (22%).

Em seu estudo com a fala culta, Monteiro verificou a presença e ausência dos pronomes pessoais em função de sujeito. As formas *nós* e *a gente* apresentaram, respectivamente, as frequências (52%) e (77%) para a presença do pronome pessoal em função de sujeito. Também Santana (2006), em estudo com o português rural, apontou que o falante tem uma pequena tendência de usar a forma *nós* como sujeito explícito (54%) em relação aos enunciados com sujeito implícito (43%).

É relevante observar que, para o primeiro autor, o conjunto de condicionamentos linguísticos a que se sujeita a regra do preenchimento/ não-preenchimento dos pronomes pessoais talvez ainda não tenha sido formalizado, em sua opinião, alguns fatores de ordem estrutural já foram identificados e testados para o português, no entanto, outros ainda carecem de estudo:

[...] é imperioso admitir que uma rede complexa de fatores controla o emprego ou omissão dos pronomes pessoais. Alguns desses fatores já foram identificados e testados para o espanhol e o português, e, até por uma questão de economia de esforço, entendemos que devem ser aceitos sem muita discussão. (MONTEIRO, 1994, p. 135).

Quanto aos fatores sociais, observou-se que as mulheres apresentam uma taxa mais alta de emprego do sujeito explícito com relação aos homens, o que contraria, segundo o autor, os estudos sociolinguísticos quando demonstram que, em geral, as mulheres se expressam mais de acordo com aquilo que se considera “correto”³. É importante destacar que o preenchimento do sujeito não é um uso estigmatizado, fato que não compromete a aceitação da sentença pelos falantes brasileiros.

A forma *nós* explícita em função de sujeito apresentou frequência de 56% na presente pesquisa. Este resultado nos permite dizer que os falantes assentados tendem a uma sutil preferência para o preenchimento do sujeito quando utilizam o pronome *nós*. Essa atitude do falante pode indicar que a flexão verbal e o contexto oracional não são suficientes para dispensar o emprego do pronome. Outra explicação para essa conduta seria a reiteração do pronome para marcar o agente da ação verbal e a ênfase (contraste ou reforço), como ilustrado no seguinte trecho:

Informante: daí nós tinha um dinheru no banco, naquela época nós tinha dum colega nosso de Cascavel e o nosso dinheru qui nós tinha vendidu umas coisa lá já pra voltá pru Brasil... naquela época nós tinha voltado pro

³ Grifo do autor.

Brasil que era pro sul, daí nós voltô, conseguimos vendê i voltamu pro sul de Ariponã... daí nós já conseguimos, já saímu com bom dinheru, naquela época de lá, nesse quatro anu, nós crescemu muito na roça de novo, na produção que nós fazia i... o... daí na época qui nós voltô pra... ia voltá pru Paraná, nós ia pra Santa Catarina, daí nós vendeu o que nós tinha lá pra comprá duas colônia de terra em santa Catarina... na época, quela época, o juro tava setenta... oitenta por cento, daí os colono de Santa Catarina ia vendê aquelas terra né? (HINE).

Interessante notar que há um evidente intuito expressivo do falante ao reforçar o sujeito da ação mediante sua explicitação: a pesquisadora havia-lhe perguntado sobre a conquista do lote, tema discutido momentos antes de começar a entrevista. Na ocasião, sua esposa estava presente (a entrevista foi realizada de forma individual) e os dois versaram sobre a posse da terra.

Ao passar para a entrevista, o informante, embora não contasse com a presença da esposa para narrar os fatos, reforçava que essa conquista pertencia aos dois. Cumpre-nos ressaltar que a forma verbal não-marcada não indica formal e semanticamente o agente da ação, isso também pode justificar o preenchimento do sujeito, pois como será tratado mais adiante, os resultados apontam altíssima frequência para ausência da flexão verbal.

Para finalizar, destacamos que comportamento linguístico ao que parece, contribui, pelo menos na fala dos assentados, para reafirmar o preenchimento em detrimento do não-preenchimento, ou seja, que o PB está deixando de ser uma língua de sujeito nulo para se tornar uma língua de sujeito obrigatório, tendo em vista que, segundo Duarte (2003 *apud* Martins, 2005), diferentes trabalhos que têm analisado dados de língua oral e também da escrita evidenciam que os índices de preenchimento do sujeito pronominal no PB apresentam uma proporção maior que os apresentados pelo Português Europeu.

4.1.1 Desinência número-pessoal da primeira pessoa do plural

De acordo com o português padrão, a desinência (-mos) assinala o pronome *nós*, ao passo que o morfema \emptyset assinala a forma *a gente*. Contudo, encontramos no PB construções que apresentam a desinência (-mos) com o pronome *a gente* e sua ausência com o pronome *nós*. Em suas pesquisas com a concordância verbal no PB, Scherre (2005) salienta que construções como “*a gente vivemos no campo*”, são fatos linguísticos específicos do PB, mas também do PE e que indicam mais uma concordância referencial do que gramatical.

Fato corroborado por Silva (2004, p.75) ao colocar que “esta pluralização da forma *a gente* também é muito comum em Portugal e é facilmente identificável em discurso de pessoas de diferentes gêneros, de diversas idades e com graus variados de escolarização”.⁴

De acordo com o prefácio da obra sobre as origens do PB de Naro e Scherre (2007, p.11-15), os fenômenos linguísticos abordados na pesquisa, não apresentam diferenças estruturais com o PE:

(...) nada se identificou no Brasil que também não ocorresse em Portugal. Tratar distintamente os fatos corresponderá a “perder generalizações linguísticas importantes, o que, sem dúvida, não constitui objetivo da pesquisa linguística”. Eles (**os autores**) comprovam que a “ampla variação de concordância que ocorre em solo brasileiro” dá continuidade a propriedades do português europeu não-padrão.⁵

Mattos e Silva (2008, p.395) reflete em sua pesquisa sobre as razões que motivam a polarização no PB, e afirma que somente os fatores de natureza histórica podem conduzir a uma interpretação da questão.

(...) a língua portuguesa, na sua variante brasileira deve suas características inovadoras e, em geral simplificadas, à forma como foi adquirida pela massa populacional: como segunda língua, com modelos defectivos a língua alvo, sem controle normativo da escolarização. Desse modo, a demografia histórica, a ausência, ou quase de escolarização e a mobilidade territorial dos africanos e afrodescendentes permitem a interpretação de que o português popular, ou seja, o vernáculo falado no Brasil, devemos nós aos

⁴ Grifo do autor.

⁵ Observação nossa.

africanos e afrodescendentes que adquiriram, como antes visto, a língua alvo, a língua oficial – a partir do século XVIII – da colonização, a língua portuguesa.

Ainda sobre as origens do PB, Oliveira (2008, p. 93-95) ressalta que os estudos sobre a diversidade linguística não são recentes e que as variações do PB tem diversas procedências:

A diversidade lingüística não é fato de descoberta recente, embora ainda haja afirmações controvertidas em relação ao seu estudo. Alguns estudiosos, mesmo que com ênfase no léxico, já se preocupavam com aspectos dialetais no começo do século XIX.

(...) as variações e mudanças ocorridas no português do Brasil são motivadas, como já dito, pelas diferentes procedências dos portugueses que para acá vieram (Minho e Douro) e pela presença de diferentes raças que habitavam o país nos primórdios, tais como índios, negros e árabes (...).

O autor cita vários aspectos sintáticos que se distanciam da prescrição gramatical e que confirmam a diversidade do PB por ocorrerem em todo o país. Dentre esses fenômenos está a perda da flexão.

Ao controlar este grupo de fatores, tínhamos como propósito a observação da ocorrência ou não da concordância verbal com o uso das formas *nós* e *a gente*. A hipótese formulada para este grupo de fatores é que há ocorrência para a forma *a gente* da desinência número-pessoal da primeira pessoa do plural (-mos), embora julgemos ser em menor número com relação à forma *nós*, logo a desinência \emptyset apresenta maior frequência de uso com a forma *a gente*.

Tabela 3: Atuação do grupo de fatores desinência número-pessoal da primeira pessoa do plural com a forma *a gente*. INPUT .27

Grupo	Aplic./total	Freq. %	P.R
Presença de desinência (-mos)	378/781	48%	.44
Ausência de desinência (-mos)	11/232	6%	.03
Total	389/1013		

Observando os resultados na tabela 3, constatamos que nossa hipótese inicial foi confirmada. A desinência (-mos) apresenta menor probabilidade de uso com a forma *a gente* 6%. Mesmo com poucas ocorrências do pronome *a gente* acompanhado pela flexão da 1ª pessoa do plural, cumpre-nos salientar que tais ocorrências pertencem aos falantes escolarizados, o que nos leva a pensar que, embora seja altamente estigmatizada e rejeitada no PB, o que temos em construções com a forma *a gente* seguida de verbo na primeira pessoa do plural é, como assinala Votre (2003), um processo de extensão dos efeitos da regularização, já que *a gente* é reanalisado como equivalente a *nós*.

Por outro lado, é altíssimo o percentual de 94% para a ausência da desinência (-mos) com o pronome de 1ª pessoa do plural *nós*, o que evidencia a não predominância do uso característico do português padrão entre nossos informantes. Este fato talvez possa ser explicado pelo já referido isolamento da comunidade, não obstante, os atuais meios de comunicação estejam presentes e façam parte do cotidiano de muitos assentados.

Como relatado inicialmente, estudos sociolinguísticos sobre a concordância verbal indicam que a não-concordância verbal tende a fazer parte do PB popular. Mattos e Silva (1996, p.33), relata a coexistência de alguns sistemas nas falas brasileiras e afirma que:

Caracteriza o português brasileiro a simplificação dos paradigmas flexionais verbais, fenômeno morfofonêmico e morfossintático que está sintaticamente relacionado à seleção do pronome pessoal sujeito. Assim convivem no Brasil desde o paradigma histórico pleno referente a seis pessoas (três do singular e três do plural) (...). No outro extremo se reduz esse paradigma à oposição entre primeira pessoa e as outras, sem distinção número-pessoal (...).

Lembramos que nossos informantes são procedentes da zona rural e que poucos viveram nas cidades por muito tempo. O que queremos esclarecer é que os falantes assentados moram e trabalham no campo, conclui-se, pois, que não há diferenças de classe social nem

status profissional entre eles, o que não os “obriga” a um desempenho linguístico que se adeque às necessidades que esses dois padrões sociais exigem.

Também salientamos que ao encontrar-se em situações naturais de fala, os informantes deixam seu vernáculo emergir. Para Labov (1983, p. 265):

En otros estilos, encontramos un discurso más sistemático, donde las relaciones fundamentales que determinan el curso de la evolución lingüística aparecen con más claridad. Aquí es donde se da lo “vernáculo” – el estilo en el que existe la mínima atención prestada al control del discurso.

Segundo Scherre (2005), para o entendimento do fenômeno da falta de concordância de pessoa gramatical entre o verbo e o sujeito as variáveis sócias são importantes, sobretudo, o grau de escolaridade e o contraste rural-urbano.

O que pudemos observar é que a grande maioria sempre viveu no campo longe dos hábitos das cidades e, conseqüentemente, sem contato com a escola. Com relação aos mais jovens, este contato com o mundo letrado não os afasta de suas origens: avós, pais e parentes mais próximos apresentam em sua fala a não-concordância verbal. Ou seja, a escola é a única, dentro da comunidade, que desempenha o papel normatizador sendo que os demais espaços sociais de que dispõem para interação não exercem ao que parece este papel.

4.1.2 *Eu-ampliado*

Como dito inicialmente, os pronomes plurais de primeira pessoa nunca se referem apenas à primeira pessoa já que ao passarem da forma singular para a forma plural, sempre envolvem um não-eu, assumindo contornos vagos e indeterminados das outras pessoas do discurso. Dessa forma, *nós* e *a gente* são mais do que simples plurais de *eu* e *você*, podem incluir, além do falante, o ouvinte e outras pessoas.

Com o objetivo de observar o grau de determinação do sujeito, decidimos controlar este grupo de fatores em nossa pesquisa. De acordo com os resultados da tabela exposta abaixo, notamos que o falante utiliza com mais frequência o pronome *a gente* para se referir a si próprio (75%) corroborando os resultados obtidos por Bueno (1996).

Em sua pesquisa com os bóias-frias, constatou-se que ao referirem-se a si mesmos eles utilizam mais a forma *a gente* na função de primeira pessoa do singular. A autora explica que esperava exatamente o contrário, ou seja, que o pronome *nós* fosse mais utilizado para fazer referência a si mesmo.

Omena (*apud* SILVA e SCHERRE, 1996, p. 190) trata sobre a referência à primeira pessoa do discurso no plural e afirma que:

No caso de *a gente*, no português, a análise sincrônica revela que a nova forma identificou-se mais com o pronome de primeira pessoa do plural *nós*, pois o uso de *a gente* por *eu* é muito menos freqüente, embora no tipo de discurso analisado o entrevistado fale muito de si e use bastante o *eu*. Ele usa *a gente* para a primeira pessoa do singular principalmente como um recurso estilístico, quando quer ser menos assertivo.

Não é o que observamos em parte em nossos dados, pois os informantes falavam muito de si e ao fazê-lo, usavam preferencialmente a forma *a gente* como podemos notar no trecho abaixo:

Informante: é... assim quandu a genti por exemplu qui a genti vai pra cidadi fala ondi cê mora ? a genti fala ah:: nu assentamentu, aí já começa, ah:: olha lá tá passanu a chacrerinha [chacrerinha?] é... tá passanu a rocera, mora na roça. (MJEK)

A informante relata que ao ir para a cidade as pessoas perguntam sobre sua moradia, e ao dizer que é uma assentada sofre com o preconceito existente com relação a esse grupo. Ao invés do uso do pronome *eu*, emprega a forma *a gente* que, embora esteja perdendo o traço de

indefinição, de acordo com Omena, permite ao falante ser menos categórico na referência a si próprio.

Sobre esse aspecto, Ilari et alii (2002, p. 93) afirmam que “*nós* constitui a escolha para uma indicação mais definida, enquanto *a gente* pode efetuar uma referência mais indeterminada, mesmo que essa expressão continue sendo usada, claramente, em referência à primeira pessoa”.

Tabela 4: Atuação do grupo de fatores eu-ampliado com a forma *a gente*. INPUT .27

Grupo	Aplic./total	Freq. %	P.R
nós/a gente = eu + não pessoa (eu + ele/ela (s))	272/855	31%	.20
nós/a gente = eu	114/152	75%	.79
Total	386/1013		

4.1.3 Paralelismo formal

A variável paralelismo formal consiste na tendência do falante na repetição das variantes de uma mesma variável dependente. Conforme Scherre (1998, p. 30):

A própria repetição das variantes de uma mesma variável dependente no discurso tem se evidenciado como uma restrição importante na análise de fenômenos variáveis de todos os subsistemas lingüísticos em diversas línguas. Esta restrição ou variável independente ocorre entre as cláusulas (plano discursivo), no interior da oração (plano oracional), no interior do sintagma (plano sintagmático), e entre palavras e no interior da palavra (plano da palavra).

Tabela 5: Atuação do grupo de fatores Paralelismo Formal com a forma *a gente*. INPUT .30

Grupo	Apli./total	Freq.%	P.R
1ª referência	46/89	51%	.40
Presença mesmo pronomes	143/344	41%	.26
Presença pronomes diferente	44/84	84%	.36
Oração isolada	17/32	53%	.48
Total	250/549		

Ainda segundo a autora, muitos estudos, em diversas línguas, foram realizados com o objetivo de verificar a influência do paralelismo, já que há uma clara divisão de posições sobre a natureza do processo, quais sejam de natureza formal ou funcional. Para autores como Omena (1996), o que parece influenciar são os mecanismos de repetição usados pelo falante, no intuito de manter uma coesão discursiva.

Na presente pesquisa, foram consideradas como estruturas paralelas somente as formas variantes explícitas em um intervalo não superior de dez orações sem a interposição do entrevistador, daí a necessidade de se realizar uma nova rodada do programa⁶. Os fatores utilizados nesse grupo podem ser visualizados nos exemplos abaixo:

Inf.: era lindu, **nóis** ia duas vezes, dois salão que **nóis** ia, só era sim mais ou menos três baile por ano mas era, sabe... **a gente** si divertia como a gente jovem é no baile, era a maior alegria, só que o falecido pai não deixava **a**

⁶ Na primeira rodada do programa estatístico foram consideradas as formas explícitas e implícitas das variantes *nós* e *a gente*.

gente í no campo de futebol porque tinha homem e calça curta, não deixava.
(MINA)

Inf.: é... **a genti** vê issu pur... aqui tem muita... comu eu possu dizê? é...
muitas... é.. muitas pessoas qui nu dão valor ao qui tem,, tem inveja das
outra pessoa, mais nu dão valor. (HJELC)

No primeiro exemplo, o falante escolhe o pronome *nós* (1ª referência) para designar suas irmãs, incluindo-se também na situação, repetindo-o novamente (presença do mesmo pronome) para referir-se às mesmas pessoas mantendo, dessa forma, a coesão do discurso. Na sequência utiliza a forma *a gente* (presença pronome diferente) referindo-se aos jovens da época. Posteriormente repete a forma *a gente* antecedida por *a gente*, referindo-se a ela e a outras moças que naquele tempo, eram proibidas pelos pais de assistirem a um jogo de futebol.

Com o segundo exemplo, o falante usa a forma *a gente* (oração isolada) referindo-se a ele e ao grupo de conhecidos que vive na comunidade.

Segundo Lopes (1996, p.118-119):

Em primeiro lugar, existe um paralelismo formal, o falante tendendo a repetir a mesma forma numa sequência discursiva (...). Isto indica que a probabilidade de usar “a gente”, ao invés de “nós”, é significativamente maior quando o falante utiliza também “a gente” em oração antecedente.

O mesmo ocorre com o pronome *nós*, há maior probabilidade de uso do pronome *nós* quando o antecedente formal é *nós*. A flexão verbal também reforça essa manutenção do referente: verbo na 3ª pessoa do singular (sujeito explícito ou não) para a forma *a gente*, verbo na 1ª pessoa do plural (explícito ou não) para o uso do pronome *nós*.

Nos resultados apresentados na tabela 5, os percentuais indicam que o falante tem uma pequena tendência para o uso da forma *a gente* com relação ao pronome que inicia uma série (1ª referência) e a forma na oração isolada no período. Os resultados encontrados por Lopes

(1996), indicam que o falante tanto pode usar o pronome *nós* quanto a forma *a gente* porque o peso relativo para esta última, em seu estudo, ficou próximo de .50.

Quanto à repetição da forma numa sequência discursiva, Cunha (1996, p.134) afirma que uma vez escolhida a forma, o mecanismo de repetição é acionado, “atendendo a condições pragmáticas específicas como grau de comprometimento com o discurso e as condições interativas”. Portanto, a forma escolhida pelo falante repete-se uma ou mais vezes “até que o contexto determine o uso de outra”.

Com os resultados da tabela acima, notamos que o fator presença do mesmo pronome apresentou maior índice percentual para o pronome *nós*, ou seja, a maior probabilidade para o uso do pronome *nós* quando o antecedente formal é *nós* (58% dos casos). Quanto à presença de pronome diferente, o falante tende a usar mais a forma *a gente* (52%), interessante registrar que ao mudar de referente, ele prefere a forma *a gente* para fazer referência mais a si próprio:

Inf.: tenhu sim... **nóis** somu em seti minina i treis homi,, tempu qui meu pai i minha mãe vei, eis morava pra lá em Minas () aí elis vieru imhora aí pu Paraguai, aí **a genti** nasceu i criemu aí na região di Ponta Porã, aí dipois eu casei lá i vim imhora pra cá.

O falante ao referir-se à família emprega o pronome *nós*, no entanto, quando direciona o discurso para si, emprega a forma *a gente*. Isto se comprova porque logo depois, sente a necessidade de explicitar a forma ao mudar de referente, e o reforça utilizando o pronome da 1ª pessoa do singular.

4.1.4 Sexo

Muitas pesquisas sobre a relação entre sexo e linguagem foram realizadas no âmbito da sociolinguística. É certo que há diferenças na fala entre homens e mulheres, no entanto, o que é realmente relevante para a sociolinguística na descrição das diferenças linguísticas relacionadas ao sexo, são as divergências no uso das estruturas de determinada língua.

Citemos um trecho de Labov (1983, p. 371-372) sobre o papel das mulheres na mudança linguística e a descoberta de Gauchat:

El estudio fino y convincente de Gauchat estableció la variabilidad del patois de Charmey, la existencia del cambio en curso **y además el papel de la mujeres en el avance del cambio lingüístico** (...) Gauchat reforzó estos resultados citando otros ejemplos de la historia de Francia en los que las mujeres de París eran retratadas como iniciadoras de cambios lingüísticos.⁷

Para Monteiro (2002, p. 72) as variações linguísticas em decorrência do sexo do falante não são base característica de nenhum tipo de sociedade. O autor afirma que até mesmo em países industrializados, há tabus linguísticos com relação à fala feminina: as mulheres empregam em menor medida as variantes estigmatizadas do que os homens, em decorrência disso, são mais sensíveis “aos valores que condicionam o uso da língua.”

Tomando por base os resultados obtidos nas pesquisas realizadas por Laureano (2003), Monteiro (1994), Lopes (1996), Omena (1996), que apontaram maior disponibilidade de informantes do sexo feminino fazerem uso da variante inovadora *a gente*, controlamos este grupo de fatores com o objetivo de verificar se essa tendência também ocorre em nossa pesquisa.

Tabela 6: Atuação do grupo de fatores sexo com a forma *a gente*. **INPUT .27**

Grupo	Apl./Total	Freq. %	P.R
M – Mulher	269/508	52%	.49
H – Homem	120/505	23%	.13
Total	389/1013		

⁷ Grifo nosso.

Os resultados da tabela 6 confirmam nossa hipótese: a frequência de uso da forma inovadora *a gente* é maior entre as mulheres 52%. A explicação para este resultado pode ser encontrada em autores como Omena (1996). Em seus resultados, a forma *nós* - variante mais conservadora - tem frequência de uso maior entre os homens, o que segundo Paiva (2003), indica que a implementação da forma inovadora *a gente* é liderada pelas mulheres.

Silva e Paiva (1996, p. 366-367) listam várias pesquisas que correlacionaram a variável sexo com diversos fenômenos, as quais indicaram forte tendência das mulheres no uso das formas linguísticas padronizadas:

A separação dos fenômenos em mudança em direção à norma e mudanças em oposição à norma torna patente essa regularidade. Em todas as mudanças que consistem na implementação de uma forma linguística não-padrão, as mulheres se manifestam conservadoras, preferindo a forma mais antiga. Nestes casos, a liderança do processo é atribuída aos homens. Observa-se o contrário, ou seja, que as mulheres podem ser inovadoras, quando a mudança é no sentido de uma forma prestigiada.

No entanto, segundo as autoras, essa conduta não se aplica ao fenômeno de variação entre *nós* e *a gente*, pois as mulheres mais velhas usaram levemente menos a forma *nós* do que os homens. Esta afirmação reforça os resultados obtidos na presente pesquisa para a variável sexo: uma de nossas informantes idosas apresentou em sua fala 45 ocorrências para a forma inovadora *a gente* contra apenas 10 ocorrências para o pronome *nós*.

Acreditamos que isso se explica por sua vida social dentro da comunidade, pois, sabemos que a mulher possui menor número de oportunidades sociais (principalmente em se tratando da zona rural), e está sujeita à menores exigências de convivência em grupo já que o predomínio de atividades domésticas a mantêm mais tempo em casa.

No exemplo da falante idosa, tivemos conhecimento que trabalhou durante vários anos como merendeira na escola da comunidade, participando ativamente dos projetos relativos à

educação do campo. Essa situação permitiu-lhe que sua rede de interações se ampliasse e, por conseguinte, ter uma vida social mais intensa.

Como já mencionado, é preciso salientar que no caso da alternância entre as formas *nós* e *a gente*, é difícil afirmar que se trata de um processo em direção a uma forma padrão e não padrão, mesmo porque as duas formas “não se sujeitam a uma avaliação social explícita ou à exclusão normativa”. Monteiro (1994) aponta que a forma inovadora *a gente* tem maior uso entre as mulheres também na fala culta e sugere que entre elas a aceitação dessa forma é maior que entre os homens.

A pesquisa de Bueno, (1996) com a fala dos bóias-frias, revela que há uma pequena tendência para a forma *nós* entre os homens e a forma *a gente* entre as mulheres, embora os resultados encontrados revelem que não há relacionamento entre forma e sexo devido ao fato das percentagens serem aproximadamente iguais a 59%.

Santana (2006), trabalhando com o uso dos recursos de indeterminação *nós* e *a gente* em duas comunidades da zona rural baiana constatou em seus resultados que o fator sexo associado à faixa etária indica que o uso de *a gente* entre os homens é pouco relevante, sendo a forma *nós* mais empregada nas três faixas etárias.

Assim sendo, vemos que os resultados obtidos em nossa pesquisa reafirmam aqueles encontrados nos trabalhos citados inicialmente, ou seja, podemos dizer que as mulheres vêm usando com mais frequência a forma inovadora *a gente*.

4.1.5 Faixa etária

Quando se estuda a correlação entre idade e variação linguística, os resultados indicam para duas direções básicas: estabilidade entre as variantes linguísticas ou a existência de mudanças na língua.

Quanto à variação pronominal entre *nós* e *a gente* na posição do sujeito da primeira pessoa do plural, vários estudos como Monteiro (1994), Omena (1996), Lopes (1996), indicam haver uma estratificação etária, ou seja, os falantes mais jovens apresentam maior frequência de uso com forma mais recente.

Essas diferenças permitem, segundo Silva e Paiva (1996), suspeitar a existência de mudanças em curso que Labov (1983) denominou de tempo aparente. Silva-Corvalán (1989, p.70) explica:

Los estudios de variación sincrónica investigan la posibilidad de cambio en lo que se denomina el *tiempo aparente*. Esto significa que el estudio compara el habla de los miembros de una comunidad estratificados en varios grupos según la edad (...). Si hay diferencias, se interpretan como posible resultado de un cambio en progreso, porque se asume que los patrones lingüísticos ya establecidos en la adolescencia se mantienen más o menos estables a través de la vida del individuo, de tal manera que el habla de los individuos que tienen 70 años hoy representaría la de los de 20 años cincuenta años atrás, por tanto, se puede comparar con la de los individuos que tienen 20 años hoy.

Tarallo (2001, p.65) ao discorrer sobre o “conflito” de duas variantes explica que em uma amostra sincrônica deve-se fazer um recorte transversal em função da faixa etária do falante.

Dessa maneira estará acrescentando uma primeira dimensão histórica à sua análise: o tempo aparente (...). A relação de estabilidade das variantes (a situação de contemporização) avultará, se entre a regra variável e a faixa etária dos informantes não houver qualquer tipo de correlação.

Quanto à faixa etária, em nossos resultados foram os mais jovens que apresentaram a maior tendência para o uso da forma *a gente*, confirmando a nossa hipótese: os falantes da faixa etária mais jovem usam com mais frequência a forma *a gente*.

Tabela 7: Atuação do grupo de fatores faixa etária com a forma *a gente*. INPUT .27

Grupo	Apl./total	Freq.%	P.R
16 -30 anos	213/420	51%	.48
50 -70 anos	176/593	29%	.17
Total	389/1013		

Esses resultados coincidem com os de outros trabalhos como Monteiro (1994), Lopes (1996) e Omena (1996), os dois primeiros analisaram dados da fala culta e chegaram ao mesmo resultado, ou seja, os mais jovens preferem o uso da forma *a gente* ao passo que os mais velhos usam mais a forma conservadora *nós*.

Embora encontremos em nossos dados maior probabilidade de uso da forma inovadora *a gente* na fala dos mais jovens, é arriscado afirmar que se trata de um processo de mudança em curso, mesmo porque, a frequência de uso do pronome *nós* (49%) pela faixa etária mais nova não difere muito daquele encontrado para a forma *a gente* (51%).

Silva e Paiva (1996) afirmam que o fenômeno da variação entre *nós e gente* apresenta padrões de diferenciação etária típico dos processos de mudança e que um dos índices que poderia auxiliar-nos na explicação dos resultados seria o da escolarização. Lembramos que nossos informantes da faixa etária jovem são estudantes do Ensino Médio e é, exatamente entre os anos do Ensino Fundamental e Médio, que encontramos índices mais baixos para a variante *nós*.

A distribuição das duas variantes entre os falantes jovens também se explicaria pela questão da convivência em grupo e o isolamento. Os falantes não-escolarizados apresentam uma rede de interações muito limitada, pois, como já mencionamos, a escola viabiliza essa ampliação e, ao estarem sem contato com esse núcleo social, privam-se de um convívio social

mais intenso, o que nos faz concluir que não estão expostos diretamente aos fenômenos inovadores da linguagem.

4.1.6 Escolaridade

Sobre a variável escolaridade pesquisas como Omena (1996), Bueno (1996), (cf. seção 3.3.5) atestaram que os falantes mais escolarizados fazem maior uso da forma *nós*. No entanto, os resultados da nossa pesquisa vão em direção contrária a estes resultados, embora tenhamos resultados semelhantes àqueles obtidos por Laureano (2003) que apontou maior uso da forma *a gente* entre os falantes menos escolarizados.

Tabela 8: Atuação do grupo de fatores escolaridade com a forma *a gente*. **INPUT .27**

Grupo	Aplic./total	Freq. %	P.R
não-escolarizado	137/552	24%	.19
escolarizado	252/461	54%	.41
Total	389/1013		

A influência do fator escolaridade no fenômeno em questão realizou-se de forma atípica. Como podemos observar a forma *nós* têm maior frequência de uso entre os falantes não-escolarizados (76%), já com os escolarizados os resultados apontam maior frequência de uso (54%) para a forma inovadora *a gente*.

Ao analisar a influência desse fator no fenômeno em questão, uso do pronome *nós* concorrendo com a forma *a gente*, é preciso considerar que não é um fenômeno diretamente ensinado nem sistematicamente corrigido na escola. No entanto, Silva e Paiva (1996, p.344) afirmam que a escola interfere mesmo assim, pois:

Mesmo assim, a escola interfere também nesse segundo grupo tanto quanto no primeiro (...). Encontra-se a explicação da influência da escola nesses

casos pelo fato de os pronomes *seu* e *nós* serem as formas utilizadas na escrita, que, por sua vez, é a modalidade em que a escola mais se fixa. Assim, mesmo sem proscrever o uso das formas *dele* ou *a gente*, a influência da escola acaba por ocorrer através de exercícios de fixação (...). O mesmo ocorre com a forma *nós*: nos exercícios de conjugação verbal nunca se usa a forma *a gente*.

Ressaltamos também que, de acordo com Votre (2003), a abordagem das condições de uso de *a gente* em oposição a *nós* não recebe tratamento sistemático na escola, em nenhum nível de escolaridade.

Ainda segundo o autor, a rejeição contra a forma *a gente* se dá nos casos em que o verbo é utilizado na primeira pessoa do plural. Possível explicação para a maior frequência de *nós* entre os não-escolarizados estaria no fato de que na função de sujeito em construções no passado seu uso tende a manter-se.

Como explicado no capítulo que trata sobre a metodologia utilizada na pesquisa, utilizamos em nossas entrevistas a técnica da narrativa pessoal em que o informante relata acontecimentos, histórias e fatos que dizem respeito a sua vida e daqueles que estão próximos.

Ou ainda, o já mencionado isolamento da comunidade que contribui para o chamado conservadorismo linguístico. É preciso reafirmar que os meios de comunicação de massa fazem parte da vida cotidiana de muitas famílias, por outro lado, é grande o número de pessoas que possuem somente um aparelho de rádio em casa e que possivelmente tenha hábitos diferenciados quanto ao uso deste. Recordamos que ouvem diariamente o programa “A voz do Brasil” e, como se sabe na fala dos locutores o que predomina é o uso da norma padrão.

É importante ressaltar também a questão da identidade que pode, segundo Aguilera (2008, p. 315), ser definida sob duas formas: a) a *objetiva*, caracterizando-a pelas instituições (educacionais, políticas, artísticas, culturais, sociais, religiosas) e pelas listas culturais (usos,

costumes, tradições) ou b) subjetiva que antepõe “o sentimento de comunidade partilhado por todos os seus membros e a idéia de diferenciação com respeito aos demais”.

Sabemos que a comunidade pesquisada pertence a vários movimentos sociais, e um traço definidor da identidade de um grupo é exatamente sua variedade linguística atualizada na fala de cada indivíduo e que, por sua vez, no caso dos assentados, se contrapõe àquela utilizada pelos detentores do poder e de grandes propriedades rurais do país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio de um estudo sincrônico e quantitativo, descrevemos o fenômeno da variação encontrada na variável primeira pessoa do plural, que tem como variantes as formas pronominais *nós* e *a gente* na fala de dezesseis pessoas assentadas na Fazenda Nova Itamarati I e II, localizada na região de Ponta Porã, sul do Estado de MS. São jovens, adultos e idosos entre 16 a 70 anos, de ambos os sexos, diferenciados também, com relação ao grau de escolarização: 8 escolarizados e 8 não-escolarizados.

Com os resultados estatísticos fornecidos pelo programa computacional GOLDVARB 2001, obtivemos as seguintes constatações em nosso estudo: no *cópus* constituído por entrevistas com narrativas de experiência pessoal, levantamos uma amostra com 1013 dados referentes à primeira pessoa do plural. Com estes dados verificamos que nossa hipótese inicial foi refutada, pois, ao contrário do que supúnhamos, constatamos uma preferência elevada para o uso do pronome *nós*, 624 ocorrências ou 61% e para a forma *a gente* 389 ocorrências ou 39%.

No entanto, estes resultados evidenciam que se trata de um caso de variação que, por sua vez, não é aleatória. A seguir, faremos nossas considerações finais sobre os resultados obtidos com os grupos de fatores estabelecidos na pesquisa.

a) Em relação ao preenchimento/ não-preenchimento do sujeito, nossos resultados revelaram que os falantes assentados apresentam maior frequência de uso para o preenchimento do sujeito quando utilizam o pronome *nós*. Este resultado indica que tal comportamento linguístico ao que parece, contribui, pelo menos na fala dos assentados, para reafirmar que a contínua explicitação do sujeito pronominal no PB já não autoriza caracterizá-lo como língua pro-drop (língua de sujeito nulo) e que, portanto, está deixando de ser uma língua de sujeito nulo para se tornar uma língua de sujeito obrigatório.

b) Na presente pesquisa a desinência número-pessoal da primeira pessoa do plural se restringe ao pronome *nós*, pois, foram poucas as ocorrências da desinência (-mos) acompanhando a forma *a gente*. Ressaltamos que o índice de ausência desta desinência com o pronome *nós* foi altíssimo o que levou-nos a pensar numa possível explicação para o fato: apesar do acesso aos meios de comunicação, é evidente o isolamento da comunidade, pois, encontra-se na zona rural e os grupos de famílias chegam a distanciar-se uns dos outros numa média de 20 a 25 km. O aparelho de rádio convencional é, para muitas dessas famílias, o único meio informação.

c) Como descrito no Capítulo III, as formas pronominais que representam a primeira pessoa do plural também podem configurar-se numa referenciação indeterminada. Resolvemos analisar, de acordo com Bueno (1996), o efeito da variável eu-ampliado sobre as formas *nós* e *a gente*. De acordo com os resultados obtidos em nosso trabalho, observamos que o falante assentado utiliza com mais frequência o pronome *nós* para se referir a ele mais a não-pessoa (eu + ele, ela (s)). A forma *a gente* é mais utilizada quando o falante faz referência a si próprio.

d) O Paralelismo formal foi testado para verificar a hipótese de que marcas levam a marcas. Os resultados indicam que há, por parte do falante, a necessidade de indicar para o ouvinte o referente explicitando-o formalmente. Notamos que o fator presença do mesmo pronome apresentou maior índice percentual para o pronome *nós* (58% das ocorrências), ou seja, a forma pronominal anteriormente expressa tende a manter-se. Quanto à presença de pronome diferente, o falante tende a usar mais a forma *a gente* (52%) como referenciação a si próprio.

e) Quanto à variável social sexo, a variante inovadora *a gente* é, conforme resultados de muitas pesquisas variacionistas, mais frequente em falantes do sexo feminino. Nossos resultados reafirmam essa tendência, pois as mulheres apresentaram maior frequência de uso

dessa variante. Fica-nos evidente então que a implementação da forma inovadora é liderada pelo sexo feminino, não somente no português popular, mas também, na fala culta.

f) Com relação ao grupo de fatores faixa etária, foi possível verificar que os mais jovens tendem a usar a forma *a gente* com mais frequência. Por outro lado, o índice de uso para o pronome *nós* não é muito diferente, o que indica um processo de variação estável entre as variantes *nós* e *a gente* na fala desses informantes.

g) Em relação à variável escolaridade, os resultados indicam que a forma inovadora *a gente* não está sendo considerada como forma não-padrão pelos informantes escolarizados, pois foram os que apresentaram maior índice de uso dessa variante. Várias pesquisas atestam que os falantes escolarizados fazem maior uso do pronome *nós*, em nossa pesquisa isso não se confirma, pois é com os falantes não-escolarizados que o pronome canônico tem maior frequência de uso.

Dessa forma, acreditamos que este trabalho mostrou, juntamente com outros já realizados, que o quadro dos pronomes pessoais do PB está sofrendo modificações com a inserção da forma *a gente*, muito embora, as GTs insistam em ignorar esse processo de transformação. Mostramos que a variação entre *nós* e *a gente* ocorre de forma sistemática e não aleatória, pois ao descrever este fenômeno levamos em conta também fatos extralinguísticos que estariam condicionando o uso de uma ou outra variante.

REFERÊNCIAS

- AGUILERA, Vanderci de Andrade. Crenças e atitudes lingüísticas: quem fala a língua brasileira? In: RONCARATI, Cláudia; ABRAÇADO, Jussara (orgs.). Português Brasileiro II: contato lingüístico, heterogeneidade e história. Rio de Janeiro, EdUFF, 2008.
- ALI, Said. Gramática histórica da língua portuguesa. 6. ed., São Paulo: Melhoramentos, 1966.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 27. ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972.
- BELINE, Ronald. A variação lingüística. In.: FIORIN, José Luiz (org.) Introdução à Lingüística. 4. ed., São Paulo: Contexto, 2005.
- BENVENISTE, Émile. Problemas de lingüística geral I. 2. ed., São Paulo: Pontes, 1988.
- BERGE, Damião; CASTRO, Ludovico M. G.; MÜLLER, Reinaldo. Ars latina 1. 30. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- BRANFORD, Sue; ROCHA, Jan. Rompendo a cerca: a história do MST. São Paulo: Casa Amarela, 2004.
- BRIGHT, William. As dimensões da sociolingüística. In: FONSECA, Maria Stella Vieira da; NEVES, Moema Facure (orgs.). Sociolingüística. Enfoque, Rio de Janeiro: [s.n.] 1974.
- BOLETIM DA EDUCAÇÃO. Educação no MST. Balanço 20 anos. São Paulo: [s.n.], 2004.
- BUENO, Elza Sabino da Silva. O emprego das variantes “nós” ou “a gente” na linguagem do bóia-fria da microrregião de Assis. Assis: UNESP, 1996, 115 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 1996.
- CALVET, Louis-Jean. Sociolingüística: uma introdução crítica. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.
- CAMARA JR, Joaquim Mattoso. Estrutura da língua portuguesa. 10 ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1980.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. 43. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2000.
- COLEÇÃO POR UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO. Educação do Campo: Identidades e Políticas Públicas. Brasília: [s.n.] 2002, n°. 4.
- CORTES, Cácia. “A Travessia do Rio dos Pássaros”. Belo Horizonte, Editora Livro a Livro, 1985.

COUTINHO, Ismael de Lima. Pontos de gramática histórica. 7. ed., Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1976.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do Português. 2. ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

_____, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do Português. 1. ed., Rio de Janeiro: Lexicon, 2007.

CUNHA, Cláudia de Souza. Indeterminação pronominal do sujeito. In: CARDOSO, Suzana Alice M. (org.). Diversidade Lingüística e Ensino. Programa de Pós-graduação em Letras e Lingüística. Salvador: UFBA, 1996.

DUARTE, Paulo M. Teixeira; LIMA, Maia C. (col.). Classes e categorias em português. Edições Fortaleza: UFC, 2000.

FISCHER, John, L. Influências sociais na escolha de variantes lingüísticas. In: FONSECA, Maria Stella Vieira. da; NEVES, Moema Facure. (orgs.). Sociolingüística. Enfoque, Rio de Janeiro: [s.n.] 1974.

GUIMARÃES, Acyr Vaz. Mato Grosso do Sul. História dos municípios. Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, v.1, [s.l.s.n.], 1992.

ILARI, Rodolfo et al. Os pronomes pessoais do português falado: roteiro para a análise. In: CASTILHO, Ataliba Teixeira de; BASÍLIO, Margarida (orgs.) Gramática do português falado. 2. ed., Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

_____, & BASSO, Renato. O português da gente: a língua que estudamos, a língua que falamos. São Paulo: Contexto, 2006.

LABOV, William. Modelos sociolingüísticos. Tradução de José Miguel Marinas Herreras. Madrid: Cátedra, 1983.

LAUREANO, Dayse Costa. A variação dos pronomes sujeito: nós e a gente na fala de informantes florianopolitanos. Florianópolis: UFSC, 2003, 79 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

LOPES, Célia Regina dos Santos. Nós por a gente: uma contribuição da pesquisa sociolingüística ao ensino. In: CARDOSO, Suzana Alice M. (org.). Diversidade Lingüística e Ensino. Programa de Pós-graduação em Letras e Lingüística. Salvador: UFBA, 1996.

_____, Célia Regina dos Santos. A indeterminação no português arcaico e a pronominalização de nominais: mudança encaixada? In: Anais do V Encontro Internacional de Estudos Medievais da ABREM. Salvador, 2003.

LUCCHESI, Dante. Sistema, mudança e linguagem: um percurso na história da lingüística moderna. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

LYONS, John. Linguagem e Linguística: uma introdução. Trad. Marilda Winker Averburg e Clarisse Sieckenius de Souza. LTC Editora. Rio de Janeiro, LTC, 1971.

MARTINS, Maria Luísa Aparecida Resende. Uma análise sociolinguística das construções de tópico na fala uberlandense. Uberlândia: UFU, 2005, 130 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2005.

MATTOS e SILVA, Rosa Virgínia. “Bárbaros à porta”: uma reflexão histórica sobre a língua portuguesa no Brasil da atualidade. In: RONCARATI, Cláudia; ABRAÇADO, Jussara (orgs.). Português Brasileiro II: contato linguístico, heterogeneidade e história. Rio de Janeiro, EdUFF, 2008.

_____, Rosa Virgínia. Variação, Mudança e Norma (Movimentos no interior do Português Brasileiro). In: CARDOSO, Suzana Alice M. (org.). Diversidade Linguística e Ensino. Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística. Salvador: UFBA, 1996.

MELO, Gladstone Chaves de. Gramática fundamental da língua portuguesa. 3. ed., Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1978.

MENON, Odete Pereira da Silva et al. Alternância nós/ a gente nos quadrinhos: análise em tempo real. In: RONCARATI, Cláudia; ABRAÇADO, Jussara (orgs.). Português Brasileiro: contato linguístico, heterogeneidade e história. Rio de Janeiro, 7 Letras, 2003.

MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza (orgs.). Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação. São Paulo, Editora Contexto, 2003.

MOLLICA, Maria Cecília. Influência de fatores de processamento na variação em português. In: Fotografias Linguísticas. TARALLO, Fernando (org.). Campinas: Pontes, 1989.

MONTEIRO, José Lemos. Pronomes pessoais. Subsídios para uma gramática do português do Brasil. Fortaleza: UFC, 1994.

_____, José Lemos. Para compreender Labov. 2. ed., Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

MORISSAWA, Mitsue. A história da luta pela terra e o MST. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

NARO, Anthony Julius; SCHERRE, Maria Marta Pereira. (orgs.). Garimpo das origens do português brasileiro. São Paulo, Parábola Editorial, 2007.

NEVES, Maria Helena de Moura. A gramática: história, teoria e análise, ensino. São Paulo: UNESP, 2002.

_____, Maria Helena de Moura. Gramática de usos de português. São Paulo: UNESP, 2000.

OLIVEIRA, Dercir Pedro de. A variação linguística no Brasil. In: RONCARATI, Cláudia; ABRAÇADO, Jussara (orgs.). Português Brasileiro II: contato linguístico, heterogeneidade e história. Rio de Janeiro, EdUFF, 2008.

OMENA, Nelize Pires de. As influências sociais na variação entre nós e a gente na função de sujeito. In: SILVA, Giselle Machline de Oliveira; SCHERRE, Maria Marta Pereira. (orgs.). Padrões sociolingüísticos: análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

_____, Nelize Pires de. A referência à primeira pessoa do discurso no plural. In: SILVA, Giselle Machline de Oliveira; SCHERRE, Maria Marta Pereira. (orgs.). Padrões sociolingüísticos: análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

PAIVA, Maria da Conceição de; DUARTE, Maria Eugenia Lamoglia. Mudança lingüística: observações no tempo real. In: MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza (orgs.). Introdução à sociolingüística: o tratamento da variação. São Paulo: Contexto, 2003.

PAIVA, Maria da C. de. A variável gênero/sexo. In: MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza (orgs.). Introdução à sociolingüística: o tratamento da variação. São Paulo: Contexto, 2003.

PAREDES DA SILVA, Vera Lúcia. Relevância das variáveis lingüísticas. In: MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza (orgs.). Introdução à sociolingüística: o tratamento da variação. São Paulo: Contexto, 2003.

PRANDI, Rosa Maria. Concordância verbal no Ensino Fundamental: traços sociolingüísticos na fronteira Brasil – Paraguai. Brasília: UNB, 2005, 125 p. Dissertação (mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimo. Temores e esperanças; o antigo sul de Mato Grosso e o Estado Nacional Brasileiro. In: História, região e identidades. MARIN, Jérri Roberto; VASCONCELOS, Cláudio Alves de. (orgs.) Campo grande: UFMS, 2003.

ROSA, Maria da Glória Sá. Memória da Cultura e da Educação em Mato Grosso do Sul: Histórias de Vida. Campo Grande: UFMS, 1990.

SACCONI, Luiz A. Nossa gramática. 7. ed., São Paulo: Atual, 1985.

SANTANA, Neila M. Oliveira. A indeterminação do sujeito no português rural de Bananal e Barra dos Negros – BA. Salvador: UFBA, 2006, 153 p. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

SANTOS, José Jusceli dos. Indústria cultural no assentamento Conquista na Fronteira. Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, 2005, 113 p. Monografia (Extensão – Escola Nacional Florestan Fernandes).

SANTOS, Maria Helena Pires. O cenário multilíngüe/ multidialetal/ multicultural de fronteira e o processo identitário “brasiguai” na escola e no entorno social. Tese de doutoramento. Campinas: Unicamp, 2004.

SCHERRE, Maria Marta Pereira. Doa-se lindos filhotes de poodle. Variação lingüística, mídia e preconceito. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

_____, Maria Marta Pereira. Paralelismo lingüístico. Revista de Estudos da Linguagem, Faculdade de Letras da UFMG, Belo Horizonte, v. 7, n. 2, p. 29-59, jul./dez. 1998.

_____, Maria Marta Pereira. Breve histórico do programa de estudos sobre o uso da língua. In: SILVA, Giselle Machline de Oliveira; SCHERRE, Maria Marta Pereira. (orgs.). Padrões sociolingüísticos: análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Plano de desenvolvimento do Assentamento Itamarati – Produção. 2007.

SILVA-CORVALÁN, Carmen. Sociolingüística: teoría y análisis. Madrid, Editorial Alhambra, 1989.

SILVA, Giselle Machline de Oliveira; PAIVA, Maria da Conceição Auxiliadora. Visão de conjunto das variáveis sociais. In: SILVA, Giselle Machline de Oliveira; SCHERRE, Maria Marta Pereira. (orgs.). Padrões sociolingüísticos: análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

SILVA, Rita do Carmo Polli. Sujeito pronominal nos quadrinhos: uma análise em tempo real de curta duração. Curitiba: UFPA, 2005, 147 p. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Paraná, 2005.

SILVA, Rosângela Villa da. Aspectos da pronúncia do <S> em Corumbá – MS: uma abordagem sociolingüística. Campo Grande, Ed. UFMS, 2004.

SOARES DA SILVA, Humberto. O parâmetro do sujeito nulo: confronto entre o português e o espanhol. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006, 117 p. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. Brava Gente. A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. 3. reimpressão. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

TAMANINE, Andréa Maristela Bauer. A alternância nós/ a gente no interior de Santa Catarina. Curitiba: UFPA, 2002, 134 p. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Paraná, 2002.

TARALLO, Fernando. A pesquisa sociolingüística. 7. ed., São Paulo: Ática, 2001.

_____, Fernando (org.). Fotografias sociolingüísticas. Campinas: Pontes, 1989.

TORRECILHA, Maria Lúcia. A fronteira, as cidades e a linha. Campo Grande: UNIDERP, 2004.

VIANNA, Juliana Barbosa de Segadas. A concordância de nós e a gente em estruturas predicativas na fala e na escrita carioca. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

VOTRE, Sebastião Josué. Relevância da variável escolaridade. In: MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza (orgs.). Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação. São Paulo: Contexto, 2003.

WEINREICH, Uriel.; LABOV, William.; HERZOG, Marvin. I. Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança lingüística. Tradução Marcos Bagno. São Paulo, Parábola Editorial, 2006.

WEINREICH, Uriel.; LABOV, William.; HERZOG, Marvin. I. Empirical Foundations for a theory of language change. In: LEHMANN, W. P.; MALKIEL, Y. (Eds.) Directions for historical linguistics. Austin-London: University of texas Press, 1968. Disponível em: <www.utexas.edu/cola/center/lrc> Acesso em: 08 de agosto de 2008.